



Universidade Federal de Roraima - UFRR
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PRPPG
Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Territorialidades e
Saberes Amazônicos - PPGCOM

Angelina de Mendonça Melo

**A comunicação presidencial sobre a Demarcação das Terras Indígenas no
Twitter: um olhar comunicacional no perfil público do presidente do Brasil
(2019-2022)**

Boa Vista - Roraima

2023.1

Angelina de Mendonça Melo

**A comunicação presidencial sobre a Demarcação das Terras Indígenas no
Twitter: um olhar comunicacional no perfil público do presidente do Brasil
(2019-2022)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos da Universidade Federal de Roraima, para a obtenção do Grau de Mestre Profissional em Comunicação.

Boa Vista - Roraima

2023.1

Angelina de Mendonça Melo

**A comunicação presidencial sobre a Demarcação das Terras Indígenas no Twitter:
um olhar comunicacional no perfil público do presidente do Brasil**

(2019-2022)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos da Universidade Federal de Roraima, para a obtenção do Grau de Mestre Profissional em Comunicação.

Prof. Dr. Rafael Sbeghen Hoff
Orientador / PPGCOM - UFRR

Prof. Dr. Luís Munaro Sá Martino
Membro interno / PPGCOM - UFRR

Prof. Dr. Willian Fernandes Araújo
Membro externo / PPGEDU - Unisc

*Quem escolheu a busca não
pode recusar a travessia*

Guimarães Rosa

*À Adalberto de Mendonça
Melo! Meu querido irmão
mais velho (in memoriam).*

** 12.10.1975*

+ 18.03.2020.

Quanta dor!

RESUMO

A Demarcação de Terras Indígenas foi um dos pontos polêmicos na gestão governamental do então presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) pois, apesar de assegurada por leis, foi negligenciada nesta conjuntura do governo federal. O texto procura explorar como essa relação se deu a partir de mensagens publicadas na “*rede social*” (RECUERO; ZAGO, 2009) Twitter, entre os anos 2019 e 2021, mensagens que foram analisadas para esta Dissertação. Com isso, nesse período entre 2018 e 2019, o Brasil vivenciava a mudança de governo para uma Gestão de extrema Direita, com a posse do novo presidente naquela conjuntura (2019-2022). A partir disto, as pautas dos indígenas, das Demarcações de Terras, sobretudo, ficaram em evidência para o jornalismo de massa, nesse período (2019-2022), passando a se tornar frequentes nas mídias nacionais, principalmente pela postura adotada pelo então presidente. Pautas sociais importantes, que foram abordadas por Jair Messias Bolsonaro através das redes sociais, a exemplo do YouTube e muito efetivamente por meio da ferramenta Twitter, que passaram a pautar as mídias por meio desses canais. Período também, que surgiu a pandemia da Covid-19, assolando milhões de vítimas nos mais variados continentes. Para esta pesquisa, apresentamos uma análise de como essa temática foi tratada pelo já, então presidente do Brasil, a partir dessas publicações no *Twitter*. Para discutir as tensões presentes na midiatização bolsonarista da pauta, foram acionados os aspectos legais e históricos da Demarcação de Terras Indígenas. O problema de pesquisa consistiu na seguinte questão: como as pautas relacionadas às Terras Indígenas foram abordadas pelo ex-presidente da República do Brasil na ferramenta *Twitter*, em publicações previamente selecionadas? Como objetivo geral elencamos pesquisar os processos de midiatização das Demarcações das Terras Indígenas no Brasil, focando no Norte do país. Midiatização direcionada nesta pesquisa para a rede social *Twitter*. Os procedimentos metodológicos adotados, foram as buscas realizadas no *micromensageiro* (Twitter), com recortes temporais do período pós-campanha do então presidente Jair Messias Bolsonaro (PL/2019-2022), voltado mais precisamente para 2019 a 2021, analisando de que forma as informações sobre a temática foram expostas nesta mídia. A Dissertação se justifica na linha de pesquisa Comunicação, Memória e

Identities do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRR pelo viés dos processos de identificação impactados pela midiatização presidencial, sobre o tema, por meio da comunicação publicada na rede social *Twitter*. Portanto, se fez necessário a análise do conteúdo e suas implicações para os estudos da temática abordada.

Palavras-Chave: Terras Indígenas; Demarcação; Roraima; Reserva Indígena; Bolsonaro; presidente; Twitter.

ABSTRACT

The Demarcation of Indigenous Lands was one of the controversial points in the governmental administration of then-President Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) because, despite being assured by laws, it was neglected at this juncture of the federal government. The text seeks to explore how this relationship took place from messages published in the “social network” (RECUERO; ZAGO, 2009) Twitter, between the years 2019 and 2021, messages that were analyzed for this Dissertation. With that, in this period between 2018 and 2019, Brazil was experiencing the change of government to a Management of extreme Right, with the inauguration of the new president at that conjuncture (2019-2022). From this, the indigenous issues, especially the Land Demarcations, were in evidence for the mass journalism, in this period (2019-2022), becoming frequent in the national media, mainly due to the posture adopted by the then president. Important social issues, which were addressed by Jair Messias Bolsonaro through social networks, such as YouTube and very effectively through the Twitter tool, which began to guide the media through these channels. It was also during this period that the Covid-19 pandemic emerged, devastating millions of victims in the most varied continents. For this research, we present an analysis of how this theme was treated by the then president of Brazil, based on these publications on Twitter. To discuss the tensions present in the Bolsonarist media coverage of the agenda, the legal and historical aspects of the Demarcation of Indigenous Lands were used. The research problem consisted of the following question: how were the issues related to Indigenous Lands addressed by the former president of Brazil on Twitter, in previously selected publications? The general objective was to research the media coverage processes of the Demarcation of Indigenous Lands in Brazil, focusing on the North of the country. Midiatization directed in this research to the social network Twitter. The methodological procedures adopted were the searches carried out in the micro-messenger (Twitter), with temporal clippings of the post-campaign period of the then president Jair Messias Bolsonaro (PL/2019-2022), focused more precisely on 2019 to 2021, analyzing how the information on the theme was exposed in this media. The dissertation is justified in the research line Communication, Memory and Identities of the Postgraduate Program in

Communication at UFRR by the bias of the identification processes impacted by the presidential media, on the theme, through communication published in the social network Twitter. Therefore, it was necessary to analyze the content and its implications for the studies of the theme addressed.

Keywords: Indigenous Lands; Demarcation; Roraima; Indigenous Reserve; Bolsonaro; president; Twitter.

RESUMEN

La Demarcación de las Tierras Indígenas fue uno de los puntos polémicos en la gestión gubernamental del entonces presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) porque, a pesar de estar garantizada por las leyes, fue descuidada en esta coyuntura del gobierno federal. El texto busca explorar cómo esta relación se produjo a partir de mensajes publicados en la “red social” (RECUERO; ZAGO, 2009) Twitter, entre los años 2019 y 2021, mensajes que fueron analizados para esta Disertación. Con eso, en este período entre 2018 y 2019, Brasil vivía el cambio de gobierno para una Gestión de extrema Derecha, con la asunción del nuevo presidente en esa coyuntura (2019-2022). A partir de esto, las agendas indígenas, las Demarcaciones de Tierras, especialmente, estuvieron en evidencia para el periodismo de masas, en este período (2019-2022), volviéndose frecuentes en los medios nacionales, principalmente por la postura adoptada por el entonces presidente. Importantes temas sociales, que fueron abordados por Jair Messias Bolsonaro a través de las redes sociales, como YouTube y muy eficazmente a través de la herramienta Twitter, que comenzó a guiar a los medios de comunicación a través de estos canales. Fue también durante este período que surgió la pandemia del Covid-19, que devastó a millones de víctimas en varios continentes. Para esta investigación, presentamos un análisis de cómo este tema fue tratado por el ya, entonces presidente de Brasil, a partir de estas publicaciones en Twitter. Para discutir las tensiones presentes en la cobertura mediática bolsonarista de la agenda, se desencadenaron los aspectos jurídicos e históricos de la Demarcación de las Tierras Indígenas. El problema de investigación consistió en la siguiente pregunta: ¿cómo fueron abordados los temas relacionados con las Tierras Indígenas por el ex-presidente de la República de Brasil en la herramienta Twitter, en publicaciones previamente seleccionadas? Como objetivo general se enumeró investigar los procesos de cobertura mediática de la Demarcación de las Tierras Indígenas en Brasil, centrándose en el Norte del país. Mideiatización dirigida en esta investigación a la red social Twitter. Los procedimientos metodológicos adoptados, fueron las búsquedas realizadas en el micro-mensajero (Twitter), con recortes temporales del período de post-campaña del entonces presidente Jair Messias Bolsonaro (PL/2019-2022), se volvió más precisamente a 2019 a 2021, analizando cómo

la información sobre el tema fueron expuestos en este medio de comunicación. La disertación se justifica en la línea de investigación Comunicación, Memoria e Identidades del Programa de Posgrado en Comunicación de la UFRR por el sesgo de los procesos de identificación impactados por los medios presidenciales, sobre el tema, a través de la comunicación publicada en la red social Twitter. Por lo tanto, fue necesario analizar el contenido y sus implicaciones para los estudios del tema abordado.

Palabras clave: Tierras Indígenas; Demarcación; Roraima; Reserva Indígena; Bolsonaro; presidente; Twitter.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

CAPÍTULO 1

1- INTRODUÇÃO	16
1.1 - TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENA EM RORAIMA	18
1.2 - O QUE PROPÕE O PL 490/2007	19
1.3 - MARCO TEMPORAL	19
1.4 - TERRITORIALIDADE, LEGISLAÇÃO E IDENTIDADES INDÍGENAS	23

CAPÍTULO 2

2 - MUDIATIZAÇÃO E MEDIAÇÃO SOBRE TERRITÓRIOS INDÍGENAS	56
2.1 - BREVE HISTÓRICO POLÍTICO DE BOLSONARO	66

CAPÍTULO 3

3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
3.1 - A ORIGEM DA METODOLOGIA	72
3.2 - O QUE É TWITTER?	82
3.3 - TABELA TEMPORAL DA PESQUISA	85
3.4 - CATEGORIAS ANALÍTICAS	85
3.5 - HIPÓTESES	87
3.6 - A PRÉ-ANÁLISE	89
3.7 - FORMAÇÃO E CODIFICAÇÃO DO CORPUS	90

3.8 - EXPLORAÇÃO DO MATERIAL E ANÁLISE DO CONTEÚDO -----	91
3.9 - ANÁLISES DO CONTEÚDO MIDIÁTICO NO TWITTER -----	91
3.9.1 - INFERÊNCIAS ANALÍTICAS -----	108
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	113
SITES PESQUISADOS -----	117
LISTAS DE RODAPÉ -----	120
IMAGEM 1 - MAPA DA RESERVA INDÍGENA WAIMIRI-ATROARI -----	21
TABELA TEMPORAL DA PESQUISA -----	85
ESPECIFICAÇÕES DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS -----	124
FIGURAS E CATEGORIAS ANALÍTICAS -----	125
PREETSCREEN'S DOS TWITTER'S DO @jairbolsonaro:	
FIGURA 1 - INTEGRAÇÃO DOS INDÍGENAS -----	93
FIGURA 2 - POVO MISCIGENADO -----	95
FIGURA 3 - COMUNIDADES INDÍGENAS -----	97
FIGURA 4 - MINERAÇÃO INDÍGENA -----	99
FIGURA 5 - RIQUEZAS MINERAIS -----	101
FIGURA 6 - DEMARCAÇÃO DE T.I. -----	102
FIGURA 7 - POPULAÇÃO DE INDÍGENAS -----	104
FIGURA 8 - RESERVA INDÍGENA -----	106
FIGURA 9 - TERRAS INDÍGENAS -----	108

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família: minha mãe guerreira, Maria de Fátima de Mendonça Melo, ao meu filho querido Augusto Ryan de Mendonça Mendes. Meu filho que me incentiva e motiva a cada novo desafio a ser superado. Dedico aos colegas da Pós-Graduação Stricto Sensu, que no decorrer da caminhada me ajudaram a conhecer, desenvolver e ampliar os conhecimentos para esse universo acadêmico. Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, que contribuíram e muito para esse novo passo dado. Dedico ao meu orientador acadêmico, o Dr. Rafael Sbeghen Hoff, pela paciência aplicada, pelo empenho dedicado e pela exímia orientação que me foi dada. Ainda mais, nesse universo novo, o da Ciência. A Deus sobre todas as coisas, Que me Faz forte nas minhas maiores fraquezas.

AGRADECIMENTOS

Eu acredito que a partir desse momento eu posso usar uma linguagem metafórica, abstrata, cheia de adjetivos singulares. Para mim não existe vida sem eles, e que bom, que existe um nome para definir tudo o que amamos, expressamos e principalmente usamos para definir o que sentimos. Eu ainda não aprendi a falar na primeira pessoa, exponho aqui o que eu sinto no plural, como tudo que a vida expressa para gente, não é para mim só e sim para o todo. Bom, passa um filme na minha mente agora. Um filme que teve estreia no dia 15 de agosto do ano de 2015. Ano que pisei pela primeira vez em solo roraimense. E desde desse dia, que tudo mudou. Mudou minha concepção de mundo, minha liberdade que parecia que eu acabara de encontrar, mudou a pessoa, o ser humano, a profissional e a acadêmica que nunca deixou de existir. Se foi por ela, que tudo aconteceu, que eu atravessasse o Brasil, para conhecer e desbravar um solo que antes jamais havia sido visto. O conhecimento liberta, e que bom que eu o conheci. Que sorriso leve eu desperto agora, sorriso de gratidão, de acolhimento, de respeito, de carinho e de principalmente, poxa! Eu acho que consegui. Sorriso que veio na companhia de lágrimas de felicidade e mais uma vez, passa um filme diante de mim. Que filme lindo, eu posso garantir. Um filme de ação, emoção, adrenalina, amor, romance, um pouquinho de suspense e alguns momentos de terror. É tão bom, chegar até aqui e poder escrever essas linhas de liberdade, de uma escrita leve, autoral e opinativa, opinião de agradecimento. São só algumas poucas linhas expressas de forma descontraída, para externar o quão gratificante foi essa jornada. Lembro-me de um dos meus objetivos, quando decidi ir para o Extremo Norte do país, e um deles, era e sempre foi, conquistar uma pós-graduação no Estado que estava me recebendo outrora. Além claro, de amadurecer profissionalmente e absorver todas as boas experiências profissionais que eu pudesse conquistar, e eu conquistei. E eu conquistei. Lembro-me também, que umas das primeiras coisas que eu busquei saber, foi se na Universidade de lá oferecia pós-graduação em Comunicação. Sim, busquei na Federal essa informação, porque para mim, não era suficiente obter apenas uma pós em Roraima, eu desejava ter o Título pela Universidade Pública Federal de Roraima, e para a minha inquietude, não tinha perspectiva de abrir um programa de pós-graduação, lá. Bom, a partir de então eu segui

para os projetos imediatos, profissionais e de vida, e fui desbravando o querido Roraima. O sonho não morreu ali, ficou adormecido, e sempre que eu tinha uma oportunidade, de encontrar os Doutores em Comunicação, os colegas jornalistas, nas palestras, pautas, e eventos acadêmicos, esse assunto era abordado, outras vezes cobrados, e sempre, que oportunizava, sim, esse assunto era lembrado. Não me acomodei, precisava alimentar as minhas imaginações discursivas, e busquei por uma Pós, on-line, remota, e ela veio pela Instituição de Ensino que eu havia me graduado em Bacharelado em Comunicação em Jornalismo. O Desejo presencial não era possível naquele momento, eu estava em Roraima, lá não tinha Pós em Comunicação, nem sequer perspectiva naquele momento de haver, então, a solução foi me qualificar a distância. E veio uma, duas, pós-graduações em Comunicação de forma virtual. Não sabia eu que, duas coisas iriam mudar esses planos iniciais. Uma delas, é que essas Pós, online, que eu busquei fazer, iriam me ajudar a ingressar no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM-UFRR), primeiro para Aluna-especial do programa e depois como aluna regular, isso quatro anos depois, quando oficialmente era lançado o Programa de Pós-graduação da Universidade Pública do Extremo Norte. E o outro ponto, é que quando a aprovação veio, foi no período mais traumático vivido no mundo, até então. Que seria o período da Pandemia da Covid-19 (2019-2021) ponto alto desse vírus que assolou o mundo, e infelizmente ou felizmente, a Pós-presencial não foi possível de acontecer. E assim foi dado início a uma fase linda de aprendizados e conhecimentos por meio da Pós Stricto Sensu, mesmo em um período tão turbulento. Parece que eu sentia a necessidade de externar esses fatos, são tantos insights que surgem desses relatos, que se faziam necessários serem externados aqui. Fechando esse modo, sigo para as minhas considerações finais, com a sensação de que a missão foi árdua, desconhecida, desbravadora, e mais do que gratificante. Agradeço em especial o Estado de Roraima que me despertou para um novo mundo de descobertas e aprendizados, me fazendo se encontrar em um mercado de trabalho competitivo e que exige muito jogo de cintura para se manter. Agradeço pelas experiências únicas vividas no Extremo Norte do Brasil, que me oportunizaram as vivências mais incríveis na vida pessoal, profissional e principalmente acadêmica. À admiração que EU tenho ao mundo da comunicação, com todo e todos os percalços que encontrei pelo caminho, mas que me ajudaram a

conquistar espaços inimagináveis e a me superar em cada novo desafio, me tornando acima de tudo um ser humano melhor. A Deus sobre todas as coisas!

1 - INTRODUÇÃO

Levando-se em consideração a emergência do Tema, percebida pelos desdobramentos pós-governo Bolsonaro, voltada para *a relação da Demarcação das Terras Indígenas no país*, foi muito evidenciado no período pré-campanha eleitoral do então presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro (PL).

Já eleito presidente (2019-2020), período delimitado da nossa pesquisa entre 2019 a 2021, ficaram perceptíveis declarações sobre o assunto. Com isso, levantou-se o questionamento: como as pautas relacionadas às Terras Indígenas foram abordadas pelo ex-presidente da república do Brasil, na internet, neste período demarcado (2019-2021)?

A partir disso, surgiu *A comunicação presidencial sobre a Demarcação das Terras Indígenas no Twitter: um olhar comunicacional no perfil público do presidente do Brasil (2019-2022)*.

A Dissertação se vincula ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM-UFRR), por tratar de um processo comunicacional (mídiatização), por abordar um objeto empírico comunicacional, direcionado para as mensagens twittadas pelo então presidente da República na web, e por adotar uma epistemologia e um procedimento metodológico pertinentes aos estudos da Comunicação. A pesquisa desta Dissertação foi voltada para o estudo da comunicação presidencial proferido na rede social Twitter, sobre as Demarcações de Terras no Brasil.

O *Objetivo Geral* dessa pesquisa buscou compreender a comunicação do então presidente Jair Messias Bolsonaro no Twitter, em relação a Demarcação das Terras Indígenas. Nos *Objetivos Específicos*, trouxemos três abordagens: identificar o conteúdo mídiático do então presidente Jair Bolsonaro após eleição, voltado para as Terras Indígenas; examinar e problematizar a relação entre o conteúdo mídiatizado do então presidente Bolsonaro nessa plataforma digital sobre a Demarcação de Terras Indígenas e a função do Estado na preservação dos direitos dos povos originários; e analisar a relação entre as mensagens do então presidente Bolsonaro sobre a demarcação de

Terras e as práticas governamentais relacionadas ao tema, nas publicações do perfil público de Bolsonaro, no Twitter.

O *primeiro capítulo* traz a Legislação sobre as Terras Indígenas no Brasil; e a História da ocupação e a evolução política do Estado. Com o objetivo de contextualizar o tema e o objeto teórico, buscamos ressaltar as questões políticas que envolvem as Terras Indígenas em Roraima, mais especificamente sobre a Demarcação dessas Terras. Sobretudo voltadas para a legislação e as garantias dos povos indígenas.

Também examinamos esses fatores da legislação passeando ainda sobre a definição de Território e a Cultura Indígena desse espaço geográfico. Além de, trazermos o resgate dessa história de ocupação e evolução política, cultural e regional em torno dessas Terras.

No *segundo capítulo* são explanados os conceitos de Mídia e Mediação sobre Territórios Indígenas; Mídia, Cultura e Cotidiano. Os conceitos de mediação e mediação irão contribuir para os procedimentos metodológicos, com o olhar voltado para o campo político isolado no contexto da comunicação presidencial no Twitter e as governanças via canais de comunicação fora do ambiente midiático tradicional, bem como, sobre o que é a mídia e as suas variações, nesse processo de evolução como um todo, até chegarmos à “ferramenta” Twitter (RECUERO; ZAGO, 2009).

Já, para a proposta do *terceiro capítulo*, tratamos sobre Procedimentos Metodológicos; Epistemologias; o Corpus e as Categorias Analíticas; os Dados e a Análise de conteúdo; para finalizar, no *quarto capítulo* apresentamos as Considerações Finais e as Referências Bibliográficas.

A metodologia adotada para a análise dos dados coletados foi a de conteúdo, que me auxiliou no entendimento, compreensão do tema e a entender como a comunicação do Bolsonaro foi proferida no Twitter, de que forma, e por qual motivo determinada postura foi supostamente adotada.

1.1 - TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENA EM RORAIMA

A questão das Territorialidades das várias etnias indígenas do patrimônio regional e cultural do Estado de Roraima é alvo de disputas discursivas, midiáticas e políticas, que por vezes se desdobram em ações de violência contra esses povos indígenas. O jornal espanhol diário *El País*¹, trouxe na capa da edição brasileira de outubro de 2021, a manchete “*Duas crianças Yanomami são mortas, sugadas por uma draga da exploração ilegal de minério*”. A notícia que chocou o mundo e as mídias internacionais foi uma das muitas noticiadas, neste período do Governo Bolsonaro (2019-2022). Acredita-se que um dos motivos para esta realidade, se deu, pela falta de políticas públicas essenciais e que suprissem e respeitassem a legalidade e os direitos desse povo originário, em um universo de várias etnias indígenas. Outro site de notícias, o *Agência Brasil*², trouxe em uma das suas manchetes em maio de 2021: “*Indígenas denunciam novo ataque de garimpeiros em Terra Yanomami – duas crianças teriam sido encontradas mortas após o ataque*”.

Em outra abordagem, mas mostrando mais uma vez, o desrespeito às Terras Indígenas no Brasil, o site de notícias ambientais, sem fins lucrativos *Mongabay*³, que aborda notícias sobre conservação e ciência ambiental, trouxe na edição também de maio de 2021 a manchete “*Mineradora brasileiro-peruana contamina rios na Terra Indígena Waimiri-Atroari*”. Os recortes de notícias citados foram uma pequena amostra do quanto a pauta das Terras Indígenas no Brasil foram de fato frequentes e evidenciaram e ainda evidenciavam, até o momento dessa pesquisa (2022), o quanto os povos indígenas são vítimas de ações dos garimpeiros ilegais, e além de serem alvos constantes da falta de cumprimento e fiscalização das leis existentes, mais acessíveis e que respeitem o universo dos povos indígenas. As manchetes trouxeram também,

¹ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-16/duas-criancas-yanomami-mortas-por-uma-draga-de-exploracao-ilegal-de-minerio-diante-da-omissao-do-governo.html>.

² A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-16/duas-criancas-yanomami-mortas-por-uma-draga-de-exploracao-ilegal-de-minerio-diante-da-omissao-do-governo.html>.

³ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://brasil.mongabay.com/2021/05/mineradora-brasileiro-peruana-contamina-rios-na-terra-indigena-waimiri-atroari/>.

abordagens que retratam o quanto os povos indígenas foram e ainda são (2023) desrespeitados e vitimados pelas ações do homem branco. São fatos que evidenciam a fragilidade aparente das etnias indígenas no Norte do país.

1.2 - O QUE PROPÕE O PL 490/2007

O projeto de lei 490/2007, amplamente explicitado pelo autor Barcellos (2021) no site de notícias⁴ CNN Brasil, prevê que terras indígenas são aquelas que já estavam ocupadas no dia 5 de outubro de 1988, isso antes da Constituição Federal, sendo essa temporização, dia da promulgação da Constituição Federal do Brasil. As informações dão conta de que este Projeto de Lei é conhecido como *Marco Temporal*.

Esta lei prevê que para demarcar uma área é necessária a abertura de um processo administrativo na Fundação Nacional do Índio (Funai). O projeto que tramita na Câmara Federal proíbe que Terras Demarcadas previamente, sejam ampliadas, o que gera um grande impasse para a conjuntura dos povos indígenas, na região, impressões apresentadas, neste momento da pesquisa (2022).

Um outro trecho do PL prevê a flexibilização do contato com os povos isolados, desrespeitando mais uma vez os direitos constituídos de todo um povo. Com a aprovação do respectivo projeto, exige-se que seja comprovada, que as terras em processo de demarcação, tenham sido ocupadas, antes da promulgação da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Com essas informações apresentadas neste momento da pesquisa (2022), abriu-se um vago questionamento, de, como será comprovada essa ocupação pelos originários, se foi o homem branco que criou as leis?

1.3 - MARCO TEMPORAL

O parecer aprovado, disponibilizado no site oficial da Câmara dos Deputados, reuniu 14 projetos que tramitam sobre o assunto e determina que estados e municípios

⁴ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-pl-490-projeto-de-lei-que-altera-a-demarcacao-de-terras-indigenas/>.

onde se localizem Terras Indígenas participem da Demarcação. A matéria⁵ também previu mudanças no usufruto pelos povos originários e estabelece um marco temporal para que sejam demarcadas somente as áreas ocupadas pelos índios até a promulgação da Constituição de 88, ou Terras que tenham sido perdidas por violência, clandestinidade ou precariedade.

Ainda em 2008, o PL foi aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, mas acabou rejeitado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Como informam Moreira e Rodrigues, CNN, Brasília, em junho de 2021, grupos indígenas de diversas etnias protestaram em frente à Câmara dos Deputados contra o Projeto de Lei. Policiais Militares do Distrito Federal e indígenas entraram em confronto entre os anexos 2, 3 e 4 da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF. As informações sobre o PL 490/2007 repercutiram em várias mídias nacionais a exemplo do site de notícias CNN, fonte de consulta para estas atualizações, bem como o próprio site da Câmara dos Deputados.

Ainda de acordo com a Constituição Federal, por intermédio do Decreto n.º 1775/96, as fases do procedimento Demarcatório das Terras Tradicionalmente Ocupadas, são definidas por Decreto da Presidência da República e atualmente consistem em: Em Estudo; Delimitadas; *Declaradas*; Homologadas; Regularizadas e Interditadas.

Sendo as *Terras Declaradas*: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos, o georreferenciamento e, *Terras Homologadas*: sendo essas as Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial, que, se encaixam no objeto de estudo dessa pesquisa.

Essa pesquisa traz como *Objeto de Estudo* desta Dissertação de Mestrado, as Terras Indígenas *Waimiri-Atroari*; traz como *Objeto Teórico* a discussão sobre a midiaticização do conteúdo midiático do atual presidente do Brasil; o *Objeto Empírico* é constituído pelas mensagens Twittadas entre 2019 e 2021 pelo presidente sobre a

⁵ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/345311>.

fosse uma realidade se fazia necessário uma Interligação com a transmissão “Tucuruí-Macapá-Manaus”, mais conhecida como o *Linhão de Tucuruí*.

O que seria esse Linhão: é uma linha que leva a energia produzida na Hidrelétrica de Tucuruí, localizada na cidade de mesmo nome no Estado do Pará, na bacia do rio Tocantins, na cidade de Tucuruí-PA, a região mais ao norte do Rio Amazonas, no Brasil. De acordo com pesquisas realizadas pela Fundação Oswaldo Cruz, Instituição Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Biológicas, vinculada ao Ministério da Saúde (*Fio Cruz*⁶), a Linha de Transmissão atravessa o Rio Amazonas à altura dos municípios paraenses de Porto de Moz e Almeirim.

De lá, o ramo oriental leva energia a Macapá, capital do Amapá e o ramo ocidental leva a Manaus, no estado do Amazonas. FioCruz (2015) “As torres de apoio à extensão de cada lado do rio Amazonas são quase tão altas quanto a Torre Eiffel, em Paris. Já, o trajeto entre Manaus-AM e Boa Vista-RR, de pouco mais de 700 Km, foi licitado em 2011 e deveria ter sido entregue em 2015”, mas as obras não saíram do papel, FioCruz (2015), devido ao impasse da passagem do Linhão no território indígena *Waimiri-Atroari*, localizado entre os dois estados. Tratativas que foram retomadas no final do Governo Bolsonaro, entrando em consenso com os indígenas da região, e com a autorização no final de 2022, para o início das obras, que até o momento da escrita e defesa dessa Dissertação, em março de 2023, as obras ainda não haviam sido iniciadas. Detalho no decorrer desse tópico como se deram as tratativas.

Conforme apresentaram as pesquisadoras da FioCruz, Menezes, Rougemont e Souza (2015), “durante o projeto e a execução das obras foram observados atrasos na emissão das licenças ambientais e desafios legais”, uma vez que a linha cruza território de povos indígenas, sendo que não haviam indícios de que os indígenas haviam sido consultados, sendo esse o fator determinante e de maior preocupação quanto a Demarcação das Terras Indígenas na *Waimiri-Atroari*, até então.

O prazo previsto para a conclusão da obra do Linhão do Tucuruí, era o ano de 2021. Subtende-se que os impasses para a conclusão dessa obra, impasses que

⁶ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/linha-de-transmissao-de-tucuruí-e-foco-de-conflitos-impactos-e-problemas-que-chegam-a-tres-estados/>.

permaneceram até então (2022), foram exatamente o não respaldo às Terras Indígenas, e o não direito resguardado dos povos que ali vivem. Direitos esses, que entraram em consenso entre os indígenas e o Governo Federal, na conjuntura desse momento da pesquisa (2022).

Em um breve levantamento para esta Dissertação, realizado em sites oficiais a exemplo do site da *FIOCRUZ* (Fundação Oswaldo Cruz) e o site do *ISA* (Instituto Socioambiental), com informações do antropólogo e analista de pesquisa socioambiental, Santos (2018) , constatou-se que os *Waimiri-Atroari*⁷ foram reduzidos a apenas 350 pessoas, após a morte de mais de 2,5 mil deles, em função das consequências da construção da BR-174, que liga Manaus-AM a Boa Vista-RR, e das violências praticadas pelo governo militar para dobrar sua resistência à obra, nos anos 1970. Só depois de quatro décadas, conseguiram se recuperar e até o momento dessa pesquisa (2022) somavam-se mais de duas mil pessoas.

Para concretizar a construção do *Linhão de Tucuruí*, e se de fato essa se fazia necessário, era essencial uma consulta prévia às comunidades indígenas, algo que não estava sendo negociado pelo Governo Federal, até essa conjuntura (2019-2022). Essas tratativas⁸ estão previstas na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ratificada pelo Brasil. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmaram a aplicação do tratado, em várias decisões. Já, a Declaração da ONU (Organizações das Nações Unidas) sobre os Direitos dos Povos Indígenas, fala-se da necessidade do "consentimento" dessas populações para esse tipo de obra e para qualquer medida que afete as Terras *Waimiri-Atroari*.

1.4 – TERRITORIALIDADES, LEGISLAÇÃO E IDENTIDADES INDÍGENAS

⁷ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/waimiri-atroari-nao-sao-contralinhao-mas-exigem-consulta-e-compensacoes> .

⁸ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/waimiri-atroari-nao-sao-contralinhao-mas-exigem-consulta-e-compensacoes> ; <https://www.gov.br/funai/pt-br> ; <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> .

Para desenvolver estes questionamentos sobre as muitas questões que envolvem as Terras Indígenas, algumas explorações bibliográficas foram feitas para configurar o conceito de estudos de mídias em relação a Territorialidade, a exemplo do artigo *Comunicação e Territorialidades - Poder e Cultura, Redes e Mídias* de Zanetti e Reis (2017).

Percebeu-se que existe uma certa ligação entre territorialidade e poder. As autoras Zanetti e Reis (2017) fazem uma relação entre as ações de poder e controle, que estão fortemente presentes no campo da Geografia Política. Isso quer dizer que para Zanetti; Reis (2017, p. 11), esses estudos mostraram como poder e território se entrelaçam. Há, portanto, sentido, a questão de poder associada a território. Para tanto, o poder se apresenta como uma questão central na constituição do conceito de território, segundo as autoras e a identificação de território conforme traz Zanetti; Reis (2017, p. 11), se associa, a espaço de um campo de força, mais precisamente, em relações de espaços delimitados.

As noções de poder e controle estão fortemente presentes no campo da Geografia Política, que centra seus estudos na questão do Estado e das nações, o que, para o autor, acabou consolidando uma ideia de fixidez dos territórios, devido à duração em que Estado e nação se inscrevem no tempo histórico. Mas não é apenas nesse contexto que o poder se manifesta na configuração das territorialidades. Na dimensão dos “nanoterritórios” (SOUZA, 2009, p. 67), conformados no cotidiano dos indivíduos, é possível verificar a existência desse “campo de forças” em ação, na forma de experiências espaço-temporais fluidas e passageiras. É possível assim perceber também a mobilidade dos territórios, que são operados numa escala de micropoderes, tal como propõe Foucault (1979). A perspectiva do poder na conformação dos territórios é colhida também em outros autores, entre os quais Robert Sack (1986), *Comunicação e Territorialidades: Poder e cultura, redes e mídias* que também entende a territorialidade humana de forma abrangente, não se restringindo-se apenas aos Estados-Nação. Para ele, a territorialidade é uma estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através de um domínio de área, e ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais (ZANETTI; REIS, 2017, p. 11-12).

Subtendeu-se que não existe poder sem a existência de Território e que se luta pelo acesso a esses espaços territoriais, os que têm mais força política e econômica. Um domínio conquistado de forma ilegal. Portanto, poder, cultura e território são elos inseparáveis de uma mesma corrente, não se rompem, tornando-se quase que impossível separá-los.

Outro conceito trazido por Zanetti e Reis (2017), após estudos feitos pelas autoras, apontou que os conceitos de território e territorialidade estão relacionados às noções de

apropriação e dominação, correspondendo a primeira a um processo mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do “valor de uso”, e a segunda a uma perspectiva mais concreta, funcional e vinculada ao “valor de troca”.

Estudos fundamentados em Haesbaert (2004), por Zanetti e Reis (2017), mostram que a “partir dessa distinção é interessante observar que como ‘espaço-tempo vivido’, o território ‘uni funcional’ é proposto pela lógica capitalista hegemônica”, (ZANETTI; REIS, 2017, p. 12). Dominação e apropriação e, conseqüentemente, os processos de reapropriação) são noções que contribuem para nortear também, reflexões acerca dos territórios comunicacionais e as informações sobre esses espaços, vinculados ao que se é publicado na mídia e nas ferramentas virtuais.

Para o embasamento Teórico, os conceitos trazidos por Hall (2003, p. 11) contribuíram para o embasamento teórico desse estudo. Em *‘Da Diáspora Identidades e Mediações Culturais’*, o pensamento de Hall (2003) “passa por convicções democráticas e pela observação cultural contemporânea”. Como por exemplo, acerca da cultura existencial, passeando pelas questões paradigmáticas de como pensar sem reduzir as ligações entre o social e o simbólico. Isso, embora tenha grande parte de seus estudos voltados para a cultura negra, é uma base teórica que fortalece as reflexões voltadas para o reconhecimento também, da cultura indígena, pois não existe uma ideologia rígida, e sim ideologias. Ideologias que precisam, de ter seus espaços definidos, e resguardados. Quando se busca um parâmetro oposto a realidade dos povos indígenas, se encontra no espaço vivido, o que se deve ser respeitado. Se referindo a ideologia, Hall (2003) traz uma pertinente contextualização sobre o tema, o que é oportuno para a contribuição do universo indígena ao qual esse trabalho faz parte.

O pensamento tem um peso específico, pois o pronunciamento teórico é uma prática cultural crítica, que se faz com a pretensão de intervir em uma discussão mais ampla; por natureza, a teoria tem esse potencial de intervenção. Quando revê a questão da ideologia, quero colocá-la (a ideologia) enquanto um problema geral – um problema para a teoria porque também é um problema para a política e a estratégia. A teoria é uma tentativa de solucionar problemas políticos e estratégicos, não uma elaboração a partir deles. A teoria é uma tentativa de saber algo que, por sua vez, leva a um novo ponto de partida em um processo sempre inacabado de indagação e descoberta; não é um sistema que precisa ser acabado, útil na produção do conhecimento (HALL, 2003, p. 14).

As reflexões trazidas por Hall (2003) se encaixaram na proposta dessa

Dissertação no sentido de compreender que existem limites entre a teoria da comunicação e os conteúdos midiáticos em si, e que se estão muito ligados, as questões da ideologia. Essa linha divisória entre o teórico e a prática, requer muita paciência nesse processo de entendimento, em se tratando especificamente das teorias relacionadas a complexidade do objeto estudado. Para Hall (2003, p. 15) “o paradoxo se desfaz quando se entende que a identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada.” A partir disso, se percebe que ainda há espaço para melhorias em um universo tão complexo de ideologias e tão necessitado de respeito a esses múltiplos contextos. Com isso, o conceito de identidade vai servir de parâmetro para a autonomia da definição do que seria de fato a classificação de outros tantos conceitos, contribuindo para a associação da identidade envolvida também, nas definições já trazidas nesta pesquisa, a exemplo de cultura, território, poder e etnias.

Foi observado que vários questionamentos foram levantados pelo autor, um deles, o que chamou a atenção, é sobre se a América Latina seria “pós-colonial”, mesmo que as lutas de independência tenham acontecido no século XIX, isso significa, que, antes da invasão dos colonizadores em nosso Território. Então Hall (2003, p. 106) questiona e reforça essa indagação, com um leque ampliado, sobre toda essa contextualização.

A Grã-Bretanha é "pós-colonial" no mesmo sentido em que são os Estados Unidos? É conveniente considerar os Estados Unidos uma nação "pós-colonial"? Deveria o termo ser aplicado igualmente a Austrália, um país de colonização branca, e a Índia? A Grã-Bretanha e o Canadá, a Nigéria e a Jamaica seriam todos "igualmente pós-coloniais", tal como Shohat questiona em seu artigo? Os argelinos que vivem em seu país e os que vivem na França, os Franceses e os colonos *pied-noir*, seriam todos eles "pós-coloniais"? A América Latina seria "pós-colonial", ainda que suas lutas de independência tenham ocorrido no início do século dezenove — portanto bem antes da recente fase de "descolonização" a qual o termo se refere mais evidentemente — e tenham sido lideradas pelos descendentes dos colonizadores espanhóis que haviam colonizado os "povos nativos"? (HALL, 2003, p. 17).

Interessante esse direcionamento contextual apontado por Hall (2003), no sentido de que existe uma certa homogeneização racial por meio da colonização branca. Se percebe uma certa manipulação cultural e uma medição de forças, para que de fato não prevaleça e permaneça essa colonização imposta. Percebe-se de forma empírica, que a força e resistência dos povos indígenas permanecem.

Em *Antropologia do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*, de Sodré (2002), o parâmetro é a habitação e o costume, onde se organizam as situações cotidianas. Espaços utilizados para a ação humana de forma organizada. Sodré (2002) fala do grego antigo que deu nome à *ethos*, essa ação vivida pelo homem, fazendo desse objeto uma “*espistème*”, a ética. Sodré (2002, p. 45) fala que “na palavra *ethos*, e nos modos diferentes como era escrito em grego, ressoa o sentido de habitar, com toda a extensão e conexões dessa ideia”.

Nesse parâmetro do cotidiano, tanto morada quanto as condições de moradia, as normas, os atos práticos que o homem repetidamente executa, são designados por essa mesma conexão, a da ética, por isso se acostuma, em referência ao se abrigar num espaço determinado. Sodré (2002, p.46) aponta também, outro significado para essa conexão, o “caráter e, por derivação, na retórica aristotélica, a imagem moral que o orador construía discursivamente para o público”. Com isso, de um modo geral, *ethos* classificado pelo autor é a consciência atuante e objetivada de um grupo social.

Nesse sentido, é o espaço onde se manifesta a compreensão histórica do sentido e da existência onde têm lugar as interpretações simbólicas do mundo – e, portanto, a instância de regulação das identidades individuais e coletivas. Costumes, hábitos, regras e valores são os materiais que explicitam a sua vigência e regulam à maneira de uma “segunda natureza” (como estatui um aforisma popular a respeito do hábito), o senso comum (SODRÉ, 2002, p.46).

Com essa explanação de senso comum trazida por Sodré (2002), percebeu-se um outro contexto, o que faz parte do cotidiano e da ética, ligados fortemente aos *hábitos*. Existe uma compreensão de que os hábitos são de certa forma uma maneira de fazer as coisas acontecerem, por meio dos costumes e da cultura de todo um povo, uma vaga “coerência do mundo”.

As reflexões passeiam por essas proposições, referentes as vivências do cotidiano, trazidas por Sodré (2002, p. 47), “tudo o que se infere da experiência é mais um efeito do hábito do que do raciocínio: o hábito é, assim, o grande guia da vida humana. É só esse princípio que torna nossa experiência útil para nós”, compreendendo-se que as reflexões fazem parte da vida cotidiana com infinitas possibilidades.

Este é o sentido de *ethos* no obscuro fragmento "*ethos antropou dairnon*", de Heráclito, que recebe traduções bastante diversas, como "a morada do homem é o extraordinário", "o homem mora nas imediações de seus deuses" e outras. É esperar, no futuro, uma cadeia de acontecimentos semelhante às que ocorreram no passado". A ética social imediata ou entidade, esta que experimentamos no

cotidiano de nossas relações com o socius, é propriamente a maneira (que vem de manere, permanecer, morar), a forma de vida de um grupo social específico. Forma social (para a sociologia da linhagem de Georg Simmel) ou forma de vida (Wittgenstein) são categorias atinentes à noção de ethos. E não há ethos sem um ambiente cognitivo que o dinamize, sem uma unidade dinâmica de identificações do grupo, que é o seu modo de relacionamento com a singularidade própria, isto é, a cultura. Aí atuam as formas simbólicas que, historicamente, orientam o conhecimento, a sensibilidade e as ações dos indivíduos (SODRÉ, 2002, p. 46).

Portanto, entende-se que ética é cultura, é simbologia, é identidade, é história. Acima de tudo, ética é também a origem herdada no gene de um grupo, de um povo e se fundamenta com as teorias trazidas por Sodré (2002). Em relação aos povos tradicionais e originários, essa herança é cheia de simbologias e se consolida nesse universo que constrói e reconstrói nossa história aborígine.

O ensaio *Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas*, da autora Becker (2010), traz conceitos sobre a territorialidade e gestão de território. Apresenta estudos que permeiam de forma aprofundada o conhecimento sobre “o processo de transformação territorial contemporâneo na Amazônia”, esse conceito da autora enriquece a pesquisa apresentada, pois faz parte do universo Amazônico e norteia a fundamentação nesse sentido.

Falar de Demarcação de Terras Indígenas não é só uma questão política, abrange todo um contexto social, cultural, geográfico e acima de tudo, ético. Vários questionamentos são direcionados para o planejamento do Governo Federal, voltado para essa macrorregião amazônica. Existem vários argumentos a respeito, Becker (2010, p. 17) reforça essa “necessidade de formular as políticas públicas para escalas geográficas adequadas aos processos sociais territorializados.”

O que faz total sentido, pois no caso da Amazônia, as políticas e o planejamento governamental devem levar em consideração dois vetores, Becker (2010, p. 17-18) “de transformação regional, que expressam a estrutura transicional do Estado e do território contemporâneos, do vetor tecnoindustrial e o vetor tecno-ecológico”. Com isso, entendeu-se que o Governo Federal e todo o seu aparato de estrutura de governo deve elaborar políticas públicas de valorização e reconhecimento dos povos indígenas, e que legalmente as leis possam ir ao encontro dessa mínima parcela de povos do Brasil. Essa importante pauta, corroborou com a proposta que trazemos em nosso objeto de pesquisa, pelo simples fato de fazer parte da nossa história, e de se buscar frequentemente, o

respeito a toda uma era contemporânea.

Com isso, com a fundamentação dos estudos apresentados até aqui, o conhecimento de mundo e o entendimento da pauta social levantada nesta pesquisa, dos povos indígenas e de seu território, fez com que o olhar de pesquisadora se torna-se mais preciso, coeso e claro, como em uma linguagem metafórica de um abrir de uma luz no meio da selva amazônica, como em um alívio de não se sentir mais, tão perdida.

Reforçando as questões políticas, acerca dos territórios amazônicos, Becker (2010, p. 18) conceitua bem, “os segundos e terceiros Quartéis do século XX foram marcados pelo forte poder dos Estados Nacionais na indução da economia.” Há de se entender que para esse desenvolvimento, ações foram voltadas para as macrorregiões, tanto para uma centralização desse desenvolvimento, como para impor certo nível de poder na região.

A meta de unificação do mercado doméstico e a necessária negociação com as elites regionais explicam a primazia da macrorregião como fundamento da organização dos sistemas espaciais nacionais. O Brasil não fugiu à regra. Pelo contrário, foi um caso exemplar da intervenção do Estado na economia e no território, com base no planejamento macrorregional. E a Amazônia foi uma região prioritária para a integração nacional nos anos 1965-1985, como é do conhecimento de todos. É bem diversa a situação atual. Novas territorialidades vêm emergindo no mundo em diferentes escalas, pondo em xeque não só a primazia da macrorregião para o planejamento, como o próprio Estado como única fonte de poder. Tal processo vem, certamente, ocorrendo no Brasil, onde é pouco analisado, e, no entanto, vem se formando. A elaboração de políticas públicas no novo momento histórico exige que se aprofunde o conhecimento sobre o processo de transformação territorial que ocorre na Amazônia, hoje (BECKER, 2010, p. 18).

Esse cenário apresentado por Becker (2010) explicitou muito sobre a realidade dos amazônidas até mesmo em dias atuais (2023). A citação justifica a pesquisa a partir desse referencial teórico, uma vez que tomou como objeto de estudo o conteúdo midiático sobre o tratamento presidencial empregado ao tema Territórios Indígenas – em especial aqueles na Região Amazônica. Becker (2010) expôs também, que os povos da região da Amazônia estão dependentes de políticas públicas e com isso, permanecem sem autonomia para tomadas de decisões, e ainda mais, em se tratando dos territórios adquiridos pela vivência histórica. Compreende-se que se busca por mais políticas públicas que atendam aos interesses do bem comum, não só, aos interesses do poderio econômico.

O artigo *Geopolítica da comunicação na Amazônia* de Castro (2012), trouxe um traçado panorâmico dos sistemas de comunicação midiática na região Norte do Brasil e de suas estratégias de atuação e reprodução social. Como tudo é comunicação e transformada em mídia, tem um alcance ainda maior, falar de Amazônia e não falar de mídia é impossível. Falar de Amazônia e falar de sua relação com a mídia, é quase que inevitável, por dois fatores predominantes, o *tema* (Amazônia) por ter um peso gigantesco para a esfera universal e a *mídia*, esse fenômeno que atravessa todos os continentes.

O Castro (2012, p. 152) procura “constituir uma tipologia das empresas, privadas e públicas, bem como dos diversos agentes de comunicação que atuaram na Amazônia, observando suas relações sistêmicas e seu papel na economia midiática local.” Volta e meia, percebe-se que estamos sendo mediados pela economia, importante para o fator de desenvolvimento social de uma região. O alavancar desse progresso, também está inserido ao universo midiático, como se um dependesse do outro para sobreviver. Contudo foi exposto que,

A ocupação do espectro midiático, na região amazônica, obedece a lógicas sistêmicas superpostas, por vezes concorrentes, caracterizadas por perfis empresariais e modelos de negócio que frequentemente rompem as cadeias de atuação em forma de rede dos grandes players midiáticos nacionais. Observando as estratégias e os perfis de atuação dos grupos locais, bem como, a atuação local dos grupos nacionais (CASTRO, 2012, p. 153).

O autor Castro (2012, p. 154) trouxe também, uma observação dos grupos que seguiram padrões de atuação, no campo da Comunicação na Amazônia, “conforme a dimensão sistêmica, ou seja, conforme se apresentaram: como grandes empresas, religiosas, comunitárias ou populares”. Com isso, surgiu um outro cenário dentro da Amazônia, “o dos colaboradores que descreveram o sistema de comunicação presente no espaço amazônico”. Em relação ao cenário das grandes empresas, em contraponto ao cenário da Comunicação no mesmo espaço (Amazônia), um não é menos importante do que o outro. O Castro (2012) trouxe vários conceitos de autores, que embasaram e complementaram os apontamentos proferidos por ele, até essa parte da Dissertação, se referindo o quão a comunicação midiática fez parte dos grandes grupos de empresas instaladas na Região Amazônica, neste momento citado pelo autor (2012).

Festa (1986) discute o funcionamento dos veículos a partir do ponto de vista de

moradores de Santarém (PA). Vieira Júnior (1993) indaga sobre o grau de influência política nos jornais de Rondônia. Beltrão (1996) explora o papel da mídia no desenvolvimento sustentável. Taveira (1999) investiga o desenvolvimento da Rede Amazônica de Televisão e elabora um panorama da restante cena regional. Veloso observa a dimensão política dos grandes jornais paraenses (2008) e a luta contra hegemônica do jornalismo alternativo feito por Lúcio Flávio Pinto em Belém (1987-2011). O próprio jornalista tematiza constantemente a cena midiática no estado do Pará (PINTO 1987--2011), contribuindo com informações para a compreensão das relações internas do sistema estudado (CASTRO, 2012, p. 153).

Seria quase que impossível desbravar todo o universo teórico apresentado por Castro (2012), levando em consideração o curto tempo que tivemos para o levantamento da fundamentação teórica para esta Dissertação, mas o resumo trazido por ele, e apresentado até aqui, embasou bem e já contribuiu para o enriquecimento teórico dessa pesquisa. Contribuiu ainda, para o aprofundamento da linguagem amazônica e a direcionar o olhar para as necessidades locais, por intermédio de quem narrou as vivências ocorridas in loco, trazendo para esse cenário amplo, as divergências e as urgências das necessidades reais.

A obra *“Filhos de Deus e netos de Makunaima: apropriações do catolicismo em terras Makuxi”* da autora Morais (2013), mostrou o universo de uma das Terras Indígenas do Extremo Norte do Brasil, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), que vivenciou e ainda vivencia até o momento dessa pesquisa (2022) o processo de Demarcação de Terras. Esta obra contribui para o conhecimento sobre as demais terras indígenas de Roraima, bem como o conhecimento das demais etnias e suas peculiaridades, a exemplo das etnias já citadas por Freitas (2009) e a exemplo das adaptações religiosas vividas pelos povos indígenas na Região, bem explanadas por Morais (2013). A autora reforça isso, quando nos traz,

No que diz respeito à TIRSS há muitas inscrições e destaques sobre a contenda jurídica e o capítulo especial do direito legislativo, com ampla ressonância sobre os povos indígenas do Brasil. Busca-se os sentidos espiralados, aqueles que são continuamente construídos pelas atualizações. Conforme Michel de Certeau, procuraremos os — relatos do espaço em torno do processo da luta pela conquista da terra, situados, digamos, nos subterrâneos da reelaboração simbólica. Os relatos — [...] atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços. [...] Vendo as coisas assim, as estruturas narrativas têm valor de sintaxes espaciais. (CERTEAU, 2009, p. 182) Em análise correspondente a essas trajetórias, priorizam-se os relatos que apontam para a construção simbólica da terra indígena. A denominação TIRSS é decorrente do processo de identificação e delimitação que prescreve, em ato administrativo, a extensão das terras indígenas no Brasil. Em Roraima, com o acirramento dos conflitos

originados pela disputa da terra e a formação pela FUNAI dos primeiros grupos de trabalho encarregados de deslanchar o processo demarcatório, na década de 1970, a região passou a ser identificada como Área Indígena Raposa Serra do Sol (AIRASOL) (MORAIS, 2013, p. 147).

Morais (2013) enfatiza a “Teologização da Terra”, quando traz a expressão Makuxi *Anna Pata, Anna Yan* - que na língua portuguesa quer dizer — “*Nossa Terra, Nossa Mãe*”, e a “Teologia da Libertação (TdL)”, vivências do cotidiano dos indígenas Makuxi. Morais (2013, p. 152) falou sobre essa relação entre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a TdL, que mesmo que tenham referências interdependentes, “colaboram de modo enfático para as formas de apropriação do catolicismo pelos Makuxi. Isso quer dizer que o modo como se passa a viver essa experiência católica se articula, em grande parcela, com a concepção teologizada da terra indígena”. Essas vivências trazidas por Morais (2013) contribuíram para o mapeamento e o conhecimento cultural dos vários povos que ali se encontram. Reforçando a contribuição para a fundamentação e a metodologia adotada.

Desbravar esse universo indigenista das etnias indígenas da Região Norte, em Roraima, contribuiu para o mapeamento e conhecimento cultural dos povos que ali se encontram. Reforçando e contribuindo também, para a fundamentação e a metodologia aplicada para a pesquisa desta Dissertação. Um verdadeiro campo desconhecido, ao qual se pede humildemente licença para entrar, bem como, autorização que é solicitada aos místicos quando se adentra a um lugar sagrado, desconhecido, da Mãe Terra, Mãe Água (rios e mares) e Mãe Natureza (cosmos).

Já, o mexicano Cancline em *Culturas Híbridas: Estratégias Para Entrar e Sair da Modernidade* (1998) expôs nesta obra, uma breve avaliação acerca das relações entre a modernidade sociocultural e a modernização econômica nos países da América Latina, com ênfase para a Argentina, o Brasil e o México. Na resenha do professor Oliveira (2007) da Universidade Federal do Goiás (UFGO), sobre esta obra do Cancline (1998), logo de entrada, fez uma abordagem de impacto e bem realista, por que não dizer atemporal sobre a massificação das várias culturas dentro da sociedade.

Canclini foca sua atenção nos papéis dos agentes sociais envolvidos na construção dos produtos culturais ditos cultos, populares ou massivos (aqueles ligados à produção da indústria cultural) e suas relações com a modernidade. Para tanto, ele apresenta as estratégias de diversos setores, como os artistas, os literatos, os museus, as disciplinas sociais (especialmente a Antropologia e a

Sociologia), a mídia e as classes políticas, na abordagem do que é tradicional e do que é moderno, para então reforçar a ideia de que, na América Latina, há uma longa história de construção de uma cultura híbrida, em que a modernidade é sinônimo de pluralidade, mesclando relações entre hegemônicos e subalternos, tradicional e moderno, culto, popular e massivo (OLIVEIRA, 2007, p. 173).

No capítulo Culturas híbridas, poderes oblíquos de Canclini (1998), o autor trouxe uma observação sobre um certo desenvolvimento da sociedade latino-americana, com o advento da mídia eletrônica, tanto na cidade como nas zonas mais afastadas, acarretando uma certa mobilização social, por meio desse desenvolvimento moderno. O autor Oliveira (2007) abordou bem isso, quando analisou a mobilização social de Canclini (1998).

A vida urbana transgride a ordem “imposta” pelo desenvolvimento moderno na tentativa de distribuir os objetos e os signos em lugares específicos e classificar as “coisas” e as “linguagens” que falam delas, com uma organização sistemática dos “espaços” sociais em que devem ser consumidos. Como os monumentos, que abertos à dinâmica urbana, facilitam que a memória interaja com a mudança, que os heróis nacionais se revitalizem graças à propaganda ou ao trânsito. A “agonia das coleções”, por sua vez, “é o sintoma mais claro de como se desvanecem as classificações que distinguem o culto do popular e ambos do massivo. As culturas já não se agrupam em grupos fixos e estáveis” (p. 304). Proliferam os dispositivos de reprodução que não podem ser definidos como cultos ou populares (OLIVEIRA, 2007, p. 173).

O antropólogo argentino contemporâneo Canclini (2008, p. 309) citou que “as buscas mais radicais sobre o que significa estar entrando e saindo da modernidade são as dos que assumem as tensões entre desterritorialização”. Faz todo sentido perceber essa massificação de culturas, por meio da unificação.

Direcionando o olhar para as contextualizações das lutas travadas pelos povos nativos no Norte do país, mais precisamente no Estado de Roraima. Observou-se que em pleno século XXI, esses povos indígenas seguem lutando pelo direito à *terra, contra a destruição da natureza e pela Demarcação*. Com isso, as várias etnias que sobrevivem ao longo dos séculos na Região Amazônica do Brasil, resistem para se manterem com o direito reservado das Terras Demarcadas, fatos reais vivenciados até esse momento (2022), sendo um direito garantido dessa soberania. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz no Caput do artigo 231 e nos parágrafos 1º e 2º que,

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam,

competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (BRASIL, 1988).

Ainda nos parágrafos seguintes da Constituição Federal, mais direitos são resguardados em relação às terras habitadas pelos indígenas, com ênfase para os processos de identificação e territorialidades. Isso significa dizer que, nem sempre esses direitos são garantidos aos povos indígenas.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. (BRASIL, 1988).

Com a Legislação vigente tudo parece tão simples e fácil, isso porque na teoria tudo se torna mais aplicável, até chegar a tão temida prática. Quando se fala em Terras Indígenas então, dimensionar a aplicabilidade das Leis a essas reservas, é uma grande missão quase que impossível, por isso se faz necessário se fazer lembrar para que não caia no esquecimento os verdadeiros direitos dos povos indígenas do Brasil, e no Brasil.

As Terras Indígenas se tornam essenciais para a constituição das identidades indígenas. Conforme traz a procuradora federal, Soares (2014) pelo site Jus.com⁹, o substantivo 'terras' é termo que assume compostura nitidamente sociocultural, e não política. Observa-se que a Constituição teve o cuidado de não falar em territórios indígenas, mas, tão só, em 'terras indígenas'. Com essas explanações, percebe-se, que,

⁹ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://jus.com.br/artigos/26927/disciplina-constitucional-das-terras-tradicionalmente-ocupadas-pelos-indios>.

Os ‘grupos’, ‘organizações’, ‘populações’ ou ‘comunidades’ indígenas não constituem pessoa federada. Com isso, não formam circunscrição que tenha dimensão política, não se reconhece a qualquer das organizações sociais indígenas, ao conjunto delas, ou à sua base peculiarmente antropológica, nem se configura uma dimensão de instância transnacional (SOARES, 2014, p.1).

De acordo com a Justiça do Brasil regida pela Constituição Federal (1988), nenhuma das comunidades indígenas brasileiras detém estatura normativa para comparecer perante a Ordem Jurídica Internacional como ‘Nação’, ‘País’, ‘Pátria’, ‘Território Nacional’ ou ‘Povo’ Independente, se tornando de fácil percepção que todas as vezes em que a Constituição (1988) tratou de ‘nacionalidade’ e dos demais vocábulos aspeados (País, Pátria, Território Nacional e Povo) foi para se referir ao Brasil por inteiro.

De acordo com Silva Filho (2016) em *Protagonismo e Resistência dos Waimiri-Atroari na Amazônia*, em um breve histórico que explanou sobre o povo Waimiri-Atroari, o autor aborda a Etno-história da origem desse povo indígena, em copilados trazidos de vários outros pesquisadores que já haviam estudado essa origem, antes. O autor Silva Filho (2016) traz que para tentar compreender sobre a cultura e a história dos Waimiri-Atroari, foram feitos acionamentos a outros pesquisadores, que segundo Silva Filho (2016) trouxeram a variedade de etnias que habitavam o território da Reserva Indígena, dos Waimiri-Atroari.

Silva Filho (2016) afirmou que “em meados do século XVIII, eram identificados na região os Pariquis, Arauaquis, Cirucumás, Caripunás e Sedahis”, sendo esse povo, “do grupo linguístico Karib”. Nessa breve explanação Silva Filho (2016) trouxe também, que o território tradicional dos Waimiri-Atroari se limita, “a oeste com os rios Negro e Branco e ao sul com o rio Amazonas”. Sendo os primeiros contatos desse povo, até então isolado, apenas a partir do século XIX.

A origem do povo Waimiri-Atroari é proveniente de outras etnias, “[...] o tronco Ipurucotó bifurcou-se, dando origem aos ramos Crichaná e Macuchy [...]” (RODRIGUES, 1885, p. 137). Nessa ótica, o relatório produzido no ano de 1983, na cidade de Itacoatiara, pelo indigenista Egydio Schwade, descreve que os povos Karib são oriundos de floresta tropical, fazem as suas aldeias em lugares próximos de cursos d’água importantes para a pesca e navegação e praticam uma agricultura típica de floresta tropical. Ainda segundo Egydio, todos esses aspectos de organização e de sobrevivência interna dos Waimiri-Atroari foram profundamente atrapalhados com a presença do tipo capitalista de coleta, com o advento do extrativismo, que penetrou em seus territórios, sem se importar em manter um prévio contato humano. Dessa forma, Egydio continua sua descrição, conforme relatório produzido em 1983 e apresentado em 26 de setembro do mesmo ano, na Prelazia de Itacoatiara, em uma reunião do Movimento de Apoio

à Resistência Waimiri-Atroari – MAREWA: “A existência de recursos naturais como gomas elásticas, madeiras de lei, pau rosa, óleos vegetais, frutas e resinas, além de minérios e a abundância de peixes e de caça, atraiu muita gente para a região, sobretudo a partir do século passado” [...] o Programa Waimiri-Atroari alega que, nos primórdios desses contatos, houve duas estimativas de sua população: uma que os dava como sendo seis mil pessoas; e a outra, em torno de duas mil. Suas terras eram pródigas em produtos de grande importância comercial para a época, atraindo, assim, a cobiça de colonizadores pioneiros que subiram pelos rios Negro, Branco e Jauaperi. Os contatos iniciais ocorreram nas atuais cidades de Moura e Airão, de forma quase sempre belicosa, com o apoio inclusive de forças militares coloniais (SILVA FILHO, 2016, p. 38-41).

Em termos históricos, existem vários pontos de vistas narrados da mesma história, com relatos importantes de figuras que marcam essa comunicação e nos permitem divagar no imaginário oportuno, outrora fundamentado.

As informações dão conta de que no século XIX, as terras habitadas pelos Waimiri eram prósperas, com cultivos de produtos de grande importância comercial para a época, sendo esse o atrativo para os colonizadores pioneiros adentrarem a Amazônia brasileira, com navegações, subindo os rios Negro, Branco e Jauaperi. Com essa invasão, aldeias inteiras foram dizimadas, tanto por expedições militares, quanto por matadores contratados para esse mal, com um único objetivo, ter acesso a livre exploração das riquezas naturais que ali existiam e ainda existem (2022). Fatos históricos marcam a cultura, o território, a vida e a arte dos povos indígenas Waimiri-Atroari. A começar pela construção da BR 174 na década de 1970.

Durante um período de quatro anos, entre 1974-1977, esses povos se depararam com um verdadeiro caos desumano contra as origens que ali perpetuam. O autor Silva Filho (2016), trouxe ainda que, já em 1979, um estudo de realização de outro pesquisador, o sertanista Cravero, reconheceu “que a porção Leste da Reserva Indígena Waimiri-Atroari, à direita da BR-174, continuava a ser utilizada pelos índios para a colheita de ovos de tracajá, sendo área tradicional de moradia, caça e pesca”. E só no ano de 1986, toda a extensão do rio Uatumã à montante da barragem da Usina Hidrelétrica de Balbina – UHE, foi percorrido por José Porfírio de Carvalho, um grande indigenista do Brasil, “sem constatar qualquer sinal de ocupação não indígena nas suas margens ou propriedades rurais na região”. Silva Filho (2016) constatou ainda que em 1987, “populações Waimiri-Atroari dos aldeamentos Tapupunã e Taquari, foram removidos dos seus locais de moradia após enchimento do reservatório da UHE Balbina”.

A esse respeito, o antropólogo da UnB Stephen Grant Baines em sua obra “A Usina Hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari” comenta: Toda a área inundada fazia parte do território dos Waimiri-Atroari até o início da década de 1970, onde cerca de aproximadamente 311 km² da área inundada estão dentro do território que foi demarcado, para os Waimiri-Atroari depois do desmembramento de 1981 (BAINES, 1994, p. 3). Em 1995, os índios Waimiri-Atroari reocuparam as pontas de terras em parte da área alagada pelo reservatório de Balbina, fundando a aldeia Wariné nas proximidades da antiga foz do igarapé Água Branca, fora da área atualmente demarcada e homologada. No entanto, de acordo com o Relatório diagnóstico produzido pela Eletrobras em parceria com a Eletronorte (1987, p. 196) “o primeiro evento referente à criação da reserva Waimiri-Atroari foi em 1917, através da lei nº 941 de 16/10/1917”, onde as terras da margem direita do rio Jauaperi foram destinadas aos índios em questão, uma vez que nessa área já havia sido instalado pelo antigo SPI um posto indígena chamado Mahauá (SILVA FILHO, 2016, p. 43).

Já, o site de notícias roraimense *Roraima Adventures*¹⁰, assinado por Souza (2012) também trouxe, que os povos Waimiri-Atroari são de uma etnia do termo linguístico Karib, que ocupa o território localizado nas Regiões Sul de Roraima e Norte do Amazonas, Estados que pertencem à Região Norte do Brasil. E que a partir da construção da rodovia federal BR 174 dentro da Terra Indígena, vieram em sequência a instalação do Projeto Pitinga Parapanema, de extração de cassiterita, como resultado de chicanas jurídico-administrativas, tramadas nas esferas do governo federal, que culminaram no esbulho da terra dos Waimiri-Atroari em 526 mil hectares, além da abertura de uma estrada ilegal, no interior da reserva indígena, para o transporte livre do minério saqueado, extraído de forma ilegal.

Bem como, a construção da Hidrelétrica de Balbina, concluída já em 1987. O escritor Souza (2012) (*Roraima Adventure*), traz também, que a efetivação da Hidrelétrica foi o único empreendimento que teve a preocupação e o compromisso ético de procurar minimizar os impactos socioambientais negativos que poderiam afetar a comunidade Waimiri-Atroari, não só em decorrência do reservatório de 30 mil hectares construído na terra indígena, mas também de todo o contexto social, político e econômico da região.

Após esses desgastes do poderio econômico à tranquilidade dos povos indígenas Waimiri-Atroari, algumas conquistas foram contabilizadas para esses povos originários, a ressaltar a demarcação ainda em 1987, de uma terra de superfície de 2.585.911 (dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e onze) hectares. Isso só foi

¹⁰ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [Waimiri-Atroari: conheça a história – Roraima Adventures | Turismo de Aventura](#) .

possível por intermédio de um financiamento realizado à época pelas Centrais do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), em conformidade com uma proposta apresentada em decorrência de estudos antropológicos realizados por grupos técnicos constituídos pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Outra conquista, não menos importante, foi a implantação do Programa Waimiri-Atroari, um ano após a Demarcação de Terras, em 1988, ano constituinte, com ações voltadas para as áreas da saúde, educação, administração, meio ambiente, apoio à produção, documentação e memória dos povos Waimiri. Os estudos mostram que essas iniciativas contribuíram para uma qualidade de vida, respeito e respaldo a cultura e direitos dos povos que ali perpetuam.

Com uma abordagem mais ampla sobre a história dos Waimiri-Atroari, o escritor *Damasio (2020)*¹¹, trouxe a seguinte afirmação, “Ditadura militar quase dizimou os Waimiri-Atroari – e indígenas temem novo massacre”. Nesse cenário de guerra entre os anos de 1974 a 1983, foram realizadas grandes obras na Amazônia, servindo de pretexto para o genocídio cometido pelo regime militar de 74. *Damasio (2020)* trouxe também, que os ataques se deram por meio de bombardeios, destruições dos locais de rituais dos Waimiri, os conhecidos locais sagrados, além de chacinas que praticamente dizimaram os povos indígenas da Reserva Waimiri-Atroari.

Dados da Funai trazidos pelo *Damasio (2020)* dão conta de que, em 1972 a população de Waimiris-Atroaris era de 3 mil pessoas. Já na segunda metade de 1974, a história deu conta de que acontecia ali o maior massacre aos povos indígenas já noticiados no Brasil, até esse momento (2022). Tudo em nome do PIN (Plano de Integração Nacional) decretado pelo general Emílio Garrastazu Médici, que buscava na época (1974) a ocupação de 2 milhões de Km² na Amazônia.

Acredito que o caso dos waimiri atroari é o mais emblemático por ser o mais documentado e pelas diversas formas de violência”, conta o indigenista Tiago Maiká Schwade. Ele é colaborador do relatório *O genocídio do povo waimiri atroari*, do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, que o pai dele, Egydio, coordenou. “Um poderio bélico militar foi usado contra um grupo de indígenas praticamente indefesos, além de casos de negligência em relação ao contato. Os depoimentos comprovam que foram utilizadas armas químicas ou biológicas para

¹¹ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [Ditadura militar quase dizimou os waimiri atroari – e indígenas temem novo massacre | National Geographic \(nationalgeographicbrasil.com\)](https://www.nationalgeographic.com.br/ditadura-militar-quase-dizimou-os-waimiri-atroari-e-indigenas-temem-novo-massacre). POR KEVIN DAMASIO
PUBLICADO 1 DE ABR. DE 2019 12:57 BRT, ATUALIZADO 5 DE NOV. DE 2020 03:22 BRT.

pôr em prática uma política de extermínio para desocupação do território, pelo interesse mineral. Presidente Figueiredo, hoje, é o município com a maior arrecadação de todo o estado do Amazonas, por conta da instalação de uma mineradora que aconteceu em meio a esse processo genocida. (DAMASIO, 2020).

Ao término das obras do Plano de Integração Nacional à época, imposto pelo Regime Militar, em 1983, esse número de indígenas reduziu a apenas 350 sobreviventes, a maioria de mulheres e crianças. Após situações vivenciadas e relatadas pelos povos Waimiri-Atroari, sobreviventes dos massacres de 74, outro fantasma passou a tomar conta dos Waimiri-Atroari da atualidade, contemporâneos da cultura dos Kinja. Isso após o Decreto do então presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), para acelerar o licenciamento ambiental da reserva indígena Waimiri-Atroari, com a construção do Linhão de Tucuruí, com a finalidade da questão da segurança nacional.

Um breve levantamento fundamentado pelo Instituto Socioambiental (ISA)¹², assinado por Vale (2020), traz dados sobre os Povos Indígenas no Brasil. As informações mostram que o povo kinja é uma autodenominação dos Waimiri-Atroari. Essas informações trazem relatos de que os atuais Waimiri-Atroari contam que antigamente existiam dois grupos de indígenas na atual Reserva Indígena W.A. e que eram denominados Iky e Wehmiri. ISA (2009) “Os Iky viviam na cabeceira do rio e tinham a pele *sakra* (mais clara) e os Wehmiri moravam próximo à foz e tinham a pele *tapyryma* (mais escura que os Iky)”. Segundo os relatos, esses grupos habitavam tanto o fundo do rio, pois eram parentes do Xiriminja que era uma entidade mitológica que mora nas águas, quanto na terra firme. Sendo a filha dos Iky quem deu o pênis para *kinja emymy* (kinja sem pênis) e a partir daí teria começado uma das histórias sobre a origem desse povo.

Os Waimiri Atroari se denominam *kinja* (gente verdadeira) em oposição a *kaminja* (não indígena), *makyma* (canhoto) e a *irikwa* (morto-vivo). O nome Waimiri Atroari, como são conhecidos na atualidade, data do início do século XX, na época do SPI (Serviço de Proteção aos Índios). No entanto essa denominação composta representa somente um povo: o povo kinja. Segundo o povo kinja (autodenominação Waimiri Atroari), antigamente todos os seres mitológicos e animais que habitavam a Terra eram gente e viviam no meio de kinja. Um dia "choveu" muita pedra e todos pensaram que o mundo iria acabar, no entanto havia uma casa cujo esteio central era de piria (pau d'arco), madeira muito dura

¹² A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [Waimiri Atroari - Povos Indígenas no Brasil \(socioambiental.org\)](https://www.socioambiental.org/pt-br/temas/povos-indigenas-no-brasil) consulta em 20.02.2023.

que aguentou as pancadas das pedras. Nessa maloca moravam várias famílias e a partir delas surgiram os ascendentes dos atuais Waimiri Atroari. (VALE, 2020).

Os breves relatos trazidos pelo Instituto Socioambiental fazem parte da comunicação construída por intermédio da cultura de um povo, e o misticismo, certamente não fica de fora desse contexto. Há de se imaginar que por traz desses fatos históricos narrados por colonizadores, existem uma dimensão jamais conhecida, há de se imaginar.

Depois dos acontecimentos do passado, protagonizados, pelo governo federal durante a Ditadura Militar, é compreensível a apreensão sobre uma nova investida governamental sobre o mesmo território. Outros fatos marcantes da história triste vivenciada pelos Waimiri-Atroari, trazem números ainda mais precisos, do genocídio ocorrido aos então, povos Kinja. Os dados mostram de acordo com informações trazidas pela Comissão Nacional da Verdade criada pela Funai, que ao menos 8.350 índios foram assassinados entre 1946 e 1988.

As investigações apontam dois períodos distintos em se tratando de violações aos povos indígenas. Antes de dezembro de 1968, os massacres se davam mais pela omissão do Estado. Após o Ato Institucional 5 (AI-5), com a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), o maior responsável pelos homicídios foi o regime militar, que durou de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985. Os waimiri atroari representam ao menos 2.650, atrás apenas dos Cinta-Larga (3.500 mortes). De acordo com a Funai, a população dos Waimiri-Atroari era de 3 mil pessoas em 1972. Em 1983, apenas 350 sobreviveram aos massacres. Em 1987, a população subiu para 420. Hoje, há aproximadamente 2 mil pessoas. O MPF, contudo, ressalta em um relatório da ação civil pública que o número de vítimas pode ser ainda maior, “considerando que as diferentes contagens do povo Kinja na ditadura atendiam determinados interesses governamentais pouco preocupados com a revelação da verdade”. (DAMASIO, 2020).

O escritor Damasio (2020) trouxe também que, os Waimiri-Atroari permaneceram com pouco contato de não índios até a instalação dos Postos Indígenas de Atração, próximos aos rios Camanaú, Alalaú e Santo Antônio.

Em 1917, os Waimiri-Atroari conseguiram a concessão do território situado na divisa entre os estados do Amazonas e de Roraima. Permaneceram com pouco contato de não índios até a instalação dos Postos Indígenas de Atração (PIA) próximos aos rios Camanaú (1969), Alalaú (1970) e Santo Antônio do Abanari (1972). Os PIA eram parte de um plano de ação entre a Funai, o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, o Instituto de Terras, o Ministério da Aeronáutica e o Grupamento Especial de Fronteiras do Exército. O objetivo principal, conforme o relatório da Comissão Nacional da Verdade, era acelerar o “processo de integração [dos Waimiri-Atroari na sociedade nacional, assim como realizar trabalhos de apoio aos serviços da estrada BR-174”. (DAMASIO, 2020).

Vários são os relatos dos que participaram, vivenciaram e sobreviveram ao ataque, a invasão e aos entraves acontecidos na década de 70, em meio a Floresta Amazônica, um habitat ainda não explorado até então, pelos civilizados. Um massacre que quase dizimou a cultura de todo um povo indígena do Brasil, uma história marcada por sangue, sofrimento e luta. Um dos relatos marcantes, que faz parte da história triste do nosso país, expõe o pensamento desumano, autoritário e ditador, exposto pelo General Ismarth de Araújo Oliveira, Presidente da Funai, à época de 1975, “Há uma coisa que é certa: a decisão do governo, que é irreversível, de continuar a estrada.”, em sequência várias afirmações autoritárias foram constatadas ao longo da história.

O general de Brigada, Gentil Paes, assinou o seguinte ofício em 1974: “Esse Comando, caso haja visitas dos índios, realiza pequenas demonstrações de força, mostrando aos mesmos os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso de dinamite”. Já o coronel Arruda, comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, disse em 1975 que “a estrada é irreversível como é a integração da Amazônia ao país. A estrada é importante e tem que ser construída, custe o que custar. Não vamos mudar o seu traçado, que seria oneroso para o Batalhão apenas para pacificarmos primeiro os índios. [...] Não vamos parar os trabalhos apenas para que a Funai complete a atração dos índios”. (DAMASIO, 2020).

Ao passo em que se apresentava um verdadeiro cenário de guerra, nas terras indígenas Waimiri-Atroari, os índios foram sendo pacificados à força. Com a criação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em 1967, esses povos ficaram um pouco amparados. Essa criação foi realizada para substituir o Serviço de Proteção ao Índio que estava vinculado ao Ministério do Interior, responsável naquele cenário pela abertura das estradas, em plena floresta, e foi denunciado à época, por omissão, com vários casos relatados no Relatório Figueiredo, datado de 1967. Os relatos históricos continuam e não param. À medida em que se busca por desbravar esse cenário manchado da história indigenista do Brasil, se descobre, se ver relatos cada vez mais desumanos.

O órgão indigenista possuía pronunciamento desenvolvimentista – diferentemente do que é hoje em dia. “Os Waimiri Atroari têm constituído problemas emocionais, não só no âmbito do nosso país como também no âmbito internacional”, disse o então presidente do órgão, o general Ismarth de Araújo Oliveira, durante a 81ª sessão do Conselho Indigenista da Funai (CIF), em 1975. “Há uma coisa que é certa: a decisão do governo, que é irreversível, de continuar a estrada.” Raimundo Pereira da Silva era mateiro da Funai, trabalhou na abertura da BR-174 e presenciou a truculência do Batalhão de Infantaria da Selva (BIS). Ele relatou seu espanto aos pesquisadores do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, Egydio e Maiká Schwade: “Eu fiquei impressionado

porque, antes do Exército entrar, a gente via muito, muito índio. [...] Depois que o BIS entrou, nós não vimos mais índios [...]. Antes cansou de chegar 300, 400 índios no barraco da gente”. (DAMASIO, 2020).

Com tantos relatos de violência, mortes com retomada a força e truculência das Terras Indígenas Waimiri-Atroari e ao ataque do povo indígena que vivia ali, várias denúncias foram realizadas à época. Uma denúncia muito importante datada do início de 1980, foi realizada no IV Tribunal Russel em Roterdã, na Holanda. Na ocasião, o Brasil foi denunciado pelo genocídio dos Waimiri-Atroari e de outras aldeias indígenas. Foi constatado, conforme informações trazidas pelo Damasio (2020), que a Corte Internacional concluiu que era evidente a “responsabilidade exclusiva do governo, que instalou um programa global, conscientemente genocida e etnocida na vida daqueles povos”. Com o Brasil sendo malvisto fora do país, denunciado e até julgado por cortes internacionais, por aqui os indígenas seguiam firmes em busca da garantia de direitos e da soberania devida, que estava lhe sendo usurpada por forças políticas e militares, literalmente.

Nesse cenário de instabilidade, a BR-174¹³, que liga o Estado do Amazonas a Roraima era concluída em 1979, com fortes indícios da continuidade da violação naquelas Terras Indígenas, fazendo referência ao Decreto de desapropriação de mais de 30 mil hectares de Terras indígenas, lado Leste do território Waimiri-Atroari, por determinação do general João Figueiredo, em 1981.

A região foi inundada para a instalação da Usina Hidrelétrica de Balbina. “O desmembramento da terra indígena waimiri atroari visava também ceder vastas porções do território a companhias mineradoras que, desde a década de 1970, pediram autorização para prospecção mineral na área”, conclui o volume II do relatório da Comissão Nacional da Verdade, assinado pela psicanalista Maria Rita Kehl. “Com o decreto de Figueiredo, as mineradoras Timbó/Paranapanema e Taboca puderam se estabelecer numa área de 526.800 hectares dentro da reserva.” As margens da BR-174 foram invadidas por posseiros e fazendeiros.

¹³ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: A BR-174, também conhecida por Manaus–Boa Vista, é uma rodovia longitudinal que interliga os estados brasileiros de Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Roraima à Venezuela. Planejada originalmente para facilitar a ligação da Fronteira Brasil–Venezuela com o restante do Brasil, estava previsto, no antigo Plano Nacional de Rodovias, que a BR-174 se estenderia por 3.319,90 quilômetros. Contudo, até hoje vários trechos da rodovia sequer existem e os que chegaram a ser abertos estão sem pavimentação até os dias atuais ou correm concomitante com outras estradas federais e estaduais. Considerando apenas os trechos existentes oficialmente, a rodovia possui 1 902 quilômetros. É a única ligação de Roraima com o resto do país, sendo sua maior e principal rodovia. Embora iniciada no governo militar, a conclusão de seu asfaltamento e sinalização no trecho norte deu-se somente em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Enciclopédia Nacional. (13.01.2023).

Segundo a Funai, o governo do Amazonas deu aval a 338 títulos de propriedade dentro da TI, até 1981. Segundo o relatório da CNV, o governo militar ainda financiou atividades agropecuárias por meio dos programas Polo Amazônia e Proálcool. (DAMASIO, 2020).

Os relatos continuam, segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade¹⁴(CNV), foi assinado em 9 de julho de 1982 pela Funai um contrato com a empresa Paranapanema para a construção de mais uma estrada nas TI Waimiri-Atroari, dessa vez com 39 Km de extensão, “para ligar a Mina do Pitinga ao Km 250 da BR-174. Segundo esses relatos trazidos pela CNV, publicados por Damasio (2020) pelo site National Geographic “as obras contavam com a segurança de paramilitares do Sacopã - “400 homens equipados com cartucheiras 20 milímetros, rifle 38, revólveres de variado calibre e cães adestrados”. A partir de então, uma Ação civil pública foi movida pelo Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM).

“Depois que a estrada ficou pronta, a doença conhecida por sarampo quase matou toda a aldeia. Muitos kinjas morreram. Dawna foi o primeiro que adoeceu. Foi levado para Manaus para tratamento”, relataram os líderes Dawna e Wanaby ao Ministério Público Federal. “A construção da estrada trouxe sofrimento, doenças e perseguição. Há um local onde enterramos nossos mortos que morreram pela doença do homem branco. A morte de nosso povo surgia com frequência e reduziu o nosso povo.” Dawna e Wanaby contam também que “a perseguição sempre ocorria à noite”, quando “escutávamos o barulho alto de espingarda ou bomba. Não sabíamos o que era. Sentíamos muito medo”. (DAMASIO, 2020).

As informações dão conta de que o MPF instaurou um inquérito civil público em 2012, no Amazonas-AM e que os procuradores trabalharam cinco anos para coletar documentos, realizar oitivas com os sobreviventes e testemunhas do massacre da TI Waimiri-Atroari, e só após essa longa sabatina, em 2017, a ação civil pública foi movida, em concordância com as lideranças indígenas dos então povos Kinja. “O processo teve

¹⁴ Comissão Nacional da Verdade (CNV), abreviadamente Comissão da Verdade, foi um colegiado instituído pelo governo do Brasil para investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. As violações aconteceram no Brasil e no exterior, praticadas por “agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado” brasileiro. A comissão foi composta de sete membros nomeados pela presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que foram auxiliados por assessores, consultores e pesquisadores. A Lei 12.528/2011, que a instituiu, foi sancionada em 18 de novembro de 2011, e a comissão foi instalada oficialmente em 16 de maio de 2012. A cerimônia de instalação contou com a participação de todos os ex-Presidentes da República desde o restabelecimento da democracia após a ditadura militar (1964-1985). A CNV concentrou seus esforços no exame e esclarecimento das violações de direitos humanos praticados durante esta última ditadura.

o objetivo de responsabilizar e cobrar do Estado brasileiro indenizações no valor de R\$ 50 milhões pelos massacres que ocorreram durante a construção da BR-174". Exposições reais como as encontradas nesse relatório exposto por Damasio (2020) expôs e repassou a sensação do verdadeiro terror vivenciado pelos Waimiris-Atroaris, fantasmas que se estendem até hoje (2023) na história triste do nosso país, que teve como vítimas os Kinjas. Uma assombração que parece longe do fim.

Além disso, o MPF cobra a reparação por meio de pedido oficial de desculpas e "inclusão do estudo das violações sofridas pelos indígenas nos conteúdos programáticos escolares", assim como garantias de que não haja mais situações similares. Outras demandas são "a abertura dos arquivos militares e a reunião e sistematização, no Arquivo Nacional, de toda a documentação" relacionada ao genocídio dos kinjas. A ação de 2017 também demandou a consulta prévia da comunidade indígena, em caso de medidas "legislativa ou administrativa com impacto sobre o território", seguindo a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "de forma livre e informada, com base em regras a serem definidas pelo próprio povo Kinja". "A tentativa de passar por cima dos direitos indígenas para implantar projetos de infraestrutura, como linhas de transmissão e estradas ou para assegurar a exploração de recursos minerais, gerou consequências muito graves, e a reparação nunca será plena", disse, à época, o procurador da República Julio José Araújo Junior, coordenador do Grupo de Trabalho Povos Indígenas e Regime Militar. "Não repetir os mesmos erros, ainda mais em tempos democráticos, é o mínimo que se espera para que não ocorram novas violações". (DAMASIO, 2020).

Os povos indígenas das Terras Indígenas Waimiri-Atroari vivem outra triste realidade, a da realização da construção do Linhão de Tucuruí, essa extensão da linha de transmissão de energia vai de Manaus (AM) a Boa Vista (RR), seguindo em paralelo à BR-174, com uma estrutura de 715 km que já atravessa 120 km da TI Waimiri-Atroari. O fato é de que até o momento de escrita dessa pesquisa, com finalização no início do ano de 2023, o Estado de Roraima é o único da Federação brasileira que ainda não integra o Sistema Nacional de Energia Elétrica, ficando dependente da energia cedida pelo país fronteiriço, a Venezuela, ao qual oferece uma energia precária, a preços elevados, seguida de inúmeros apagões na localidade, do Extremo Norte do Brasil.

Com esse cenário de instabilidade energética no Estado que se encontra acima da Linha do Equador, o então presidente da República, Bolsonaro, decidiu sem consulta prévia aos indígenas da região Norte, acelerar o licenciamento ambiental do Linhão do Tucuruí, temido pelos Waimiri-Atroari. A decisão foi homologada com a justificativa de aumentar a segurança nacional, com a independência energética no Extremo Norte. Uma

afirmação proferida pelo Porta-voz¹⁵ da Presidência da República, em 2019, o General Otávio do Rêgo confirma isso, “O Linhão de Tucuruí foi considerado pelo Conselho de Defesa Nacional uma obra que está dentro do escopo da soberania e da integridade nacional”, com ênfase de que o processo de construção do Linhão seria acelerado.

Com essa afirmação, trazida por Damasio (2020) as tratativas deliberativas tomaram fôlego por parte do Governo Federal. Ainda de acordo Damasio (2020), no dia 28 de fevereiro de 2019, início do Governo Bolsonaro, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, garantiu que “o governo manteria o diálogo com a população indígena, por meio da Funai, e que o processo de licenciamento, que se arrasta desde 2011, continuaria com um tratamento jurídico próprio, por ser uma questão do interesse nacional”. Após essa afirmação repentina e urgente do Governo, rapidamente houve uma repercussão na mídia, atingido diretamente a fragilidade política dos Waimiris, mas não passando despercebida pelos Órgãos de proteção e fiscalização desses direitos. Prontamente o Ministério Público Federal, emitiu uma nota, apontando as inúmeras discordâncias ilegais proferidas nos últimos pronunciamentos.

Em nota, o MPF contestou a decisão e recomendou que a Funai e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) “se abstenham de promover qualquer espécie de fracionamento no processo de licenciamento ambiental”. Para o MPF, o fracionamento desconsideraria “o trecho que incide sobre a terra indígena” e “a ausência de consulta prévia ao povo Waimiri-Atroari podem configurar ato de improbidade administrativa, sendo passíveis de ação judicial.

Mesmo com tamanha repercussão da decisão política do Governo Federal em dar andamento as obras do Linhão do Tucuruí, sem prévia consulta aos donos da Terra, por direitos legais e naturais, de fatos históricos e predominantes, outras afirmações eram proferidas por demais ministros do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), em sequência, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, fez um comunicado¹⁶ em 27 de março de 2019, à Câmara dos Deputados, fazendo referência que pretendia concluir a fase de

¹⁵ Consulta realizada pelos links: [Declaração à imprensa do senhor Porta-Voz, general Otávio Rêgo Barros — Planalto \(www.gov.br\)](#) e [2019 — Planalto \(www.gov.br\)](#) , em 20.02.2023

¹⁶ Consulta realizada pelos links: [Ministro participa de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados — Ministério de Minas e Energia \(www.gov.br\)](#) e [\(39\) Minas e Energia - Comparcimento de Ministro - 27/03/2019 - 10:08 - YouTube](#) , em 20.02.2023.

discussões e planejamentos até o início do segundo semestre daquele ano legislativo. O ministro de Minas e Energia afirmava no respectivo comunicado à Câmara Federal que seguia preceitos legais e manteria, Damasio (2020), “contato permanente com dezenas de comunidades indígenas que precisavam participar e serem escutadas” nesse processo de andamento do Linhão.

Albuquerque ainda retomou o assunto de explorar recursos minerais de terras indígenas e faixas de fronteira. “As restrições aplicadas a estas áreas não têm favorecido o desenvolvimento. Ao contrário, se tornaram focos de conflitos e atividades ilegais”, ele disse. Em seguida, citou o artigo 231 da Constituição Federal: “O aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”. Nos últimos três meses, o líder atroari Mário Parwé dialogou com técnicos do consórcio que fará a obra e disse que estão dispostos a autorizá-la se o processo for bem planejado. Entretanto, a postura apressada do governo tem gerado críticas. “Estão querendo repetir o conflito, passar o linhão na marra? A palavra na marra é o ponto de guerra, não é bom. Não queremos mais isso”, disse Parwé ao jornalista Rubens Valente, repórter da *Folha de S. Paulo* e autor do livro *Os Fuzis e as Flechas*. (DAMASIO, 2020).

Várias Ongs emitiram apoios aos indígenas Waimiris-Atroaris, a exemplo da *Survival Internacional*, uma organização não-governamental internacional que defende os povos indígenas ao redor do mundo e ajuda os povos indígenas a defender suas vidas, proteger suas terras e determinar seus próprios futuros. De acordo com Damasio (2020) a ONG é representada por Shenker e foi criada após as denúncias do genocídio dos Waimiri-Atroaris, no regime militar, a partir dos anos 1960. Para Damasio (2020), “as ações e os projetos do governo para enfraquecer os direitos indígenas, sobretudo territoriais, “são como uma declaração de guerra contra os povos do Brasil”.

A defensora dos direitos indígenas, Shenker ressalta também, que os atos de resistência de povos indígenas naquele ano (2019), lideravam a maior manifestação mundial em janeiro.

“Isso mostrou que a pressão dos povos indígenas e da opinião pública pode trazer mudanças reais duradouras”, ela me diz. “Então, só há uma solução: demarcação e proteção das terras indígenas – algo que já está escrito claramente na Constituição e na Convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que o país ratificou em 2002. É dever do Brasil proteger as terras indígenas”. (DAMASIO, 2020).

Com isso, os indígenas ficaram temerosos a um novo massacre, assim como

aconteceu nas décadas de 60 e 70 na América do Sul, Brasil, Norte do país. A ditadura militar de fato, quase dizimou os povos Waimirir-Atroari, atualmente (2023) denominados.

Nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades: *Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas*; Reservas Indígenas; Terras Dominais e Interditadas. Sendo as *Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas* foco dos nossos estudos, pois são as Terras Indígenas de que trata o art.º 231 da Constituição Federal de 1988, de direito originário dos povos indígenas, cujo processo de Demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

Ainda de acordo com a Constituição Federal vigente (1988-2023), os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam, apesar disto, a legislação atual é alvo de críticas e propostas de reformulação. Podemos citar os Projetos de Lei mais recentes que autorizam garimpos e outras atividades em Terras Indígenas.

Um dos Projetos de Lei mais recentes, o *PL 490/2007* recebeu propostas de alteração em junho de 2021, que visa modificar o processo de Demarcação de Terras Indígenas no Brasil, o parecer foi do Deputado Federal Arthur Maia (DEM-BA), após a votação de 40 votos a favor e 21 contra. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, aprovou o parecer que foi encaminhado para apreciação do Senado Federal. A partir de então, abriu-se um enorme parêntese, de como será a definição desse cenário que está longe do fim.

Após uma breve contextualização sobre as Terras indígenas e a Legislação que rege esse universo, entramos um pouco no campo das identidades. Para conceituar esse universo da identidade, em pleno avanço de mudanças culturais constantes, recorreremos a Hall (2006). Subtendeu-se que o conceito de identidade, se enquadra ao contexto étnico racial do Brasil, e que várias são as definições relacionadas, conforme o entendimento de mundo. Logo, Hall (2006) definiu esse conjunto de características ao qual é possível distinguir uma pessoa ou uma coisa, uma da outra, quando diz que:

O homem da sociedade moderna tinha uma identidade bem definida e localizada no mundo social e cultural. Mas uma mudança estrutural está fragmentando e deslocando as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Se antes estas identidades eram sólidas localizações, nas quais os indivíduos se encaixavam socialmente, hoje elas se encontram com fronteiras

menos definidas que provocam no indivíduo uma crise de identidade” (HALL, 2006, p.1).

A miscigenação cultural, a união de culturas, no caso dos povos indígenas, que estão cada vez mais convivendo e participando da cultura do homem branco, e também a imigração desenfreada de vários povos, têm contribuído para uma identidade em expansão, que de fato, fica difícil definir uma identidade própria quando não se está em seu próprio mundo, até mesmo pela adesão de costumes e hábitos diferentes do nosso, no cotidiano isso vai sim, ficando comprometido. É compreensível e subtende-se que muitas são as identidades trazidas por um único ser à medida que o tempo e as circunstâncias vão surgindo. As novas experiências e acontecimentos históricos vividos pelos indivíduos ao longo do tempo, acredita-se também contribuir para essas múltiplas identidades. Para Hall (2003), discutir processos de identificação traz ainda outras contextualizações.

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial (HALL, 2003, p. 47).

Essas metáforas referidas por Hall (2003) estão ligadas ao conhecimento de mundo adquirido com o tempo e com isso, formando e gerando as múltiplas identidades que se acumulam por toda uma vida. Partindo desse princípio, se torna aceitável absorver quando alguém do Nordeste brasileiro fala que tem um pouco da cultura do Extremo Norte no próprio gene, pelas vivências absorvidas de lá. De fato, é como se o próprio ser se sentisse fazer parte desse outro mundo, que não é mais outro, e sim, o mesmo seu, principalmente quando se refere ao cultural, ao vivido, à simbologia de todo um espaço territorial e ao habitat de todo um povo originário.

Com isso, ao fazer uma análise das peculiaridades em relação aos embates constitucionais, entre direitos e deveres dos indígenas, em relação às Terras Demarcadas, se faz necessário se aprofundar teoricamente sobre os conceitos fundamentados das territorialidades, identificação e identidades, para o unificar das ideologias, se é que existe alguma definição sobre isso (a ideologia). Ainda sobre o

conceito de identificação, Hall (2016), também traz o olhar de outros grandes autores sobre esta tão emblemática identidade cultural.

A condição de homem (sic) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo – como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar (HALL, 2006, p. 48).

A partir disto, sem um sentimento de identificação, acredita-se que o homem moderno perde o sentimento de pertencer a algum lugar. Outras contextualizações trazidas por Hall (2006, p. 48) são desmembradas, “a partir de uma posição mais liberal, também acredita que sem um sentimento de identificação nacional o sujeito moderno experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva”. Com essa abordagem sobre os conceitos de identidade e processos de identificação, contribuem para entender melhor o embasamento teórico e para ampliar o entendimento sobre as múltiplas definições a respeito de identidade. Contudo, para entender também a mediação da Demarcação de Terras Indígenas, se faz necessário trazer a ideia de homem e nação, que para Hall (2006) parece impor uma tensão na atualidade contemporânea. Entende-se que se publiciza aquilo que se é mais salutar ao homem civilizado.

A ideia de um homem (sic) sem nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mas que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal (HALL, 2006, p. 48).

Esse óbvio apresentado pelo autor Hall (2006) em relação a pertencer a algum lugar parece apropriado, pois o que se apresenta é que se cria algo mais oportuno para quem assim o descreve, a própria sociedade. Aparentemente, se torna mais fácil definir a imagem de um homem sem identidade, quando esse homem pertence a uma Nação. A partir disto, é perceptível que os problemas da Nação sejam encobertos dando margem a algo criado ou supostamente inventado, pelo próprio homem. Subtendeu-se também que, por mais que se levante ideias diferentes em relação a nossa realidade identitária, não será possível arrancá-la das nossas raízes, muito menos as histórias que fazem parte da origem do indivíduo. Faz parte da nossa história, se não escrita, mas sim, narradas

por aqueles que resistem e persistem, para manter viva a própria identidade. É inerente ao ser humano pertencer a uma nação, não é uma escolha, é algo que acontece. Portanto, ter uma identidade faz parte desse atributo. O que acontece ao meu ver, é que as pessoas querem pertencer a algo diferente do que já são.

O argumento que estarei considerando aqui é que, na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” veio a ser representada - como um conjunto de significados pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma identidade política, mas algo que produz sentidos - um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (HALL, 2006, p. 48).

Passeando de forma literária entre os Territórios Indígenas no Extremo Norte do Brasil, encontra-se *‘Cultura Indígena de Roraima em Busca de Identidade’*. Filef (2013), sucintamente aborda esse universo das territorialidades de forma mais abrangente, mas sempre voltado para o contexto de espaço territorial, sendo uma abordagem mais humanizada e “conscientizadora”, é o que parece.

Para melhor entender como o território surge do espaço tem-se como exemplo, um produto (cadeira) que surgiu de uma determinada matéria-prima (madeira); ou seja, o espaço que até no momento não era habitado, assim que começa a ser explorado, vai se definindo por meio de sua condição, de seu habitat. É assim que surge o território como se este fosse o produto de uma matéria-prima, que é o espaço. E o que se reproduz no espaço demonstra o que se deseja de um território, de um local de relações. Raffestin, no entanto, define o conceito de espaço da seguinte forma: Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém como uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação [...] Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente, ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa” (RAFFESTIN, 1993, p. 153 apud FILEF, 2013, p. 1-2).

Entende-se, portanto, que as relações são marcadas pelo poder entre os membros de uma sociedade, onde suas ações e significações refletem em uma territorialidade. Territorialidade esta que conforme Filef (2013, p. 160), “pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

Ainda conforme traz Filef (2013), em seu artigo *Cultura Indígena de Roraima em*

Busca de Identidade, no que diz respeito à identidade, pode-se afirmar que a mesma está presente nos diversos grupos étnicos em suas variadas formas, onde, em muitos casos, se veem como uns mais importantes que os outros.

A identidade é produto de contraste e é, portanto, dialógica e dinâmica. Se os europeus inventaram os “índios”, as inúmeras e distintas populações com as quais passara a se relacionar foram obrigadas a se enquadrar nesta nova categoria e se apropriar dela de forma particular. Portanto, os “índios” tinham “existência concreta” e passaram a agir e se autodenominar como tais. Além do enquadramento na visão que deles se tinha, afirmaram a sua diferença por contraste àqueles com quem foram forçados a conviver (FILEF, 2013, p. 4-5).

Mediante o cenário até esses dias (2023) em que vivem os povos indígenas, originários do nosso país (Brasil), percebe-se que ao longo dos anos, o homem branco quis enterrar de forma preordenada a real característica dos indígenas, um povo livre, com toda a força que traz em seu gene. Isso, com posturas formuladas, traz um povo esquecido e não valorizado. Percebe-se, então, de acordo com Filef (2013, p. 5), que “identificação tem um sentido lógico, o de designar e nomear qualquer coisa ou qualquer um, e a partir de então, se distinguir de outrem”.

Isso pode significar que, em um outro sentido, a identidade pode dar ao indivíduo, assim como para um grupo específico, a identificação na semelhança do mundo ao qual esse indivíduo faz parte, “tornando-se pertencente à comunidade, ao grupo ou à mesma ideologia”.

Portanto, ainda de acordo com Filef (2013, p. 6), compreende-se que “a identidade se constrói através da simbologia e das características sociais, sendo que tudo o que diverge, ou seja, é diferente, na construção da identidade é passível de exclusão pela própria sociedade”.

Após um apanhado de citações referenciadas por autores que em determinado tempo compilou o universo da identificação, encontra-se nesse sistema simbólico quem somos ou aquilo que podemos nos tornar. E com isso, o autor Filef (2013) trouxe em seu artigo esse compilado de pensamentos contemporâneos que se torna quase que impossível não citar. Essa representação traz consigo o que se compreende de acordo com o processo cultural, pois, de acordo com Filef (2013, p. 4), “onde as identidades individuais ou coletivas e os sistemas simbólicos se manifestam trazendo à tona alguns questionamentos”, a exemplo de: Quem sou eu? O que poderia ser? Ou até mesmo,

quem eu quero ser?

Após um aprofundamento teórico nas pesquisas de Filef (2013, p. 5), constatou-se que em uma das suas citações, é enfatizado a variedade de etnias existentes no nosso país, “segundo Bergamaschi (2008), existem mais de 230 povos indígenas no país, e estes contribuem, inevitavelmente, para com a diversidade étnico-cultural do Brasil”.

Com esses estudos apontados, foi perceptível entender a importância da contribuição dos povos indígenas para a Nação, para a história da Nação, com todo esse aparato cultural. É como se o Brasil não existisse sem os índios, sem o povo originário. Os índios existem sem o Brasil, mas o Brasil não existe sem os índios. Portanto conhecer a cultura originária do Brasil é fundamental para se chegar a conhecer e a entender os embates vividos pelos povos indígenas.

Sendo que “cultura é este conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”, (MELLO, 2002, p. 40). Assim, diante de um método colonizador onde dizimou grande parte da população indígena no Brasil, ainda houve resistência destes povos durante o longo tempo em contato com os não-indígenas, pois é visível a presença de diversidades culturais no cotidiano de cada etnia existente nos dias atuais. E mesmo, passando por um processo de constante transformação em suas representações culturais, onde foram submetidos no decorrer dos séculos, mantêm-se firmes em sua identidade como “índios” (FILEF, 2013, p. 4-5).

Vários questionamentos se levantam a esse respeito, em relação a denominação indígena, principalmente. A exemplo de, por que esses povos são até hoje em meados de 2023 denominados indígenas?

Segundo o dicionário da língua portuguesa, a palavra *índio* significa nativo, natural de um lugar.

No entanto sabemos que essa designação advém de um erro náutico, quando em 1492, na viagem que Colombo empreendeu para as índias e aportou na América, atribuiu aos habitantes desta terra a denominação genérica de índios, conservada até o presente. Porém, cada índio pertence a um povo, identificado por uma denominação própria [...] Cada um dos mais de 230 povos brasileiros gosta de ser reconhecidos pelo seu nome próprio, entretanto todos reconhecem a importância de uma denominação que os identifique e os una nas lutas comuns como povos originários do Brasil e da América (FILEF, 2013, p. 4-5).

Assim como um arremate de um laço e os três pontinhos do infinito, trazendo as reticências de uma única expressão, tudo ficou mais nítido, reforçando a referência, à

história da cultura indígena em nosso país, percebeu-se o quão forte é a representação dos povos indígenas para a América, e que ‘o Brasil é todo, deles’. Partindo disso, de acordo com Filef (2013, p. 7), “os índios de Roraima dividem-se em várias tribos e cada qual se diferem com suas especificidades de acordo com os seus costumes, crenças e tradições”. Freitas (2009) apontou também, que entre as várias etnias de povos indígenas no estado (Roraima), estão: Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Patamona, Wapixana, Ianomâmi, Waiwai, *Waimiri-Atroari*, Maiongong ou Ye’Kuna. Mas Filef (2013) reforçou ainda que, “em 1787, eram 22 as tribos que habitavam a região do rio Branco”. *Muitos indígenas foram dizimados nesse contexto de invasão territorial.*

Para embasar e contextualizar *etnia*, fomos buscar em Nogueira (2015) os olhares sobre *raça, etnia e desigualdades*, trazendo as principais diferenças desse campo sociológico. O autor definiu esses campos de *raça, etnia e classe social*, como,

Conceitos sociologicamente distintos que, entretanto, enquanto fenômenos sociais, estão inter-relacionados. Ou seja, em termos mais diretos, *raça* não é *etnia* e *raça* e *etnia* não são desigualdades sociais, mas onde há diferenças entre *raças/etnias* haverá dominação de umas sobre outras e desigualdades sociais desfavorecendo os grupos raciais/étnicos considerados inferiores (NOGUEIRA, 2015, p. 2).

Interessante perceber que com o embasamento teórico trazido por Nogueira (2015), uma diversificação sobre os conceitos de *raça* e *etnia*, é apresentado por ele, principalmente quando expôs que essas *denominações* são fenômenos ainda em processo de classificação e definições. Nogueira (2015, p. 3) argumenta que *raça* e *etnia* são fenômenos da vida social “utilizados na Sociedade Moderna em processos de diferenciação de pessoas para fins de dominação, embasados na ideia da existência de alguma superioridade inata ou historicamente construída pelo grupo étnico/racial dominante”. Isso significa dizer que, é subentendido que partindo da definição de *raça* e *etnia*, essas denominações sempre estarão envolvidas com as descendências do branco e de europeus ocidentais. Nogueira (2015) traz um pensamento pertinente na citação a seguir, que endossa como a sociedade moderna percebe a questão étnico-racial.

Com isso, a discussão que busco, está centrada, finalmente, tal como em Karner (2007) e Gilroy (2012), na percepção de que, na Sociedade Moderna, onde houver diferenças étnicas/raciais entre pessoas, haverá subjugação e desigualdade social. Gilroy (2012), Karner (2007), Thomas (2014) e Tavolaro (2009) lembram que a ideia de diferenciar pessoas por *raça*, no presente, tem fundamento estritamente social. Isso, pois as Ciências da Vida apontam não

haver diferenças significativas – que implicam em diferentes raças de pessoas – na constituição biológica de seres humanos pertencentes a grupos populacionais com cor de pele, origem geográfica, ou outros atributos físicos distintos. Ou seja, não se pode falar em diferentes raças e etnias do ponto de vista da constituição dos corpos humanos, mesmo embora, do ponto de vista social, argumentos raciais permaneçam sendo utilizados para diferenciar pessoas. Diferenças de raça/etnia e os preconceitos a elas associados (racismo) existem, portanto, do ponto de vista social (NOGUEIRA, 2015, p. 3).

Com essa pequena abordagem sobre raça e etnia, podemos seguir com as nossas fundamentações e absorver ainda mais o universo da cultura indígena. A partir de então, muitos foram os apontamentos feitos por Filef (2013), importantes, uma vez que a Cultura Indígena é um assunto vasto de informações, e cada vez que se pesquisa, mais se encontra e se conhece sobre fatos curiosos e tão relevantes para o fator histórico do nosso país aborígene.

Com isso, as pontuações feitas até aqui, ajudam na construção metodológica e científica para a estruturação dessa Dissertação, e a mídia colabora para a construção de um imaginário social que, por sua vez, reconhece ou inviabiliza as vozes em disputa no campo social e assim, entendendo como a mídia trata sobre a disputa territorial e os interesses econômicos que atravessam a pauta. Com isso, também, é possível compreender o contexto em que se deram as manifestações do representante político mais destacado (hierarquicamente) na organização do Estado Brasileiro, que ocupou o mais alto cargo do Brasil, nesta conjuntura de 2019 a 2022. As contextualizações trazidas até aqui contribuíram para as fundamentações metodológicas para o desenvolvimento desta Dissertação e trouxeram consigo a possibilidade do *ampliar de um leque* e o abrir dos olhos para o desconhecido necessário.

Fazendo uma busca de quanto é em média a população indígena de Roraima, constatou-se, que é de aproximadamente cinquenta e seis mil essa população no Extremo Norte, dados apresentados conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Constatou-se também, que, dentre esse número de indígenas, apesar de poderem usufruir das Terras Demarcadas, uma parcela teve acesso aos aparelhos estatais, outros moram em área urbanizada e pôde-se perceber ainda que de forma lenta, ganharam espaço em várias áreas do trabalho. Constatou-se mais que alguns indígenas se casaram com não-indígenas e constituíram uma família mestiça. Isso significa que apesar do acesso dos indígenas ao mundo “urbanizado” não

os diminuem, nem os colocam no esquecimento do que representam como povo, em termos de origem e crenças. Essas crenças estão na cultura desse povo, no 'gene' e não no meio ao qual praticamente foi obrigado a viver, para sobreviver.

Essa realidade trazida neste compilado, é para demonstrar a dificuldade que se tem em diferenciar o índio do não índio, pois segundo Filef (2013, p.5) durante o processo de estruturação do país, que já passa dos quinhentos anos, "as comunidades indígenas adotaram uma série de instrumentos, de hábitos e crenças dos "civilizados", como: ferramentas, instrumentos agrícolas, dinheiro, vestuário, crenças cristãs". Mesmo com tantos sinais de miscigenação, alguns indígenas se mantêm firmes no quesito de manter viva a cultura de todo um povo, mesmo civilizadamente caracterizados dentro de uma cultura urbana da sociedade moderna, ainda assim, não abandonam as características étnico-racial.

Dando continuidade ao problema de identificação são apontados os critérios que se usam para distinguir os indígenas dos demais grupos sociais. O critério racial, o qual é evidenciado pelos caracteres físicos; o critério legal, no qual atende as peculiaridades indígenas de acordo com a lei; o critério cultural, que abrange a linguagem, os costumes, as crenças, os hábitos; o critério do desenvolvimento econômico; e por fim, o critério de identificação étnica (FILEF, 2013, p. 6).

Percebe-se que no campo científico, existem várias classificações para definir o conceito de raça/etnia¹⁷, em vários campos sociológicos. O que não se percebe, pelo menos até os estudos feitos até aqui, é se tais denominações querem ou aceitam serem rotuladas assim. De várias maneiras, de múltiplas formas.

Para a complementação do entendimento sobre etnias indígenas, estudar esses contextos ajudaram a ampliar o conhecimento entre as diferenças dessas duas denominações (etnia e raça). Passando a saber diferenciar quando etnias indígenas são citadas no contexto das Demarcações de Terras, e quando há também citações voltadas para povos tradicionais e originários, com isso essa diferenciação de entendimento se torna mais compreensível. E ainda, saber interpretar como esses conceitos se relacionam com a midiática. Pois o tema dessa pesquisa é voltado para a comunicação

¹⁷ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [Entenda as diferenças entre raça e etnia - Diferença \(diferenca.com\)](http://entendaasdiferencasentre.raca.e.etnia-diferenca.com) "Etnia" determina as características de um grupo por seus aspectos socioculturais, principalmente ligado a um território (um lugar).

Já a "raça" é um conceito mais complexo. Definido inicialmente por critérios físicos ou biológicos para diferenciar os indivíduos, foi ressignificado por movimentos sociais para explicitar as desigualdades (raciais) existentes na sociedade.

presidencial, via Twitter, sobretudo, em relação a Demarcação de Terras Indígenas, bem como, sobre garimpos, identidades, territorialidade. Isso envolve ainda, entender e interpretar a como, o então presidente midiaticava as próprias ideologias através da ferramenta midiática, o Twitter. Para isso, se fez necessário buscar o embasamento teórico sobre essas diferenciações, midiaticações e mediações, entre esses interlocutores.

2 - MUDIATIZAÇÃO E MEDIÇÃO SOBRE TERRITÓRIOS INDÍGENAS

O conceito de *Mídia* traz na origem da palavra a perspectiva de estar entre, no meio, nas diferentes formas ou suportes, que funcionam como acesso às informações disseminadas por diferentes agentes, como os jornais, as revistas, a televisão, o rádio e a internet, sendo constituída por veículos de comunicação (empresas) e servindo como canais para que os cidadãos acessem conteúdos produzidos por organizações ou por outros cidadãos. É por meio dessas mais variadas mídias que sabemos o que acontece no mundo, notícias relevantes, como a Demarcação das Terras indígenas por exemplo, objeto de estudo dessa pesquisa. Tema como esse tem uma proporção ainda maior aqui no Brasil, por se tratar especificamente de um assunto tão importante para o fator histórico social, bem como para os vários interesses, como as disputas provocadas por essas Demarcações no Norte do país, mais precisamente em Roraima nas Terras Indígenas *Waimiri-Atroari*. Sendo a questão das Terras *Waimiri-Atroari* um assunto de teor mais emergente, por ser a terra que poderá ser efetivamente prejudicada, se vier a ser instalado naquela região, o *Linhão de Tucuruí*. Instalação que estava em vias de ser efetivada e alvo de disputas políticas. Atualmente (2023), a autorização para a obra do Linhão, teve o consenso dos povos que vivem na Reserva W.A.

Para contextualizar esse cenário moderno Fausto Neto (2008) ao se referir à midiaticação no artigo *Fragmentos de uma 'analítica' da midiaticação*, trouxe uma reflexão a respeito deste conceito, tomando como referência a evolução da sociedade dos meios para a sociedade midiaticada.

Para tanto, Fausto Neto (2008) teceu inúmeras elaborações sobre midiaticação, ao descrever sobre a sua organização e funcionamento, além de vincular a emergência

das novas estratégias interpretativas sobre a autonomia do campo que as mídias impõem, em se tratando especificamente das redes sociais a exemplo do *Twitter*. O autor Fausto Neto (2008) propôs também, a compreensão dessas (mídias) “enquanto conceito associado às práticas que se estruturam e se desenvolvem a partir de operações de sentido da cultura midiática”. Intensas são as reflexões em relação a midiatização, com ênfase as trazidas por Fausto Neto (2008), em seus escritos sobre o tema, apontados desde então.

Contudo, essa imposição da mídia é um ponto importante para o atual (2023) cenário de hiperconexão ao qual a sociedade moderna está submetida, principalmente em se tratando das redes sociais e todo o impacto que essas plataformas midiáticas causam. No nosso estudo, mais precisamente os impactos causados pela ferramenta *Twitter*.

Nessa perspectiva, as elaborações de Fausto Neto (2008, p. 80), apresentam que “a ação das mídias está situada numa processualidade em que se problematiza a existência desta modalidade de comunicação, distinta de construções nitidamente funcionais.” Tal problematização mobiliza, portanto, conforme análise do autor Fausto Neto (2008, p. 80) “modelos teóricos e analíticos que vêm a fornecer novos quadros explicativos sobre a sociedade e, de modo particular, o status das práticas midiáticas junto aos processos de organização e de estruturação de dinâmicas sócio simbólicas.” Entretanto, não se tem definido ainda, o que seria de fato e o que viria a ser a midiatização.

Entende-se ainda mais a partir disto, que a midiatização faz parte de todo o processo de evolução da sociedade, sendo esse conceito, uma chave para descrever, informar, divulgar e interagir com a realidade vivida no presente, bem como, uma peça fundamental para a história dos avanços dos meios midiáticos, permeando pela mudança comunicativa que está ocorrendo, em todo o mundo. Portanto a midiatização faz parte da sociedade e da história dos meios como um todo. O autor Fausto Neto (2008) traz alguns exemplos conceituais,

Chamam atenção para uma certa centralidade das mídias, mas enquanto um “lugar mediador” na medida em que estas se colocam como um ponto de articulação entre partes da sociedade, dependendo num grau maior ou menor, de outras dinâmicas de campos e de suas práticas sociais. Historicamente,

entende-se que tal dinâmica concederia à existência dos meios uma espécie de “ação representacional”. Circunstância em que codividiriam, com práticas de outros campos sociais, a tarefa de produção de inteligibilidades. Neste contexto de processualidades, as reflexões de Matta (1999) já esboçam a visualização dos horizontes emergentes da midiáticação ao elaborar distinções entre a “cultura massiva” e a “cultura midiática”, a partir da evolução dos modos de funcionamento desta segunda cultura, aponta para a existência de um “novo sujeito” (FAUSTO NETO, 2008, p. 89).

Entende-se que o homem já não é mais o mesmo dentro da sociedade moderna e comparado aos padrões éticos mais valorizados tempos atrás e que nesse universo novo, de transformações midiáticas e de uma realidade líquida, bem-conceituada por Bauman (2000), faz com que o homem ainda esteja a se encontrar nesse universo novo das tecnologias. Com isso, se torna tão inevitável as contradições e os questionamentos sobre as novas reflexões do que se está exposto tão escancaradamente na internet. Esse mundo virtual, ainda tão novo (2023), que detém de alguns métodos de filtragem ainda não suficientes, se torna tão complexo e tem o controle emocional, e de ação, muito forte, dentro da sociedade moderna.

Percebe-se que esse homem moderno, a partir disto, tem a obrigação de se encaixar nesse algo imposto, passando a utilizar essas plataformas virtuais, as redes sociais, e no nosso exemplo, o *Twitter*, de forma desenfreada, como uma terra sem lei, que é o que parece ser. Onde tudo é permitido, só não se pode calar. As opiniões no campo virtual têm tanta força, que a regra mesmo é expor de forma escancarada o que se pensa e o que se deseja falar e (ou) fazer, o que não se teria coragem em se tratando de um mundo real. Esse mundo virtual “que é como se não existisse” invade ao mesmo tempo, sem pedir licença, a realidade de toda uma geração.

Já, se referindo às tecnologias e as ações institucionais que geram novos processos de interação, segundo Fausto Neto (2008), um ponto é colocado em observação: o da *importância dos meios* e a *centralidade do seu papel na análise cultural*. Essa importância dos meios trazida por Fausto Neto (2008, p. 88) traz outras observações, “mas já não em seu caráter de transportadores de algum sentido (...) ou como espaços de interação entre produtores e receptores,” contudo, se faz mais evidente, ainda, segundo Fausto Neto (2008, p. 89), “como marca, modelo, matriz, racionalidade produtora e organizadora de sentido”. O que indica pistas, “uma compreensão do que viria a ser a tal “analítica” da mídia, ao apontar para a conversão

que sofre a tecnologia em um novo dispositivo de leitura e de organização de sentidos.” Uma analítica que envolve percepções de sentidos para quem recebe informações repassadas pela mídia, sobretudo, influenciando essas interferências.

Mas, a compreensão deste objeto somente se explicita, com vigor, pelos “efeitos de ruptura” entre a “visão representacional” e as hipóteses sobre a midiatização, ao atribuir-lhe um outro tipo de protagonismo atravessado por uma complexidade que não estaria situada apenas nas tecnologias, em si, mas na sua conversão na forma de meios, segundo dinâmicas de operações de sentido, no âmbito das práticas sociais (FAUSTO NETO, 2008, p. 89).

Uma palavra e um mundo de possibilidades com adaptações ao transcorrer do tempo: assim se apresenta a midiatização - atemporal, moderna, contemporânea e tão atual (2023) em suas constatações. Nesse trabalho, tomamos a definição de midiatização proposta por Fausto (2008), nesse processo de transformação da vida em espetáculo por meio das mídias. Essa estratosfera veio para invadir e ocupar os espaços em todas as camadas da sociedade midiatizada. Podemos dizer sociedade que se adapta aos meios e ressurgem a partir dessas mutações atualizadas do que a mídia representa para o todo. Fazendo um contraponto à luz do que traz Fausto Neto (2008), o escritor aprofundou bem esse entendimento acerca dessas inúmeras possibilidades, ainda não tão bem definidas assim, pois se trata de um fenômeno em evolução, “*reforço dizer, pois sim, se trata de algo inédito*”, enfatizou Fausto Neto. É como se sociedade e mídia fossem uma coisa só, ou que uma não vivesse sem a outra, a história de ambas se confunde e quanto mais se busca conceituar, mas se depara com fatos novos, tão únicos, tão universais.

Uma outra abordagem trazida por Fausto Neto (2008) enfatizou as operações de sentido da midiatização versus a organização social e a expansão da autonomia do campo das mídias, esse campo universal que atinge todas as esferas sociais, entre elas a da internet e as das múltiplas plataformas de redes sociais existentes na atualidade (2023), esta que estaria relacionada aos fatores históricos, em especial os que geram o funcionamento da cultura na sociedade contemporânea. Mesmo diante desses avanços da mídia dentro da sociedade, entende-se que, existe também, uma outra realidade não menos importante, que foi enfatizada por Fausto Neto (2008) a da crise dos grandes relatos que produz uma outra, a inexistência de legitimidade de um pronunciamento que possa sozinho articular fundamentos que venham a ser aceitos pelos campos sociais, e

de maior compreensão da grande massa.

Tal fato instaura novos regimes de discursividades, cuja dinâmica é caracterizada por uma equivalência geral e uma certa autonomia dos seus jogos; cada um com suas regras específicas, constituindo um tipo de universo relativamente fechado (VERÓN, 1997), fazendo aparecer uma realidade destituída de pólos centrais. Este contexto parece preceder o que viria a ser a emergência das práticas midiáticas como um lugar autônomo que viria a se colocar como um dispositivo organizador das interações dos campos, a partir de suas competências (as mídias como lugar mediador de outros pronunciamentos). E também, a própria midiatização, cuja dinâmica trataria de se impor como uma nova organização, sócio simbólica, espécie de nova dinâmica em cujas lógicas e fundamentos se estruturariam a centralidade da emergente e complexa organização social, segundo a racionalidade de um “programa tecno-discursivo”, com as tecnologias sendo convertidas em meios, segundo lógicas diferentes de práticas sociais (FAUSTO NETO, 2008, p. 89).

Com esses apontamentos tudo se torna mais claro e possível de se aprofundar, em especial em se tratando de um universo ainda em construção, como o da midiatização. Portanto, os conceitos trazidos por Fausto Neto (2008) deram vida ao que ainda estava na imaginação. O que seria a mídia antes desse processo de midiatização e midiatizar-se? Se fazia necessário interpretar para se encaixar nesses novos recortes. Seria como se estivesse surgindo um novo padrão de abordagens discursivas. Para adentrar nesse novo modo de como expressar as ideias, por intermédio de algo que intermediasse essa conversação, a mídia, era e ainda é necessário um estudo de observação e principalmente entendimento do que estar acontecendo para compreender o que estar por vir. Intermediar através da mídia, midiatizar-se.

A midiatização pode ser conceituada como “a emergência e o desenvolvimento de fenômenos técnicos transformados em meios, que se instauram intensa e aceleradamente na sociedade, alterando os atuais processos sócio-técnico-discursivos de produção, circulação e de recepção de mensagens. A midiatização impõe uma referência das práticas midiáticas sobre o conjunto da sociedade (FAUSTO NETO, 2008, p.89).

Para Fausto Neto (2008) a midiatização produz mutações na ambiência, nos processos, nos produtos e nas interações entre os indivíduos, na organização e nas instituições sociais. Assim, segundo Fausto Neto (2009), “trata-se de ascendência de uma determina realidade que se expande e se interioriza sobre a própria experiência humana, tendo como referência a própria existência da cultura e da lógica midiáticas”.

Entende-se por discursividade midiática um campo fértil para as diversas áreas do conhecimento, a exemplo da análise do conteúdo, metodologia adotada nesta Dissertação. É a partir dessas discursividades por meio das várias mídias, a exemplo do *Twitter*, que Barbosa (2021, p. 176) apresenta “a intenção de transmitir por meio da linguagem verbal e não-verbal uma ideologia atravessada pela componente história, que resulta no imediatismo dessa *produção*”, deixando o analista do conteúdo em um terreno fecundo de análise.

Em *Discursividades midiáticas: construção e circulação de sentidos*, pesquisadores trazidos por Soares (2021, p. 176), mostraram que “cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros dos pronunciamentos”. O texto midiático, foi tratado aqui, por Soares (2021), como uma materialidade não palpável, um abstrato, e a mídia, um lugar de interpretação que funciona como um tipo de “ibope”, que se rege pelo predomínio do engajamento virtual.

Isso reverbera no seguinte pensamento: “Por mais que o pronunciamento seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2014, p. 10). [...] Ainda que Foucault tenha, no decorrer de seus estudos, se afastado de alguns conceitos formulados na Arqueologia, o conceito de pronunciamento segue adquirindo espessura nos tantos trabalhos que nele se sustentam (SOARES, 2021, p. 159-160).

Nem mesmo os campos mais abstratos, a exemplo do campo virtual, que passeia pelo nosso imaginário e adentra no mundo real, está livre de disputas de poder, isso de certo modo, envolve as múltiplas formas de discursividades existentes por meio da mídia. Contudo, nem mesmo o que está ao alcance das nossas mãos e diante dos nossos olhos é possível de obter o controle absoluto, em especial, em se tratando principalmente, das novas tecnologias por meio das mídias, por intermédio da internet. E para tanto, existir um campo de estudo científico para entender essas ideologias se faz mais que necessário, é aceitável e muito oportuno nos tempos atuais (2023), vindouros. Como controlar algo que está fora do nosso alcance? A internet veio para mostrar que isso é possível.

O autor Santi (2013), em *Mediação e Midiatização: Conexões e Desconexões na Análise do Comunicacional*, trouxe a linguagem que permeia sobre as diferenças entre

esses dois mundos (*Mediação e Mídiação*), apresentando que em seus conceitos esses dois campos se confundem e se unem mesmo que de forma exclusiva e particular, em relação uma da outra.

Com um olhar atualizado de um mundo ainda em constante evolução, e com o desafio de comprovar nas pesquisas o avanço da mídiação em sua constante transformação aparente, o autor Santi (2013), trouxe em seu artigo, uma viagem ao universo dos “construtos teóricos das Mediações e da Mídiação”, com o foco nos modelos conceituais e as suas validades para o estudo do comunicacional, além da constatação e das evidências sobre as variadas conexões desse universo.

Conforme o autor Santi (2013, p. 12) “os problemas aí aventados foram resultantes do conflito entre expectativas e observações – repousam sobre as faltas, sobre o não atendimento dos anseios patrocinados pelas armações das Mediações e da Mídiação.” Isso importa em dizer que a constatação da realidade dos meios, com enfoque na comunicação de massa, teve uma grande contribuição nesse conflito.

E também sobre a constatação de que os resultados isolados apresentados por ambos os construtos não são suficientes à problematização integral do comunicativo. Fica claro desse modo que, neste caso, os construtos (as armações MED/MID) e seus modelos conceituais são o problema. Ambos materializam duas formas relevantes de abordagem do comunicacional e, embora apresentem afinidades teóricas, também preservam diferenças. São, portanto, essas conexões/desconexões, afinidades/diferenças que aqui nos interessam (SANTI, 2013, p. 211).

Com as pesquisas voltadas para a análise das contribuições à problematização do comunicativo, o autor Santi (2013) abordou três eixos principais de intercorrência da mídiação: “a comunicação, a cultura e a tecnologia.” E, com isso, as constatações das variadas conexões acerca desses pontos.

A priori, ficaram nítidas as complexidades que a mídia por meio da mídiação nos apresenta. Trabalhar um tema em desenvolvimento, com vários conceitos em formulação, a exemplo dos já trazidos nesta Dissertação, expôs quão extenso é a sua grandiosidade e questionamentos.

Outras constatações trazidas por Santi (2013) expôs também as incertezas e as apostas nas variadas hipóteses, para definir um ambiente de contato entre as considerações originárias da mediação até a concepção do que seria a mídiação. Complexo e atraente se torna visível o tema, com todas as suas peculiaridades. Nesse

caminho, ainda segundo Santi (2013), a historicização, serviu para,

Recuperar retrospectivamente as matrizes teórico-metodológicas que formam as Mediações e a Miatização; serviu para emprestar estrutura aos seus construtos; para torná-los visíveis e, assim, mais sugestivos. Tal operação, embora aqui não se apresente sua completa arqueologia, permitiu observar o desenvolvimento dessas armações; ilustrar seus movimentos de formulação/reformulação e acompanhar a sucessão gradual de suas transformações (SANTI, 2013, p. 211).

Este procedimento (a historicização), ainda segundo Santi (2013, p. 19) “possibilitou desatar os construtos MED/MID de suas explicações mais tradicionais – desancorá-los – e ajudou na melhor observação dos seus conceitos e do lugar construído para eles em cada armação. Contribuiu ainda na caracterização da atmosfera (dos cenários) onde o pensamento acerca de tais linhas foi gestado.” Cenários, subtende-se, que se definem em realidade, progresso e o avanço da grande mídia.

Lançar mão desse recurso metodológico implicou, portanto, colocar entre parênteses as ideias que formaram a moldura ordenadora de ambas as armações e, ao mesmo tempo, escovar os conceitos manejados pelos construtos a fim de melhor revelar a sua essência – envolveu a tentativa de desenterrar estes juízos dos seus enraizamentos (históricos e concretos). Foi, a historicização que permitiu desnaturalizar as designações Mediação e Miatização e, assim, emprestar estatuto sistêmico às suas formulações. Foi ela também (a historicização) que nos ajudou a identificar os eixos temáticos que propomos para o detalhamento das discussões. Comunicação, cultura e tecnologia passam, a partir daí, a funcionar como linhas reorganizadoras dos argumentos; como guias marcadores das conexões e desconexões, das convergências e divergências entre os construtos das Mediações e da Miatização (SANTI, 2013, p. 215).

Durante esse percurso até aqui, vários entendimentos foram tomando forma, a epistemologia da miatização vem ganhando força e abrindo espaço para o novo, fundamentado teoricamente, não há um entendimento conclusivo para o campo da miatização, mas para esta Dissertação adotamos os conceitos trazidos por Fausto Neto (2008), Soares (2021) e Santi (2013). Uma verdadeira “cruzada metodológica” relatada por Santi (2013), “uma aproximação comparativa entre as armações teórico-metodológicas das Mediações e da Miatização”. A tecnologia, sem dúvida tem uma relevância nesse processo do novo, pois sempre está em mutação, assim mesmo, uma caminhando ao lado da outra (Tecnologia versus Mídia, Média, Miatização).

Nesta etapa trabalhamos no desenho de um paralelo teórico, no esboço de um mapa relacional entre os modelos conceituais dos construtos pareados. Aqui, depois de desfiar tais armações com a historicização, a proposta foi voltar a fiá-las – construir uma narrativa outra como forma de estabelecer um novo tecido, um novo cartograma, acerca desses construtos. Esta re-fiação é, porém, um olhar ulterior que lançamos sobre a problemática a partir do nosso ponto de vista – um ponto de vista entremeado por tais armações e pelas práticas que elas convocam/tematizam. Este fazer, em contraponto à etapa da historicização, teve caráter mais analítico e buscou, via comparação, realizar uma leitura transversal das concepções acerca das Mediações e da Miatização. Ele implicou, portanto, reapreciar (impingir um novo apreço) os construtos manejados e reapresentar (apresentar de novo) a matriz lógica de sua construção conceitual em um novo mapa (SANTI, 2013, p. 217).

Para se chegar a um entendimento conceitual, é um processo de formulação e desenvolvimento, de forma contínua. O autor Santi (2013) colocou esse desafio nas abordagens trazidas por ele. Não é um conceito em si, mas o caminho percorrido para essa conceituação. Abordar a Mediação, através das Miatizações, demonstra o quão vasto e ilimitado é o campo da epistemologia da Miatização contemporânea.

A *Miatização* inicialmente remete a várias reflexões, principalmente do que os estudiosos da modernidade contemporânea estão chamando de “miation”. De fato, é o conceito do conceito, mais amplo e mais exigente, assim podemos dizer, bem como, os conceitos abordados pelos autores que trouxemos para esta pesquisa de Dissertação de Mestrado, em Comunicação.

Portanto, as discursividades midiáticas estão se moldando, de forma crescente e contínua, assim como é o progresso, apesar de ainda não ter um conceito definido, de acordo com os autores já apresentados até aqui. A partir disto, com esses elementos reflexivos, já é possível enxergar mais longe e o infinito se torna mais aparente.

Foram consultadas também, as obras metodológicas dos autores Duarte e Barros (2006), em *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*, os autores trouxeram uma visão geral de como se dar a pesquisa em comunicação e as várias vertentes de como pode ser abordada essas pesquisas, bem como, a testagem de várias teorias trazidas por um compilado de colaboradores exposto por Duarte; Barros (2006). Vários entendimentos a exemplo de produção, processos e efeitos simbólicos, além de sinais visuais, dentro do contexto interpessoal, intrapessoal, organizacional, popular, político, entre outros tantos meios e técnicas, foram apresentados pelos organizadores, tendo

sempre, a comunicação como aspecto central. Para os estudiosos contemporâneos da comunicação, a exemplo de Batista (2006), Mestre e Doutor em Ciências da Comunicação pela University of North Carolina – Chapel Hill – USA, este é um livro único na literatura acadêmica de Comunicações. Esta obra se coloca meio que também como um guia de consulta frequente.

Além do background dos autores, deve-se destacar que os temas selecionados pelos organizadores são oportunos, uma vez que definem desde onde se insere a pesquisa científica, seus limites, funções e poderes, até definições específicas de como se desenvolve um trabalho científico, passando pela discussão do papel de vários métodos e a “oferta” de diversas técnicas, tanto qualitativas como quantitativas (BATISTA, 2006, p. 185.)

Uma pequena amostra do que Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação trouxeram para os estudiosos dessa epistemologia. Já as autoras, Lago e Benetti (2008) em *Metodologia de pesquisa em jornalismo*, por tratar de um livro organizado para auxiliar pesquisadores e orientadores, da Pós-graduação e da Graduação, na articulação entre teoria, problematização, objeto e método, contribuiu para o entendimento de como desenvolver uma pesquisa empírica desde o início até a sua elaboração e desenvolvimento.

Por está dividido em três partes “Métodos, conceitos e intercessões com o jornalismo”, “Aplicação dos métodos de pesquisa no jornalismo” e “Exemplos de pesquisas e seus métodos”, cada qual composta por quatro artigos, somando doze textos, os escritos individualmente ou em coautoria por totalizando quinze pesquisadores com formação variando em Comunicação, História, Letras e Filosofia, contribuiram para o amplo conhecimento das práticas epistemológicas, se tornando meio que, um guia ao alcance das mãos.

Observou-se que, com esta Metodologia, que estudiosos da Comunicação foram bem orientados, com uma base metodológica capaz de suprir questionamentos a exemplo de como obter resultados satisfatórios na abordagem de como se fazer uma investigação no campo jornalístico, com linguagem clara e concisa, principalmente para aqueles pesquisadores que buscam a aplicabilidade da pesquisa empírica, que se enquadra nesta Dissertação. Claro, há de convir, que muito do que foi visto aqui está envolto a um emaranhado de teorias, o entendimento deve ser avaliado na prática, e

tendo como base esse guia de bolso.

2.1 - BREVE HISTÓRICO POLÍTICO DE BOLSONARO

Aqui apresentamos um breve histórico sobre a vida política¹⁸ de Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente do Brasil (2019-2022). O capitão do Exército Brasileiro, militar da reserva e presidente da República do Brasil no período de 2019 a 2022, iniciou na vida pública no ano de 1989, aos 30 anos de idade, no Partido Democrata Cristão (PDC), como vereador da cidade do Rio de Janeiro-RJ, cargo em que permaneceu por dois anos. No ano seguinte, em 1990, foi eleito para o primeiro mandato como deputado federal de 1991 a 1995. No site de notícias *Extra o Globo* por Alves (2021) “Em 1993, o PDC se fundiu com o Partido Democrático Social (PDS), o que levou à criação do Partido Progressista Reformador (PPR), legenda que tem Bolsonaro como um de seus fundadores”. Essa afirmação expôs a compreensão de que Bolsonaro passou de militar para político de carreira e com ele levando toda a família, para esse ofício.

No Partido Progressista Reformador (PPR), Bolsonaro permaneceu por dois anos, até agosto de 1995. Por Alves (2021) “O motivo foi o mesmo que provocou a troca anterior: na época, o PPR se uniu com o Partido Progressista (PP) para fundar o Partido Progressista Brasileiro (PPB)”. O então presidente Bolsonaro, estava no início do segundo mandato como deputado federal, e foi também um dos fundadores da nova legenda (PP). O *Partido Progressista Brasileiro (PPB)*, foi o segundo partido que Bolsonaro ficou por mais tempo: oito anos de *1995 a 2003*.

O período compreendeu o segundo e o terceiro mandatos na Câmara dos Deputados. Após um acordo com o Partido Progressistas (PP), na época a nova denominação de uma de suas legendas antigas, o PPB, Bolsonaro migra mais uma vez de partido para o então *Partido Progressista (PP)* e foi com o PP que Bolsonaro teve o casamento mais duradouro, ficou na sigla de *2005 até 2016*, com uma sequência de mandatos na Câmara dos Deputados. (ALVES, 2021).

Após esses 11 anos de união com o PP (Partido Progressista), o político decidiu ir para o PSC (Partido Social Cristão), sendo só em 2018 a filiação ao PSL (Partido Social

¹⁸ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [Bolsonaro passou por oitos partidos desde que iniciou carreira política em 89, lembre \(globo.com\)](#).

Liberal) para disputar a presidência da república. A sigla do então presidente passou de minoria à segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, após esse cenário houve outra desfiliação partidária, ficando sem partido, até chegar a atual filiação com o PL (Partido Liberal), em novembro de 2021. Com uma vida política marcada por desentendimentos com a imprensa, o ex-presidente decidiu por utilizar um meio de comunicação próprio, com os seus eleitores, a partir de então, passou a utilizar cada vez mais a rede social Twitter, como um dos meios oficiais de comunicação da gestão presidencial.

Os conceitos sobre “*a postura do então presidente Bolsonaro nas plataformas digitais*”, trazidos por Costa, Rodrigues e Mitozo (2019), “*os recursos estratégicos nas mensagens de Bolsonaro*”, de Baptista, Hauber e Orlandini (2020) e “*os temas discutidos no Twitter em ano de campanha eleitoral são diferentes dos temas discutidos em período pré-eleitoral*” de Ciocari, Moraes e Santos (2020) contribuíram teoricamente para a abordagem empregada, nesta Dissertação.

As plataformas digitais foram praticamente os meios oficiais de comunicação governamental do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e como trazem Costa, Mitozo e Rodrigues (2019), e nos últimos 20 anos, foram mais enfatizadas na Gestão do Barack Obama nos Estados Unidos. Se percebeu que as plataformas sociais, por meio das mídias digitais, foram se tornado frequentes espaços oficiais para os informes políticos do então governo de Jair Messias Bolsonaro. Percebeu-se de forma observatória e empírica que esse evento, surgiu, a partir de uma crescente consulta do público ao mundo digital, por meio da internet, fazendo com que, as personas políticas se utilizassem das redes sociais como meio de interação com as pessoas, fomentando de certa forma uma influência para esse público midiático.

Sendo assim, a utilização dessas plataformas digitais pareceu se tornar um atrativo para a gestão presidencial, sem interrupções externas e interferências das grandes redes de comunicação. Fazendo com que passasse a ser uma opção de comunicação oficial para o então governo Federal e confortável para o ex-presidente do Brasil. Percebeu-se também, que se tornou uma estratégia política crescente entre os demais políticos da bancada presidencial, neste período (2019-2022).

Com a pandemia da Covid-19 o uso das redes sociais se intensificou e observou-

se que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reforçou a utilização do *Twitter* como um meio para expor as opiniões políticas partidárias e ideológicas, inclusive sobre as Demarcações das Terras Indígenas. A escolha por uma via de comunicação alternativa por parte do ex-presidente, para Baptista, Hauber e Orlandini (2020), fez com que a rede de desinformação aumentasse criando vários lados de uma mesma história, podemos assim dizer, e disseminando com rapidez as notícias falsas (*fake news*), *no contexto geral*. Observou-se também, que a atual crise da democracia no país, com o aprofundamento das desigualdades sociais, apesar de não terem sido iniciadas na *pandemia*, foram aprofundadas, principalmente com posicionamentos negacionistas disseminados nas redes sociais, sobretudo no período do então governo.

No artigo de Ciocari, Santos e Moraes (2020), foram revelados os dois lados da comunicação presidencial durante o período pré e pós campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, com grande apoio do *Clã* formado pelos filhos do então presidente, também políticos assim como o pai. Com isso, foram expostas o quão diferentes são essas comunicações.

A comparação dessa variação se deu a partir do ano de 2017, um ano antes do ano eleitoral de 2018, mostrando uma outra face já durante a campanha presidencial. Fica evidente para as autoras Ciocari; Moraes; Santos (2020) que em 2017 o *microblog Twitter* serviu ao político Jair Bolsonaro como ferramenta de mobilização de seguidores, fazendo um contraponto em relação às críticas sofridas pelo então candidato à Presidência da República, pela grande mídia.

Posicionamento oposto, adotado pelo *Clã Bolsonaro* já em 2018, quando se utilizou da plataforma para exclusivamente cuidar da imagem do candidato presidencial, e também da imagem de todos do *Clã* que eram candidatos.

Os autores Fachine e Demuru (2022) trouxeram no livro *Um Bufão no Poder – Ensaios Sociossemióticos*, Bolsonaro e o populismo Bufão, acontecimentos do segundo semestre de 2022. Nestas narrativas trazidas, Fachine e Demuru (2022, p. 11), meio que confirmaram a postura midiática do então presidente, quando nos trazem que “Bolsonaro é talvez o líder político que mais se aproveitou deste estilo de comunicar.” Com enfoques em deboches, e tratando de assuntos importantes para o país de uma forma um tanto quanto vexatória, “como se pôde ler em muitas de suas postagens no Twitter, Facebook

e Instagram”. As autoras trouxeram também que, “Bolsonaro pode ser considerado como um verdadeiro “bufão” da política”. Posturas firmemente adotadas durante todo o então mandato governamental.

Como todo bufão que se preze, ele vive quebrando regras e protocolos sedimentados, neste caso aqueles do assim chamado “politicamente correto”, contra o qual, ao lado de outros líderes de extrema direita como Donald Trump, Matteo Salvini, Marine Le Pen, Viktor Orbán, diz lutar acirradamente. O fato de se apresentar e agir como um bufão reforça seu discurso antissistema, graças ao qual conseguiu se fazer passar por um outsider da política. Contribuiu para isso, inclusive, a imagem de militar insubordinado, que marcou sua entrada na política. Não podemos esquecer que ele ganhou notoriedade depois que foi acusado de participar de um plano para explodir bombas em quartéis e no sistema de abastecimento de água do Rio de Janeiro como protesto pelos baixos salários pagos aos militares (FECHINE; DEMURU, 2022, p. 15).

As constatações trazidas pelos autores Fechine e Demuru (2022) confirmam as impressões trazidas nesta Dissertação sobre uma postura antipolítica no poder do ex-presidente. O termo “bufão”¹⁹ enfatiza isso.

O cidadão Jair Messias Bolsonaro, tem a ideologia política de extrema direita e falar de Bolsonaro e não citar como esse político conduziu a vida pública, é inevitável. É importante ressaltar que a "direita", no Brasil, promulga ideias contraditórias a respeito de uma perspectiva liberal na economia e conservadora nos costumes. O autor Hoff (2018), trouxe na Tese de doutorado, *Um olhar pela porta dos fundos: apontamentos sobre o humor audiovisual no Youtube*, diferenças entre a direita representada por Bolsonaro, e esquerda que comandou o país por 13 anos de 2003 a 2016. O autor Hoff (2018), trouxe conceitos sobre esquerda e direita, diferenciando sobre como essas denominações foram se moldando no decorrer dos acontecimentos históricos da contemporaneidade.

Para Hoff (2018, p. 55), “os conceitos passam por uma distorção ou, na melhor das hipóteses, um aperfeiçoamento de seu significado ao longo do tempo. Originariamente os termos designavam a posição assumida por políticos no parlamento francês pós Revolução (século XVIII)”. Hoff (2018), acrescenta que esse acontecimento foi ilustrado em um momento contemporâneo que debatia as representatividades e os

¹⁹ O termo bufão trazido por Fechine e Demuru (2022) se refere a um tipo de político que usa o humor e a provocação para conquistar o apoio popular, mas que também revela uma face trágica e grotesca.

interesses da sociedade dentro de um governo. Sendo os representantes políticos protagonistas das posturas “de defesa da baixa burguesia e dos trabalhadores (à esquerda no recinto do parlamento) ou os interesses da alta burguesia e da nobreza”.

Com o passar dos anos e o advento das revoluções de inspiração marxista, os termos de esquerda e direita foram tomados para identificação de ideais associados a questões capitais e financeiras. O termo “de esquerda” passou a designar os ideais que preservassem interesses coletivos pautados por reivindicações dos trabalhadores, um Estado de Bem Estar com um governo que protegesse os mais necessitados e regulasse as relações comerciais, por exemplo. De outro lado, o termo “de direita” foi associado a posturas mais liberais, que defendem a manutenção de um Estado menos intervencionista e associado às políticas de acúmulo de capital financeiro e manutenção de um desequilíbrio econômico que favoreça os mais abastados em detrimento da maioria. No Brasil, essas designações de “direita” e “esquerda” são ainda associadas a outras pautas, fora do ambiente econômico, como no caso dos apoiadores do regime de ditadura militar no país (1964-1985) classificados como “de direita” ou aos apoiadores dos governos de Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT, identificados como “de esquerda” (HOFF, 2018, p. 56).

A política no Brasil há muito tempo deixa a desejar nos sentidos ideológicos, as brigas políticas estão ganhando cada vez mais enfoque nesse cenário. Para ressaltar isso, podemos conferir o revanchismo em se tratando de quem se denomina da esquerda, e de quem se denomina de direita, esses termos muitas vezes não compreendidos pela grande massa, passam despercebidos o real significado dessas lutas. Como se o que fosse mais importante tivesse que ser, brigar por uma bandeira política. É o que parece que fez o então presidente, e os apoiadores partidários, políticos e ideológicos.

O professor do Departamento de História da Universidade da Bahia (UFBA) Sena Júnior (2019), trouxe no dossiê *O governo Bolsonaro e Perspectivas de esquerda*, um breve panorama de como Bolsonaro chegou ao mais alto cargo de poder no Brasil. Para Sena Júnior (2019) Bolsonaro foi eleito em 2018 “como o presidente do Brasil no pleito mais improvável da história do país”. Sendo que nessa conjuntura Jair Messias Bolsonaro despertava “da parte da imprensa, dos estudiosos e dos palpiteiros das redes sociais inúmeras polêmicas e especulações”. Isso se deu, pelo simples fato de ser oriundo do Exército Brasileiro, uma das Forças Armadas mais importantes da Nação, por já ter tido “28 anos de vida pública” e por “proferir discursos anticomunistas e de exaltação à Ditadura Militar brasileira”.

O primeiro fato compreendido por muitos é que a eleição de Bolsonaro trouxe consigo um novo fenômeno à política brasileira, o bolsonarismo, que independente com os vínculos que tenha com o passado, é uma novidade histórica importante. Junto com a novidade, a mobilização de uma extrema direita fascista, praticamente desconhecida dos brasileiros, passou a assustar a esquerda e algumas personalidades do campo democrático. Até então este segmento do espectro político tinha se limitado a manifestações residuais na política do país dos tempos da redemocratização e da chamada Nova República. Num país em que, até pouco tempo, poucos se assumiam como direita, ver emergir orgulhosos extremistas com discurso fascista, não podia deixar de assustar e até mesmo parcelas das direitas tradicionais sentiram a pancada. A bem da verdade, desde as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, e até 2015, nenhuma grande manifestação protagonizada pelas direitas havia sido registrada no Brasil. O fenômeno, portanto, ganhava os contornos que estimulavam a imaginação e sugeriam analogias variadas: afinal o que seriam as novas direitas brasileiras? Sobre o assunto, tinha existido movimentos residuais e bastante minoritários no período, com pautas anticorrupção e especialmente contra os governos petistas, mas nada que chegasse a assustar. Apesar de sua pequena dimensão, contudo, todos os movimentos das direitas tiveram ampla cobertura da imprensa, acostumada a criar fatos políticos que confrontassem seus desafetos (SENA JÚNIOR, 2019, p.1).

Esses acontecimentos narrados pelo professor Sena Júnior (2019), só reforçam que não são os extremismos que vão fazer acontecer políticas públicas efetivas para todas as camadas da sociedade. O grande exemplo disso foram os quatro anos de negacionismos e brigas partidárias que negligenciaram por esse período, todo um país.

3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As buscas, para embasar e fundamentar o tema, foram realizadas em plataforma digital da rede social Twitter, com recortes temporais do período 2019 a 2021, que correspondeu ao período dos três primeiros anos do mandato em curso do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL). A análise foi direcionada a de que forma as informações sobre a temática foram tratadas pelo ex-presidente do Brasil nesta mídia.

Estudos metodológicos e exploratórios foram feitos em artigos e livros, no intuito de fundamentar a metodologia científica, voltados também para autores que abordaram a antropologia, no intuito de entender melhor o contexto das *Terras Indígenas*, bem como ainda, estudos que fundamentaram as análises de mídias e compreenderam cientificamente a metodologia de pesquisa no Twitter, a exemplo de Fragoso, Recuero e Amaral (2011) com o livro *Métodos de Pesquisa para a Internet*.

Levantamentos no perfil do então presidente Bolsonaro também foram feitos, para que assim, fosse possível elaborar um Banco de Dados das publicações que trouxeram como pauta principal as *Demarcações destas Terras Indígenas*. Com esse material capturado as mensagens publicadas no Twitter foram analisadas, bem como, a análise também do teor político das afirmações ali encontradas, e ainda, as análises voltadas para os conteúdos publicados sobre as *Terras Indígenas*, nos então 140 caracteres, atualmente 280.

3.1 - A ORIGEM DA METODOLOGIA

Como enfatizou Bardin (1995) narrar a história da “análise de conteúdo” é impossível sem citar as diligências que nos Estados Unidos marcaram o desenvolvimento de um instrumento de análise das comunicações. Para Bardin (1995, p. 13) a história dessa metodologia teve um direcionamento cronológico por meio de um passo a passo, trazendo “o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos apoiados na utilização de uma das técnicas classificadas sob a designação genérica de análise de conteúdo”. Com isso, a autora trouxe que esse desenvolvimento só foi possível, “por meio da observação dos aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século”. Bem como, de acordo Bardin (1995) ter a colocado em prática só foi possível, por meio das condições de aparecimento e “de extensão em diversos sectores das ciências humanas, tentando clarificar as relações que a análise de conteúdo mantém ou não com disciplinas vizinhas” pelo seu objeto ou pelos seus métodos.

Para muitos a técnica da análise de conteúdo, é moderna, por ter sido apresentada em meados do século XX, embora tenha uma origem antiga. Segundo Bardin (1995) essa técnica surgiu da hermenêutica, com a interpretação de escrituras sagradas, a exemplo da leitura da Bíblia. Bardin (1995) afirmou que o primeiro nome que levantou a técnica da análise de conteúdo foi o de H. Lasswell. O sociólogo, cientista político e teórico da comunicação dos Estados Unidos, foi o primeiro que analisou a imprensa e a propaganda, isso em meados de 1915, com o objetivo de medir o impacto do viés

sensacionalista dos artigos voltados para a grande mídia em massa.

Com o surgimento da Segunda Guerra Mundial, surgiu também o interesse das ciências políticas nos Estados Unidos de estudar mais a fundo esse acontecimento, para isso, a utilização da análise de conteúdo foi inevitável e passou a ser usada para analisar as propagandas na mídia, nesse momento histórico de 1939.

A autora Bardin (1995) destacou que no período de 1960 a 1975, três fenômenos afetaram diretamente as práticas da análise de conteúdo. O primeiro, veio com o surgimento do computador. As tecnologias por meio de máquinas possibilitaram cálculos precisos, uma das variáveis para a metodologia aplicada, surgindo a partir daí, novas técnicas, que foram aplicadas aos textos. O segundo acontecimento, foi voltado para o interesse dos estudiosos pela comunicação não visual, o que a autora chama de “invasão” do campo científico por disciplinas como a semiologia e a linguística. E o terceiro fato, foi a inviabilidade de precisão dos trabalhos linguísticos. Partido daí, uma adaptação ao desenvolvimento da metodologia aplicada para as novas análises.

Para Bardin (1995, p. 29), esse tipo de análise, desde que se buscou lidar com comunicação, que se busca assimilar para os significados múltiplos e imediatos, “a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura” de forma a parecer inevitável a utilização pelo recurso da análise de conteúdo, no nosso caso com o olhar direcionado, para a pesquisa voltada para a publicação no micromensageiro, Twitter.

Estes dois pólos, desejo de rigor e necessidade de descobrir, de adivinhar, de ir além das aparências, expressam as linhas de força do seu desenvolvimento histórico e o aperfeiçoamento que, actualmente, ainda a faz oscilar entre duas tendências. Historicamente, como já se viu, foi nos Estados Unidos, no contexto behaviorista das ciências humanas e por interesse dos governos em adivinhar as orientações políticas e estratégicas dos países estrangeiros, com a ajuda de documentos acessíveis (imprensa, rádio), que se fez do analista um detective munido de instrumentos de precisão. Metodologicamente, confrontam-se ou completam-se duas orientações: a verificação prudente ou a interpretação brilhante. Por outras palavras, a análise de conteúdo de mensagens que deveria ser aplicável- com maior ou menor facilidade, é certo - a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte (do tamanho da imagem, tendo evidentemente como terreno de eleição o código linguístico) possui duas funções, que na prática podem ou não dissociar-se: - Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo «para ver o que dá». - Uma função de «administração da prova». Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de directrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação. É a análise de conteúdo «para servir de prova» (BARDIN, 1995, p.

30).

Na prática significa que essas duas fórmulas de análise (função heurística e administração da prova) não funcionam uma sem a outra, as duas se fundem e se tornam o complemento do todo, fugindo do campo do achismo, hipóteses e invenções. De fato, uma técnica aplicada que funciona, a exemplo do que estamos a concluir nesta Dissertação, por meio da análise de conteúdo.

Com esse entendimento, Bardin (1995) explicou que seria mais fácil falar de múltiplas análises de conteúdo, sendo essas, um método empírico, que depende de um tipo, a fala, repassada por um emissor, a que se dedica ao tipo de interpretação que se pretende como objectivo. Isso quer dizer que não existe análise de conteúdo sem existir uma mensagem de alguém enviada para outra pessoa ou a um determinado público de pessoas.

Para Bardin (1995, p. 31), a execução desse estudo parte do princípio de que, a técnica de análise de conteúdo, “adequada ao domínio e ao objectivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento, excepto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da descodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários”, ao qual os conteúdos são avaliados rapidamente por temas.

Isso reporta em dizer que, os estudos de investigação dos temas têm que ser frequentes, sendo necessário definir os seus campos, finalidades, modelos de utilização e sobre quais lugares de “territórios” se encontram, a respeito de qual conteúdo está sendo analisado e em qual plataforma de mídia se encontra. Sendo assim, por meio do “Campo”, é utilizada na análise de conteúdo, um conjunto de técnicas de análise das comunicações como um todo.

A autora Bardin (1995, p. 31) reforçou que “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto”, o das comunicações.

Desde mensagens linguísticas em forma de ícones, até “comunicações” em três dimensões, quanto mais o código se torna complexo, ou instável, ou mal explorado, maior terá de ser o esforço do analista, no sentido de uma inovação com vista à elaboração de técnicas novas. E quanto mais o objecto da análise e a natureza das suas interpretações forem invulgares e mesmo insólitas, maiores

dificuldades existirão em colher elementos nas análises já realizadas, para nelas se inspirar. E mais ainda, porque cada investigador tem repugnância em descrever a sua hesitante alquimia, contentando-se com a exposição rigorosa dos resultados finais, evitando assim explicitar as hesitações dos cozinhados que os procederam, com grande prejuízo para os principiantes que não encontram modelos, receitas acabadas, logo que se dedicam a análises que, pelo seu material ou pelo seu objectivo, se afastam por pouco que seja, das vias tradicionais (BARDIN, 1995, p. 32).

Portanto, há de perceber que os métodos das análises de conteúdos são imensamente vastos. Pois tudo que envolve emissor e receptor é passível de múltiplas interpretações. A analista de conteúdo Bardin (1995, p. 32) reforçou que, “tudo o que é dito ou escrito, é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo”.

Não podia ser diferente com as publicações escritas nas múltiplas plataformas sociais em suas mais amplas esferas midiáticas, no campo virtual, que é vasto e ilimitado de possibilidades. Definidos os campos e o tipo de comunicação a que se deve analisar, se encontra a Descrição Analítica e como de fato funciona essa etapa da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1995, p. 34) a descrição analítica “funciona segundo procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Portanto, “trata-se de um tratamento da informação contida nas mensagens”. Para isso, se faz necessário, que em algumas comunicações, a análise de conteúdo não seja limitada. No entanto, precisa de imediato que em muitos casos a análise, não se limite ao conteúdo.

A análise de conteúdo pode ser uma análise dos «significados» (exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos «significantes» (análise léxica, análise dos procedimentos). Por outro lado, o tratamento descritivo constitui um primeiro tempo do procedimento, mas não é exclusivo da análise de conteúdo. Outras disciplinas que se debruçam sobre a linguagem ou sobre a informação, também são descritivas: a linguística, a semântica, a documentação. No que diz respeito às características sistemática e objectiva, sem serem específicas da análise de conteúdo, foram e continuam a ser suficientemente importantes para que se insista nelas (BARDIN, 1995, p. 34).

As análises de Bardin (1995) constataram que se faz necessário mais do que uma simples análise à primeira vista, é primordial todo um contexto fundamentado para se extrair o melhor resultado, por mais mínimo que seja o conteúdo a se analisar. A autora Bardin (1995) acrescenta que as duas funções da metodologia aplicada, podem se complementar: a função heurística (acrescenta a atividade exploratória, dando maior

probabilidade para a descoberta) e a de administração da prova (testar as hipóteses da pesquisa como questões ou afirmação temporária), e reforça que no percurso da pesquisa, novos instrumentos podem ser “inventados” ao ponto de favorecer novas interpretações.

Com isso, Bardin (1995) define essa metodologia, com a apresentação das prováveis aplicações da análise de conteúdo como métodos de categorias que permitem a identificação dos significados das mensagens.

Segundo Bardin (1995), uma análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados, ao contrário, ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação.

Em observação as técnicas de análise de conteúdo utilizadas por Bardin (1995, p. 32), foi perceptível que, "se tentarmos nos distanciar em relação aos métodos de análise de conteúdo e ao domínio em que estes podem ser explorados, se percebe que o campo de aplicação é extremamente vasto.

Ora, quaisquer que sejam as dificuldades de aplicação ou de transposição das técnicas da análise de conteúdo para as comunicações não linguísticas e os exageros a que por vezes conduz a recente moda da semiologia, parece difícil recusarem-se ao vasto campo das comunicações não linguísticas (ao qual se aplica por comodidade, os termos do campo semiológico ou semiótico) os benefícios da análise de conteúdo. De que modo se poderá passar em revista de maneira exaustiva, os domínios da aplicação potencial das técnicas da análise de conteúdo, quaisquer que sejam os procedimentos a utilizar? Numa primeira fase, contentemo-nos em sistematizar o conjunto dos tipos de comunicações, segundo dois critérios (é provável que existam outros igualmente adequados): - o número de pessoas implicadas na comunicação; - a natureza do código e do suporte da mensagem. Uma classificação segundo estes dois critérios, pode resumir-se num quadro de dupla entrada. Indicamos para cada caso alguns exemplos, a título de ilustração (BARDIN, 1995, p. 33).

Por conseguinte, para Bardin (1995) pareceu difícil definir a análise de conteúdo a partir do seu território, pois que, à primeira vista, “tudo o que é comunicação (e até significação) parece susceptível de análise”. Partindo disto, a autora apresentou o seguinte questionamento, se é possível, ao menos, descobrir nem que seja uma unidade, que atenda ao nível das regras de funcionamento?

Para tanto, Bardin (1995) apresentou três etapas para o desenvolvimento da metodologia de análise de conteúdo, são elas:

Pré-análise: a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência interpretação do conteúdo. A pré-análise é a fase de organização da pesquisa científica, momento que o pesquisador precisa ter três missões:

- Escolher os documentos a serem analisados, por meio da leitura flutuante deve-se estabelecer critérios para a escolha dos documentos, com regras como representatividade e pertinência;
- Formular hipóteses e objetivos. A hipótese, seria uma afirmação provisória, o que não é obrigatória a todas as pesquisas, diferente dos objetivos, que estabelecem a finalidade do trabalho;
- E a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final, ou seja, elementos dos textos a serem analisados como a menção repetitiva de um tema ou argumento.

Na pesquisa para esta Dissertação, o recorte da coleta das publicações do então presidente do Brasil (2019-2022) sobre a Demarcação de Terras Indígenas na rede social Twitter, entre o período demarcado para a pesquisa de 2019 a 2021, ocorreu logo após a aprovação da Qualificação para esta Dissertação, em 3 de junho de 2022.

Na pré-análise, as primeiras publicações encontradas no perfil do Twitter @jairbolsonaro, do então presidente, foram arquivadas nesse primeiro momento, até os dados serem satisfatórios para as análises.

Após esse primeiro levantamento, foi percebido que as publicações eram insuficientes, pois na ferramenta Twitter, do @jairbolsonaro, só foi possível encontrar publicações anteriores a seis meses do início das buscas que foram realizadas, logo, ficando improvável a continuidade das buscas apenas por este meio. A partir disto, recorreremos ao Google.

Dado início as buscas por meio do Google, após pesquisas detalhada logo abaixo, os primeiros resultados foram aparecendo, como as imagens das publicações realizadas no Twitter do perfil público do então presidente. Ao entrar nos ícones que surgiram no Google, davam acesso ao próprio Twitter do @jairbolsonaro, exatamente na publicação que havia sido selecionada, sendo possível o print da tela das respectivas mensagens.

Na exploração do material, que é a fase que constitui a administração das decisões tomadas anteriormente durante a pré-análise, trata-se, por tanto, da operacionalização

de índices, indicadores, hipóteses, etc. Nesta fase, com a análise de conteúdo definida e o campo a ser analisado previamente selecionado, demos início a triagem das publicações que precisaríamos para a pesquisa desta Dissertação. Já no primeiro momento, as dificuldades para encontrar os dados foram evidentes. Mas, com insistência, orientação do Professor, e as chaves de buscas certas, os primeiros resultados foram encontrados. A pesquisa foi direcionada para buscas analíticas no Google, que é o maior hospedeiro de serviços, conteúdos e produtos online, até o momento dessa pesquisa.

As chaves utilizadas para essas buscas, foram focadas no objeto de pesquisa e nas categorias analíticas. As buscas no Google foram realizadas por meio das chaves Twitter OR Twitter AND Bolsonaro, direcionada para o ano a ser pesquisado, a mesma palavra-chave foi utilizada para a busca voltada para cada ano delimitado na pesquisa, que foram os anos 2019, 2020, 2021. As palavras-chaves IT OR Terras Indígenas; IT OR Bolsonaro Demarcação; IT OR Demarcação de Terras; IT OR Amazônia; IT OR Reserva Indígena; IT OR Roraima, também foram utilizadas com a mesma técnica de busca. Ainda utilizamos as palavras chaves, demarcação, Amazônia, demarcação de terras, indígenas do Extremo Norte, Terras Indígenas; Roraima; Reserva Indígena; Bolsonaro e Twitter.

Nas buscas realizadas foram encontradas seis publicações externadas no Twitter por Jair Bolsonaro, no ano de 2019. Também foram feitas pesquisas para o ano de 2020, que apresentaram insuficiência de resultados para o tema em questão. Com a dificuldade aparente para encontrar os conteúdos voltados para as publicações no respectivo ano, demos continuidade com as buscas para o ano seguinte proposto pra a nossa pesquisa, o de 2021. O fato de não termos encontrado as mensagens sobre a temática no ano de 2020, acredito por ser por um motivo bem pertinente, por nos encontrarmos no ápice de uma pandemia que desestruturou todo o mundo. Em sequência, foi encontrada três publicações do ano de 2021, totalizando até este momento da pesquisa, nove capturas de publicações no Twitter, sobre a temática desta Dissertação. As publicações foram coletadas e capturadas por meio de capturas de telas.

Na fase do tratamento dos resultados obtidos e a interpretação das mensagens selecionadas, as capturadas de telas do conteúdo publicado foram trabalhadas para se tornarem válidas. Com isso, a pesquisadora pôde fazer as análises propostas para esta

Dissertação, com o direcionamento das hipóteses 1 e 2 para esta metodologia: a) *demarcação de Terras não foi prioridade no governo Bolsonaro* e b) *Jair Messias Bolsonaro defende a preservação da cultura indígena brasileira*.

Seguindo com os estudos metodológicos voltamos o olhar para a análise de conteúdo sobre as publicações do ex-presidente Bolsonaro no Twitter. Utilizada como instrumento de pesquisa, a análise de conteúdo é fundamental para as pesquisas qualitativas, utilizadas de forma frequente nas Ciências Sociais. Por ser um conjunto de técnicas de análises voltadas para conteúdos se torna possível explorar variadas temáticas pré-definidas, na busca de compreender o sentido do que há por trás das mensagens.

Segundo um estudo apresentado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por Silva (2017), a metodologia da análise de conteúdo, é uma das mais utilizadas por pesquisadores da comunicação, voltadas para as pesquisas qualitativas e quantitativas. Por ser um conjunto de instrumentos metodológicos, a análise de conteúdo, é mais utilizada nas investigações dos fenômenos sociais, sendo o principal método das Ciências Humanas e Sociais.

Informações históricas dão conta de que entre 1940 e 1950, já existia uma definição para análise de conteúdo, aceita até os dias atuais (2022) pelos pesquisadores da temática. A autora Bardin (1995) trouxe que a definição conceituada pelos pesquisadores Berelson e Lazarsfeld, são voltadas para técnicas de investigação, com descrição direta, sistemática e qualitativa do conteúdo da comunicação. “Berelson e Lazarsfeld” são considerados e reconhecidos por serem os verdadeiros marcos criadores da análise de conteúdo, segundo Bardin (1995).

Com esse método foi possível identificar as amostras e os critérios a serem analisados no conteúdo midiático do ex-presidente no Twitter, bem como, a abordagem da temática estudada, para assim, ser colocada em prática a análise do conteúdo.

Para a pesquisa dessa Dissertação, recorreremos a autora Bardin (1995), que está entre os principais autores que falam sobre o assunto, que estudou o tema a fundo e publicou um livro sobre a metodologia aplicada nessa pesquisa, trata-se do livro *Análise de Conteúdo* (1995).

Bardin (1995), melhorou a definição da metodologia, descrevendo-a como um

conjunto de técnicas de análise das comunicações, que emprega procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Mesmo diante de uma definição tão objetiva, a própria autora, considerou a metodologia insuficiente, para comprovar as particularidades das técnicas. A autora Bardin (1995) trouxe os antecedentes da análise de conteúdo e a pré-história no contexto amplo, mostrando as variadas formas de abordagens para a análise das comunicações.

Antes de analisar as comunicações segundo as técnicas modernas do século vinte tornadas operacionais pelas ciências humanas, os textos já eram abordados de diversas formas. A hermenêutica, a arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos é uma prática muito antiga. O que é passível de interpretação? Mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda (a que importa aqui) só pode surgir depois de uma observação cuidada ou de uma intuição carismática. Por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar. A interpretação dos sonhos, antiga ou moderna, a exegese religiosa (em especial a da Bíblia) a explicação crítica de certos textos literários, até mesmo, de práticas tão diferentes como a astrologia ou a psicanálise relevam de um processo hermenêutico. Também a retórica e a lógica são de agrupar nas práticas de observação de um discurso, práticas estas, anteriores à análise de conteúdo (BARDIN, 1995, p. 14).

A metodologia aplicada orientou em como fazer uma pesquisa na internet ou em qualquer outro campo que venha a ser utilizado para aplicar as análises de conteúdo. Para Bardin (1995) a análise de conteúdo e a linguística estão ligadas em uma mesma metodologia, com o mesmo objeto, “a linguagem”. A autora Bardin (1995) trouxe a diferença em ter língua (fala) e palavra, Bardin (1995, p. 43) “o objecto da linguística é a língua, quer dizer, o aspecto colectivo e virtual da linguagem, enquanto que o da análise de conteúdo é a palavra, isto é, o aspecto individual e actual (em acto) da linguagem”. As palavras contêm múltiplas interpretações, por meio da análise de conteúdo.

A linguística trabalha numa língua teórica, encarada como um «conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições regulamentadas em elementos definidos ... » (29). O seu papel resume-se, independentemente do sentido deixado à semântica, à descrição das regras de funcionamento da língua, para além das variações individuais ou sociais tratadas pela psicolinguística e pela sociolinguística. Pelo contrário, a análise de conteúdo trabalha a palavra, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis. Retomando a metáfora do jogo de xadrez utilizada por F. de Saussure, a linguística não procura saber o que significa uma parte, antes tentando descrever quais as regras que tornam possível qualquer parte. A linguística estabelece o manual do jogo da língua; a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou o

ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis. Contrariamente à linguística, que apenas se ocupa das formas e da sua distribuição, a análise de conteúdo toma em consideração as significações (Conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição destes conteúdos e formas (índices formais e análise de co-ocorrência) (BARDIN, 1995, p. 43).

A autora Bardin (1995) trouxe na teoria o que se aplica na prática em um passo a passo da análise de conteúdo, trazendo essas diferenças entre linguagens e palavras. Não é tão simples essa separação de significações pois se faz necessário, análises mais profundas, como um trabalho criterioso e que requer muita atenção. Bardin (1995, p. 45) trouxe como esse trabalho pode ser feito, “é o trabalhar a palavra e as significações que diferencia a análise de conteúdo da linguística, embora a distinção fundamental resida noutro lado”. Fomos tentar buscar entender qual é esse outro lado, e encontramos o estudo da linguística trazido por Bardin (1995), que afirmou que a linguística é o estudo da língua para descrever esse funcionamento da linguagem. Já a análise do conteúdo busca o conhecimento daquilo que está por trás das palavras, no universo que surge através das mensagens. A autora Bardin (1995) mostrou o caminho para tentar entender essas diferenciações, trazendo outros estudos por meio da semântica; da sociolinguística, da lexicologia, da estatística linguística e da análise do discurso.

A semântica é o estudo do sentido das unidades linguísticas, funcionando, portanto, com o material principal da análise de conteúdo: os significados. Descreve, no entanto, os universais do sentido linguístico (ao nível da língua e não da palavra). A sociolinguística movimenta-se da língua para as palavras, de modo a estabelecer de uma maneira sistemática correlações (covariância) entre estruturas linguísticas e sociais. Está, por conseguinte, próxima da análise de conteúdo, na medida em que deixa a esfera des-socializada da linguística e tenta descrever correspondências entre características «linguajeiras» e grupos sociais. Tem, contudo, em consideração um conjunto linguístico (geral) para o pôr em paralelo (covariância) com um conjunto social (geral). Enquanto que a análise de conteúdo visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares. A lexicologia, estudo científico do vocabulário, e a estatística lexical, aplicação dos métodos estatísticos à descrição do vocabulário, aproximam-se da análise de conteúdo por funcionarem com unidades de significações simples (a palavra) e por remeterem para classificações e contabilização pormenorizadas de frequências (BARDIN, 1995, p. 44).

Para esta Dissertação foram identificadas categorias analíticas na aplicação da análise de conteúdo, são elas: *indígenas; povos tradicionais; demarcação de terras;*

garimpo e economia.

3.2 - O QUE É O TWITTER?

Estudar a *ferramenta de micromensagens* Twitter é como acompanhar o avanço virtual e não saber diferenciar o que não faz parte do cotidiano, isso implica em dizer que as plataformas virtuais (redes sociais) já fazem parte da nossa rotina, é algo que já norteia os seguimentos virtuais da atualidade contemporânea. Essa nova realidade da sociedade moderna, já alcança um grande número de pessoas por intermédio da internet e traz consigo, a necessidade de um universo midiático, para acompanhar o momento instantâneo das publicações divulgadas, por meio das redes sociais, mais precisamente, para esta Dissertação, o Twitter. Para entender melhor sobre esta ferramenta, fomos *nos aprofundar sobre* a história dessa rede social e trazer um resumo para este entendimento.

As autoras Recuero e Zago (2009), no livro *Em busca das “redes que importam”: redes sociais e capital social no Twitter*, trazem a definição de Twitter de como sendo uma “ferramenta de micromensagens”, mas que usualmente é reconhecida como sendo um “microblog”. As autoras reforçaram que, embora a ferramenta seja considerada dessa forma, “optou-se por se referir a ela como um *micromensageiro* por se considerar que as apropriações conferidas ao Twitter fizeram com que ele se afastasse da ideia de um blog”. Para as autoras Recuero e Zago (2009) apesar do Twitter ser uma ferramenta ainda considerada como relativamente nova, já se tornou objeto de muitos estudos desde a primeira década do século XXI.

De acordo com o microblog Twitter, com informações do site *CanalTech*, por Alvarenga (2012)²⁰, o *Twitter* foi fundado em março de 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone, nos Estados Unidos. De forma resumida, como explica uma das colunistas do microblog Twitter, Alvarenga (2012), “a ferramenta social como Companhia isolada desde 2007, oferece aos usuários um espaço para troca de conversas e compartilhamento de conteúdo” (escritos, fotográficos e até vídeos).

²⁰ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://canaltech.com.br/empresa/twitter/#:~:text=O%20Twitter%20foi%20fundado%20em,conte%C3%BAdos%20escritos%2C%20fotografias%20e%20v%C3%ADdeos.>

Bem como, uma das principais utilidades que a ferramenta oferece são os *Trending Topics* (Tópicos em Alta), que disponibilizam aos usuários os assuntos mais falados do mundo, até o momento dessa divulgação (2012). Para isso, as publicações nesta rede social podem ser atualmente (2023) escritas, em até 280 caracteres em quase todos os idiomas, a mudança aconteceu em novembro de 2017, até então eram de 140, depois 260 e até o momento dessa pesquisa são de 280 caracteres.

A escritora Alvarenga (2012) trouxe também, uma curiosidade sobre a simbologia do Twitter, que tem como símbolo um “*pássaro azul*”. Este ícone vem da expressão “*tweet*”, traduzido do inglês, significa “*piu*”, subtende-se que “*piu*” é o som emitido pelos pássaros, então assim faz todo sentido.

As autoras Recuero e Zago (2009) também reconheceram o Twitter como sendo uma rede social, com definição para o espaço da web “que permite aos seus usuários construir perfis públicos, articular suas redes de contatos e tornar visíveis essas conexões”. A ferramenta permite aos seus utilizadores o acesso a uma conta virtual por meio de um nome de usuário, através do @ (IG), para a criação de um perfil público na ferramenta, por meio da internet, com isso, o usuário passa a ter contatos e interação com outras pessoas através de mensagens publicadas dentro desta rede social. Recuero e Zago (2009) e com isso, oferece maneiras de gerar e manter valores sociais entre essas conexões”.

Como as conexões no sistema são expressas por meio de links, ficam permanentemente visíveis aos usuários, até mesmo entre aqueles que possuem contas privadas.⁴ O perfil dos usuários também permite personalizações diversas, como mudar a imagem de fundo, as cores, e preencher dados, tornando o espaço de representação do “eu” semelhante a páginas pessoais. Finalmente, os usuários podem ainda trocar mensagens entre si por duas vias: por mensagem direta (no caso, apenas quem envia e recebe tem acesso à mensagem) ou por replies, em recados públicos direcionados a partir do símbolo “@”. Como site de rede social, o Twitter proporciona que essas redes sejam expressas por meio dele. Entretanto, há diferenças entre ele e os sites de redes sociais mais tradicionalmente referidos pela literatura (RECUERO; ZAGO, 2009, p. 3).

Essas conexões intermediadas pelo micromensageiro Twitter só são possíveis por meio de um convite enviado ao usuário do perfil, de uma conta ativa desta mesma rede social. Outros sites que se enquadram nesta mesma conexão por meios de links de sites de redes sociais, são as ferramentas do antigo Orkut dos anos 2000 e contemporâneo

Facebook. Segundo as autoras Recuero e Zago (2009) a interação por meio dos sites das redes sociais só é possível através de uma conexão que seja correspondida pelos usuários respectivamente, criando ente si, uma interação social por meio da internet.

No Twitter, essas conexões vão ainda mais longe: além de formar as redes pela conversação, é possível formar uma rede de contatos na qual jamais houve qualquer tipo de interação recíproca. E essa conexão, embora não recíproca, pode dar ao ator acesso a determinados valores sociais que não estariam acessíveis de outra forma, tais como determinados tipos de informações. Considera-se essa conexão como social porque o ator adicionado é informado desse acréscimo, podendo impedi-lo, se desejar. Huberman, Romero & Wu (2009) mostra-ram outras consequências dessas conexões não recíprocas. Os autores apontam que, no Twitter, os usuários costumam ter muitos contatos, mas interagem efetivamente com poucos deles. Com base nisso, vão dizer que, no Twitter, há duas redes: uma composta pelas relações de contatos estabelecidas na rede (quem segue quem) e outra rede mais escondida, composta pelas relações entre quem efetivamente interage com quem. Huberman, Romero e Wu (2009) afirmam que “a rede social que importa” é a escondida, formada pelas pessoas que efetivamente interagem umas com as outras – rede na qual se esconde a rede social propriamente dita. Em sentido semelhante, Recuero (2007), a partir de um estudo sobre o Fotolog.com, aponta para a existência de redes sociais emergentes e redes sociais de filiação ou associação (RECUERO; ZAGO, 2009, p. 04).

Conforme trouxe Alvarenga (2012), o “microblog” Twitter, está até então, disponível em cerca de 35 idiomas e conta com aproximadamente 316 milhões de usuários ativos mensalmente, em todo o mundo, os dados são de abril de 2012. De acordo também com Alvarenga (2012) o serviço pode ser acessado pelo próprio canal virtual da empresa e em dispositivos móveis, por meio dos aplicativos.

Para dar conta da demanda, as informações apontaram ainda que, a Companhia, engloba, Alvarenga (2012), aproximadamente 35 escritórios em todo o mundo, com diretrizes que incluem a liberdade de expressão, transparência e segurança aos usuários do Twitter. Para se ter uma ideia somente, aqui no Brasil, o Twitter só ganhou popularidade em 2008 e a ferramenta só recebeu versão em português um ano depois no ano de 2009. Sendo só em 2012, a inauguração do primeiro escritório físico em terras brasileiras. Informações trazidas por Alvarenga (2012) deram conta de que, a Companhia tem ainda uma sede no Estado de São Paulo e outra no Estado do Rio de Janeiro.

Com isso, estudar essa ferramenta para a pesquisa desta Dissertação, se justifica pelo fato de parecer ser uma das redes sociais mais utilizada no mundo. Com uma análise

feita de forma empírica, percebeu-se também que com grande repercussão de variados assuntos todos os dias. Voltar o olhar para as citações oficiais do ex-presidente do Brasil se justificou por ser uma figura pública e com relevância para a história do nosso país, sendo assim uma figura em evidência até o momento dessa pesquisa para a sociedade contemporânea no Brasil. Para isto, pesquisamos de forma empírica no Twitter as postagens do @jairbolsonaro e analisamos o conteúdo das publicações nessa rede social do então presidente, relacionadas às Demarcações das Terras Indígenas durante o referido governo, no período demarcado de 2019 a 2021. Analisamos também, como esse conteúdo foi proferido e sob qual perspectiva social política.

3.3 - TABELA TEMPORAL DA PESQUISA

PERÍODO DA PESQUISA	PUBLICAÇÕES POR ANO
2019	06
2020	00
2021	03

3.4 - CATEGORIAS ANALÍTICAS

Os elementos que foram investigados para esta Dissertação foram: indígenas, povos tradicionais; Demarcação de Terras; garimpo e economia. Que foram analisados no conteúdo midiático de Bolsonaro nas publicações selecionadas na ferramenta digital Twitter, no perfil @jairbolsonaro.

1 - *Indígenas*: essa categoria contemplou as postagens de como os povos indígenas foram tratados nas mensagens de Bolsonaro, e se de fato foram reconhecidos como sendo de uma cultura diferente. É possível perceber essa comunicação na *Figura 1 Integração dos indígenas*, *Figura 2 Povo Miscigenado* e *Figura 7 Populações Indígenas*, quando Bolsonaro expõe a porcentagem de território indígena no Brasil e sendo ocupado por um pequeno grupo de pessoas, se referindo aos indígenas e quilombolas, como

vivendo isoladamente. Com o objetivo de integrar essas pessoas aos demais brasileiros, com a postura afirmativa de que somos todos iguais;

2 - Povos tradicionais: essa categoria contemplou as postagens relacionadas ao assunto dos direitos desses povos originários, como foram tratados pelo presidente e que ações foram citadas no Twitter. O Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, apresentou povos e comunidades tradicionais como sendo grupos culturalmente diferenciados, que possuem uma organização social própria e que vivem em territórios reservados, tendo como dependência esses espaços para sobreviverem e para manterem viva a cultura e a identidade do seu povo. Pela formação histórica, o Brasil é um país de múltiplas culturas e a miscigenação é a mistura de vários povos, com cultura, etnias diferentes, se tornando uma das principais características do povo e da cultura brasileira. É possível perceber na *Figura 1 Integração dos indígenas*, a preocupação de Bolsonaro em liberar os espaços territoriais ocupados pelos povos originários, para isso com a integração dos povos indígenas. Os povos tradicionais não foram reconhecidos pelo então presidente como sendo de cultura diferente e pertencentes a um habitat territorial natural próprio;

3 - Demarcação de Terras: essa categoria contemplou as postagens relacionadas com a autorização ou não autorização das Demarcações de Terras Indígenas no Brasil. Um assunto polêmico na gestão de Bolsonaro e de extrema importância para a manutenção dessas reservas indígenas, para a preservação dessa identidade cultural e a garantia dos direitos desse povo, direitos esses assegurados por Lei. Foi possível identificar essa categoria na *Figura 1 Integração dos indígenas*, com a comunicação da quantidade de território demarcado que existe no Brasil na citação feita por Bolsonaro. Também na *Figura 6 Demarcação de TI* e *Figura 7 Populações Indígenas*, se percebeu nessas categorias, com a postura de comparação de uma área demarcada que corresponde ao tamanho de um estado brasileiro e a citação da quantidade de indígenas no país, se comparando a área de hectares homologada. Ainda nas *Figuras 8 Reserva Indígena* e *Figura 9 Terra Indígenas*, faz relação a citação voltada para a Reserva Indígena Marãiwatsédé;

4 - *Garimpo*: essa categoria contemplou todas as postagens relacionadas com a exploração de minério. O tema está relacionado diretamente à territorialidade, pelo fato de que, muitas vezes há a invasão por parte do crime organizado. As Terras Demarcadas oferecem o mineral, por meio de recursos da própria natureza. As extrações ilegais comprometem todo esse habitat, poluindo os rios, comprometendo a pesca e contaminando os animais, os povos indígenas e a população que vivem próxima aos rios. O garimpo ilegal em Terras Indígenas muitas vezes é realizado com recursos da violência humana, provocando mortes de indígenas. O garimpo nessas terras é provocado por causa da falta de autorização para essas atividades ilegais. Essa categoria é percebida nas *Figuras 3 Comunidades Indígenas, 4 Mineração Indígena, 5 Riquezas Minerais e 6 Demarcação de TI*, nas afirmações de regulamentação da mineração em Terra Indígena, com indenização aos indígenas e indignação as exigências para ter acesso a essa extração de minérios, a divisão das riquezas naturais com citação da maior quantidade desses minérios no Norte do país e exposições para outros países para o convencimento de extrair minérios, como sendo uma boa ação para o Brasil e para o mundo;

5 - *Economia*: essa categoria contemplou as postagens relacionadas aos investimentos realizados pelo Governo Federal no período de 2019 a 2021 e qual o impacto que essa economia teve para o país. Essa exposição sobre economia foi citada por Bolsonaro em uma publicação realizada no dia 21 de agosto no Twitter, período que estávamos vivendo a pandemia da Covid-19. Essa fala é notada na *Figura 9 Reserva Indígena*, quando expõe a insatisfação de Bolsonaro em relação a derivação da economia mediante Demarcação de Terras, e em tom de ironia quando afirmou que a economia se ver depois, em desacordo a se ficar em casa por causa da Covid-19, também citando sobre o bolsa-família que seria responsável por um aumento de gastos nesse período da pandemia no Brasil.

3.5 - HIPÓTESES

Para o levantamento das hipóteses foi preciso a triagem das publicações feitas no @jairbolsonaro. Para este tópico, foram utilizadas nove mensagens proferidas por Jair Messias Bolsonaro na plataforma Twitter. Nesses conteúdos há falas que

corresponderam ao tema dessa pesquisa, a partir desses conteúdos midiáticos narrados via Twitter pelo então presidente, sobre a realidade indígena no Brasil, com as Demarcações de Terras, tema já abordado no período pré-campanha²¹ (2018) de Bolsonaro, que já era muito evidenciado pelo presidenciável. Ideias preliminares a serem confirmadas com a análise desta pesquisa. Para esta Dissertação nos baseamos em dois eixos afirmativos que partiram das seguintes hipóteses:

- 1 – Demarcação de Terras não foi prioridade no governo Bolsonaro;
- 2 – Jair Messias Bolsonaro defende a preservação da cultura indígena brasileira.

Para afirmar ou refutar as hipóteses acima, foram analisadas as nove imagens das publicações feitas no Twitter por Jair Bolsonaro, entre os anos 2019 a 2021. Nas hipóteses levantadas foi possível perceber, que nos respectivos levantamentos 1 e 2 a seguir:

1 - Demarcação de Terras não foi prioridade no governo Bolsonaro:

De fato, essa afirmativa foi comprovada nos Twitter's analisados que as Demarcações de Terras Indígenas não foram uma prioridade no Governo da gestão Bolsonaro, isso confirma entre muitas outras ações e ausências de ações não realizadas pelo então presidente, a exemplo da afirmativa encontrada *na Figura 1 Integração dos indígenas e Figura 6 Demarcação de T.I.*, que trouxeram as seguintes publicações:

Mais de 15% do território nacional é demarcado como terra indígena e quilombolas. Menos de um milhão de pessoas vivem nestes lugares isolados do Brasil de verdade, exploradas e manipuladas por ONGs. Vamos juntos integrar estes cidadãos e valorizar todos os brasileiros, (BOLSONARO, Jair. Twett, 02 jan. 19). 10 – Uma área maior que a região Sudeste (SP, MG, RJ, ES) já está demarcada no Brasil como TI. Sob essas áreas uma completa “Tabela Periódica.” O ministro fará exposições p/ outros embaixadores, para mostrar-lhes o quão será bom para os índios, o Brasil e o mundo, a mineração em TI (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19).

²¹ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir [Bolsonaro quer acabar com demarcação de terras indígenas - Internacional - Estado de Minas](#).

2 - Jair defende a preservação da cultura indígena brasileira.

Na afirmativa da hipótese acima, já não se foi possível confirmar mediante as análises realizadas nas publicações selecionadas. Pois de fato a preservação da cultura indígena não foi defendida por Bolsonaro, nem durante a gestão governamental, nem enquanto político. Foi observado que Bolsonaro não apoiou a manutenção dessas culturas, principalmente quando se adotou a postura de não demarcar as respectivas Terras. Isso se comprova na *Figura 2 Povo Miscigenado*, na *Figura 3 Comunidades Indígenas* e na *Figura 8 Reserva Indígena*, que trouxeram as seguintes publicações:

2 - Reintegrar os índios à sociedade levando até a estas condições para que possam se sentir brasileiros e não apenas serem tratados como massa de manobra e divisão do povo para contemplar planos de poder. Temos o povo mais miscigenado do mundo e somos todos iguais! (BOLSONARO, Jair. Twett, 15 fev. 19).

3 - O Ministro das Minas e Energia recebeu o embaixador da Bélgica e apresentou-lhe alguns motivos pelos quais o Governo Jair Bolsonaro pretende regulamentar a mineração em Terra Indígena: 1 – No Brasil há quase 600 comunidades indígenas e muitas delas querem a mineração, (BOLSONARO, Jair, Tweet, 31 dez. 19).

8 - A BR-158 e a Reserva Indígena Marãiwatsédé em Mato Grosso. - A Justiça Federal proibiu o asfaltamento do trecho de 110 Km da BR-158 que passa pela Reserva. - Sendo assim seremos obrigados a fazer um contorno de 190 Km (TWITTER: @jairbolsonaro, 26 ago. 21).

3.6 - A PRÉ-ANÁLISE

Esta fase da pré-análise, iniciou logo após o pré-projeto de pesquisa, em 2020, quando a Linha inicial de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM-UFRR), ao qual o pré-projeto foi submetido, ter sido mudada por critérios da seleção da Coordenação do Programa. Ali, já foi possível perceber que o corpus a ser pesquisado seria alterado no meio do caminho, como foi de fato. Logo em seguida as duas grandes reportagens previamente selecionadas sobre as diferentes comunicações em mídias opostas, foram deixadas de lado.

O novo corpus midiático, só foi alterado após o transcurso da Disciplina de Pesquisa, ministrada pela Professora Dra. Lisiane Aguiar no segundo semestre de 2021. Com isso, foi definido que a mídia a ser pesquisada seria a ferramenta Twitter,

permanecendo o mesmo objeto empírico e o mesmo tema a ser analisado, a princípio seriam as narrativas do ex-presidente Bolsonaro sobre a Demarcação de Terras indígenas, um olhar político no Twitter, sendo alterado mais uma vez, após a Qualificação para o conteúdo midiático do ex-presidente, um olhar comunicacional.

O período delimitado a ser analisado foram os primeiros três anos da Gestão do então presidente Jair Messias Bolsonaro de 2019 a 2021 da gestão, que se encerrou em 2022. Logo após a definição do campo a ser analisado, a decisão seguinte foi quanto ao método de pesquisa que seria adotado. Após leituras e orientações acadêmicas ficou definido que seria centrado na análise de conteúdo, da comunicação presidencial sobre a Demarcação de Terras indígenas na rede social, Twitter.

O terceiro filtro aplicado foi voltado para as buscas diretamente na plataforma Google, por ser a página do perfil do @jairbolsonaro insuficiente para as pesquisas das publicações, pois o próprio Twitter coloca uma trava temporal para as buscas de até seis meses anteriores, para esta pesquisa foi no período do segundo semestre de 2022. Com isso, as buscas analíticas foram realizadas na janela virtual do Google, com as respectivas chaves de buscas: Terras Indígenas; Demarcação; Roraima; Bolsonaro; Twitter; Reserva Indígena.

Durante a pesquisa, foram selecionadas nove publicações sobre a temática desta Dissertação. As mensagens digitais foram capturadas por meio de um Smartphone, diretamente da ferramenta do Twitter do @jairbolsonaro, e foram encontradas através das pesquisas diretamente na plataforma do Google, que direcionou para a página do Twitter, no perfil virtual do então presidente, o @jairbolsonaro.

3.7 - FORMAÇÃO E CODIFICAÇÃO DO CORPUS

Já de posse do material a ser analisado e com as devidas delimitações estabelecidas, foi possível também construir as análises de conteúdo e separar as categorias analíticas, bem como as hipóteses que foram analisadas:

- Se apresentaram que as afirmações do ex-presidente Bolsonaro expuseram ações preocupantes para a pequena e importante parcela da sociedade brasileira, em se tratando especificamente dos povos indígenas e tradicionais do país;
- E que as plataformas digitais foram praticamente os meios oficiais de comunicação à época governamental do então governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e até o momento dessa pesquisa permanecem como meio de comunicação para o homem político que é.

3.8 - EXPLORAÇÃO DO MATERIAL E ANÁLISE DO CONTEÚDO

Para melhor compreender as características de cada um dos materiais selecionados a exploração foi feita toda pela internet, em buscas das pesquisas sobre publicações de Bolsonaro no Twitter sobre Demarcação de Terras, baseada na problemática debatida nesta pesquisa.

São elas: publicações sobre Demarcação de Terras, se as publicações tinham teor político ou pessoal; os tipos de exposições comunicacionais proferidas, sobre que tipos de ações efetivas seriam realizadas por parte do governo Federal; sobre como os pronunciamentos do então presidente apontavam ou direcionavam a mídia e as intenções dos conteúdos midiáticos proferidos via Twitter.

3.9 - ANÁLISES DO CONTEÚDO MIDIÁTICO NO TWITTER

Nas análises das publicações previamente selecionadas, após direcionamento da metodologia aplicada, por meio de Bardin (1995) que admitiu que pela regra de pertinência no mínimo oito publicações podem ser analisadas, a partir desta seleção a pesquisa seguiu para uma breve contextualização de cada publicação selecionada. Para esta Dissertação foram selecionadas nove mensagens do ex-presidente Bolsonaro, no Twitter, entre o período de 2019 a 2021. Portanto, apresentamos as publicações por capturas de telas, a seguir:

Na Figura 1 *Integração dos Indígenas*, capturada por meio de um smartphone, da linha do tempo de publicações da conta virtual da ferramenta Twitter, do então presidente da república Jair Messias Bolsonaro, datada de 02 de janeiro de 2019, às 12 horas e 19 minutos, apresenta uma publicação feita pelo ex-presidente Bolsonaro em seu primeiro dia útil como presidente eleito. O tweet de 275 caracteres trouxe a seguinte afirmação²² sobre Terras Indígenas:

Mais de 15% do território nacional é demarcado como terra indígena e quilombolas. Menos de um milhão de pessoas vivem nestes lugares isolados do Brasil de verdade, exploradas e manipuladas por ONGs. Vamos juntos integrar estes cidadãos e valorizar todos os brasileiros (TWITTER: @jairbolsonaro, 02 jan. 19).

Nesta Figura 1 (Integração dos Indígenas) encontramos várias marcações que se identificam com três Categorias Analíticas selecionadas, são elas: *indígenas*; *povos tradicionais* e *Demarcação de terras*.

Especificando essas categorias, percebe-se que quando o então presidente cita na respectiva mensagem “*estes cidadãos*” (TWITTER: @jairbolsonaro, 02 jan. 19), ele nas entrelinhas se refere aos *indígenas* (categoria analítica 1, indígenas), como parte do todo, não como pessoas que exigem um tratamento regido por uma Lei própria; o mesmo o faz ao citar “*quilombolas*” (TWITTER: @jairbolsonaro, 02 jan. 19), que perfeitamente faz parte dos *povos tradicionais* do Brasil, detalhadamente especificados na (categoria analítica 2, povos tradicionais) e na afirmação “*território nacional é demarcado como terra indígena e quilombola*” e “*nestes lugares isolados do Brasil*” (TWITTER: @jairbolsonaro, 02 jan. 19), se percebe que há a resistência em legitimar que esses “espaços” fazem parte do habitat dos povos originários, ao qual necessitam da aplicação da Legislação vigente para a Demarcação das Terras indígenas. A explanação do ex-presidente se refere também a *Demarcação de Terras* que se encaixa perfeitamente na (categoria analítica 3, Demarcação de Terras).

²² A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [\(2\) Bolsonaro passa demarcação de terras indígenas ao Ministério da Agricultura / Twitter](#)
[\(2\) Jair M. Bolsonaro \[20\] no Twitter: "Mais de 15% do território nacional é demarcado como terra indígena e quilombolas. Menos de um milhão de pessoas vivem nestes lugares isolados do Brasil de verdade, exploradas e manipuladas por ONGs. Vamos juntos integrar estes cidadãos e valorizar a todos os brasileiros." / Twitter.](#)

FIGURA 1 – Integração dos Indígenas.



Fonte: @jairbolsonaro no Twitter.

As afirmações do então presidente Bolsonaro, expuseram, ações preocupantes para a pequena e importante parcela da sociedade brasileira, em se tratando especificamente dos povos indígenas e tradicionais do país. Na publicação apresentada, demonstrou as intenções de um gestor de governo, em tom autoritário, sem a menor preocupação de analisar a vivência e cultura desses povos. A afirmação de Jair Bolsonaro (2019-2022), de fato, externou realmente, o que desejava e sentia necessidade de não fazer, que era, não manter viva a cultura das etnias e originalidade de uma nação;

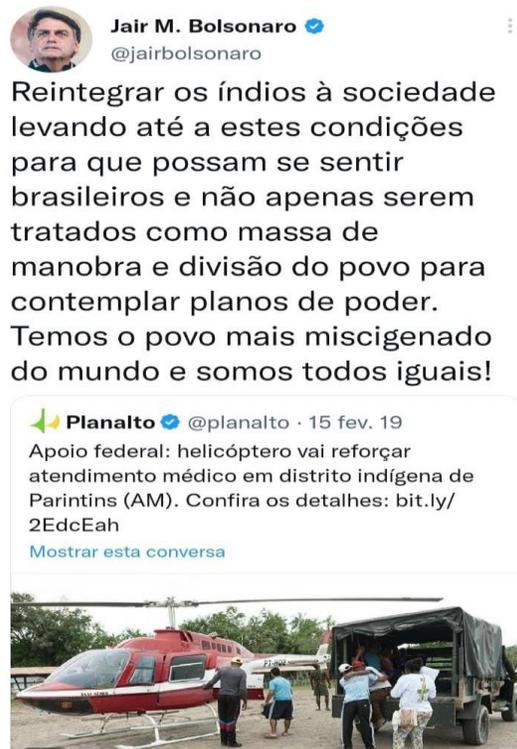
Na imagem seguinte, Figura 2 *Povo Miscigenado*, também capturada por meio de um smartphone, da linha do tempo de publicações da conta virtual da ferramenta Twitter, do então presidente da república Jair Messias Bolsonaro, datada de 15 de fevereiro de 2019, sem horário aparente, expôs mais um posicionamento político do Chefe de Estado. O tweet trouxe a seguinte afirmação, sobre reintegração dos indígenas à sociedade:

Reintegrar os índios à sociedade levando até a estas condições para que possam se sentir brasileiros e não apenas serem tratados como massa de manobra e divisão do povo para contemplar planos de poder. Temos o povo mais miscigenado do mundo e somos todos iguais! (TWITTER: @jairbolsonaro, 15 fev. 19).

Nesta Figura 2 (Povo Miscigenado) encontramos ligação com uma Categoria Analítica selecionada, especificada a seguir: *indígenas*.

Especificando essa categoria, percebe-se que quando o então presidente cita na respectiva mensagem “*Reintegrar os índios*” (TWITTER: @jairbolsonaro, 15 fev. 19), se refere aos *indígenas* (categoria analítica 1, indígenas), como pessoas só brasileiras. O então presidente generaliza também, quando afirma que só após a reintegração dos povos indígenas é que eles podem, “*se sentir brasileiros e não apenas serem tratados como massa de manobra e divisão do povo*” (TWITTER: @jairbolsonaro, 15 fev. 19), nesta análise se percebe ainda, que de fato, o ex-presidente não reconhecia os povos originários como povos tradicionais do Brasil, os colocando dentro de um cenário único, mais uma vez, como parte do todo. Mesmo que sim, os povos indígenas também façam parte da descendência miscigenada da nossa nação, não deixam de serem pessoas que exigem um tratamento regido por uma Lei específica, por serem reconhecidos historicamente e culturalmente como povos originários.

FIGURA 2 – Povo Miscigenado.



Fonte: @jairbolsonaro no Twitter.

Na publicação externada por Bolsonaro em sua conta virtual da ferramenta Twitter, expôs mais que supostamente a opinião do cidadão brasileiro e como pensava e desejava agir como Chefe de Estado. É visível que a publicação foi em resposta a uma ação humanitária que foi realizada pelo Governo Federal, e publicada no Twitter do @planalto. A atitude externada em palavras demonstrou e reforçou a intenção do que o homem civil desejava e com o poder na mão como político buscava idealizar, sem levar em consideração os preceitos legais regidos pela Legislação específica direcionada aos indígenas.

Os autores Fachine e Demuru (2022, p. 15) trouxeram que existe algo de “paradoxal” na postura adotada até então por Bolsonaro, existiu uma certa contradição na postura adotada pelo ex-presidente, “há aqui algo de paradoxal: como alguém que é político profissional há tanto tempo e disputando a reeleição para a Presidência da República Brasileira pode continuar fingindo ser “antipolítico”?”. Os episódios narrados por Fachine e Demuru (2022), reforçaram que o comportamento do então Chefe de Estado era totalmente contraditório para o nível de importância que se exige de um político no mais alto cargo de gestor público no Brasil.

Em quais desenhos de comunicação se funda este projeto? Como, enfim, um bufão consegue chegar e, sobretudo, se manter no poder? Analisamos as formas e os caminhos através dos quais Bolsonaro construiu esta identidade (anti)política. Desde já, vale dizer que a do bufão não é a única estratégia utilizada para este escopo. Diversas são as modalidades por meio das quais Bolsonaro imprime sua marca no campo do discurso político contemporâneo, especialmente nas redes sociais (FECHINE; DEMURU, 2022, p. 15).

As contradições trazidas por Fechine e Demuru (2022) parecem histórias tiradas de um desenho animado, se não fossem reais, seriam um tanto quanto cômicas e trágicas. Uma triste realidade de um Brasil, que só precisa de oportunidades;

Em outra publicação²³ do então presidente Bolsonaro, Figura 3 *Comunidades Indígenas*, de 31 de dezembro de 2019, às 16 horas e 37 minutos, demonstrou as ações do gestor do Governo Federal em efetivar a regulamentação de exploração das Terras Indígenas, expondo-as aos poderes políticos e colocando-as a disposição da exploração do garimpo. O então presidente Bolsonaro foi bem claro ao afirmar:

O Ministro das Minas e Energia recebeu o embaixador da Bélgica e apresentou-lhe alguns motivos pelos quais o Governo Jair Bolsonaro pretende regulamentar a mineração em Terra Indígena:

1 - No Brasil há quase 600 comunidades indígenas e muitas delas querem a mineração (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19).

Nesta Figura 3 (Comunidades Indígenas) encontramos ligação com uma Categoria Analítica selecionada, especificada a seguir: *garimpo*.

Especificando essa categoria, percebe-se que quando o então presidente cita na respectiva mensagem “*Governo Jair Bolsonaro pretende regulamentar a mineração em Terra Indígena*” (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19), se refere a legalizar o *garimpo* em Terras Indígenas, citação que se encaixa na (categoria analítica 4, *garimpo*). Na citação traz explicitamente que “*O Ministro das Minas e Energia recebeu o embaixador da Bélgica*” (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19), para tratar exatamente sobre os motivos para a regulamentação do garimpo nas T.I.’s. Percebe-se também, que quando

²³ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [2](https://t.co/UjO9hLlofb) [2](https://t.co/UjO9hLlofb) no Twitter: "O Ministro das Minas e Energia recebeu o embaixador da Bélgica e apresentou-lhe alguns motivos pelos quais o Governo Jair Bolsonaro pretende regulamentar a mineração em Terra Indígena: 1- No Brasil há quase 600 comunidades indígenas e muitas delas querem a mineração. <https://t.co/UjO9hLlofb>" / Twitter .

o ex-presidente cita que “No Brasil há quase 600 comunidades indígenas e muitas delas querem a mineração” (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19), nesta fala expõe de forma aleatória que os próprios indígenas, pelo menos alguns deles, também querem que o garimpo seja legalizado, já que de forma ilegal já é subtraído arbitrariamente.

FIGURA 3 – Comunidades Indígenas.



Fonte: @jairbolsonaro no Twitter.

Na publicação apresentada, O então Chefe de Estado, deixou bem claro o pensamento de colocar em prática a regulamentação da extração de minérios nas Terras Indígenas. Expondo a insatisfação com os indígenas e a total falta de preocupação com o respaldo aos direitos desses povos originários;

Em outra publicação do então presidente Bolsonaro, Figura 4 *Mineração Indígena*, também de 31 de dezembro de 2019, às 16 horas e 37 minutos, em sequência a primeira publicação do Gestor nesta data, externam os devaneios voltados para a comunidade indígena do país.

a mineração em TI.

3 - Mineração em área indígena exige a prévia oitiva dos índios, autorização do Congresso e indenização aos Índios (art. 231 da Constituição);

4 – Nenhum país do mundo tem essas exigências;

5 – A França faz mineração na Guiana e sequer reconhece, nesse seu território, o que seja uma comunidade indígena;

6 - Não foi o índio que se integrou à nossa cultura, mas a cultura ocidental europeia, como a Belga, que incorporou os índios, só que hoje os condenam à miséria (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19).

Nesta Figura 4 (Mineração Indígena) encontramos ligação com uma Categoria Analítica selecionada, especificada a seguir: *garimpo*.

Especificando essa categoria, percebe-se que quando o então presidente cita na respectiva mensagem “5– *A França faz mineração na Guiana e sequer reconhece, nesse seu território, o que seja uma comunidade indígena;*” (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19), nota-se que os indígenas sequer são reconhecidos como uma cultura originalmente diferente, do que se diz do todo, do povo brasileiro, quando na verdade o povo brasileiro é um só, implicitamente um pensamento externado do ex-presidente. Com isso, o ex-presidente demonstrou um certo apoio de ideias quando apresentou a referida citação, em relação a livre extração de *garimpo* (categoria analítica 4, *garimpo*) na Guiana. O ex-presidente reforçou isso ainda, ao dizer subliminarmente não reconhecer as comunidades indígenas, na citação a seguir, “6 - *Não foi o índio que se integrou à nossa cultura, mas a cultura ocidental europeia, como a Belga, que incorporou os índios, só que hoje os condenam à miséria*” (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19). Isso aparentemente coloca a descendência dos povos originários em um patamar ainda não existencial, neste cenário exposto pelo então ex-chefe de estado.

FIGURA 4 – Mineração Indígena.



Fonte: @jairbolsonaro no Twitter.

As informações apresentadas pelo então presidente do Brasil, como Chefe de Estado durante o período da respectiva publicação, soam um tanto quanto engraçadas, enumeradas de uma sequência de afirmações, a pessoa pública, expôs mais que um ponto de vista em relação aos indígenas, além de expor informações também um tanto quanto pessoais. Demonstraram ainda, um total despreparo e desinformação quanto as pontuações apresentadas. Informações expostas sem fontes confiáveis, sem dados e nem muito menos cuidado ao expor sobre um assunto tão importante para o Brasil, principalmente em se tratando de um Chefe de Governo, à época da respectiva publicação.

Os autores Fachine e Demuru (2022) reforçam que foram as posturas adotadas na respectiva gestão governamental pelo então Chefe de Poder, e o seu aparato de apoiadores como sendo uma “marca registrada” pelo ex-presidente. Fachine e Demuru (2022, p. 15) ressaltaram que foram diversas as estratégias adotadas por Bolsonaro para dá enfoque a uma “marca no campo do discurso político contemporâneo, especialmente nas redes sociais. Entre elas, há diferenças e analogias que constroem um verdadeiro emaranhado de sentidos, composto por temas, valores e paixões diversas” que foram

acionados pelo então presidente de “forma isolada ou de acordo com as circunstâncias momentâneas;

As publicações posteriores também encontradas por meio de pesquisa, demonstraram e também reforçaram uma mesma intenção do então presidente em relação aos indígenas do Brasil e ao território por eles habitado. A Figura 5 *Riquezas Minerais*, de 31 de dezembro de 2019, às 16 horas e 37 minutos, proferida por meio da rede social Twitter @jairbolsonaro, apresenta isso.

7 – O maior cinturão de preservação ambiental do estado do Pará é o que circunda Carajás, pois lá a própria Vale faz a segurança para preservar;

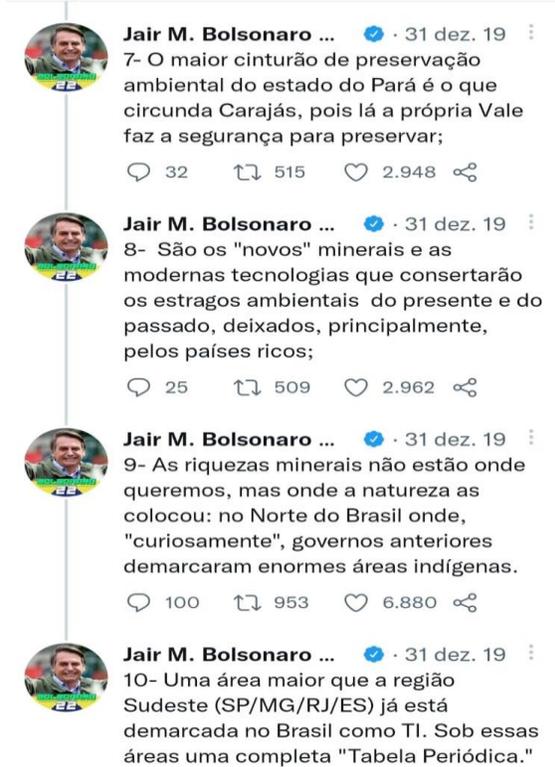
8 - São os “novos” minerais e as modernas tecnologias que consertarão os estragos ambientais do presente e do passado, deixados, principalmente, pelos ricos;

9 – As riquezas minerais não estão onde queremos, mas onde a natureza as colocou: no Norte do Brasil, onde, “curiosamente”, governos anteriores demarcaram enormes áreas indígenas (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19).

Nesta Figura 5 (Riquezas Minerais) encontramos ligação com duas Categorias Analíticas selecionadas, especificadas a seguir: *garimpo*.

Especificando essas categorias, percebe-se que quando o então presidente cita na respectiva mensagem “8 - São os “novos” minerais e as modernas tecnologias que consertarão os estragos ambientais do presente e do passado, deixados, principalmente, pelos ricos;” (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19), ele expõe que contraditoriamente são as extrações dos minerais que estão na natureza que vão corrigir os estragos ambientais causados até então, como se a preservação não fosse uma solução pertinente e eficaz. Percebe-se também que ao afirmar na citação “9 – As riquezas minerais não estão onde queremos, mas onde a natureza as colocou: no Norte do Brasil, onde, “curiosamente”, governos anteriores demarcaram enormes áreas indígenas.” (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19), o então presidente ressalta e evidencia as riquezas minerais extraídas nos *garimpos* (categoria analítica 4, *garimpo*), voltando os olhares de todo o mundo para a Região Norte do Brasil.

FIGURA 5 – Riquezas Minerais.



Fonte: @jairbolsonaro no Twitter.

As informações trazidas por Bolsonaro em seu Twitter, @jairbolsonaro, expuseram muito, externaram muito o que então presidente pensava como cidadão. Deduz-se que o então presidente se apresentava com total autonomia por estar no maior cargo do Brasil e por representar politicamente todo um país;

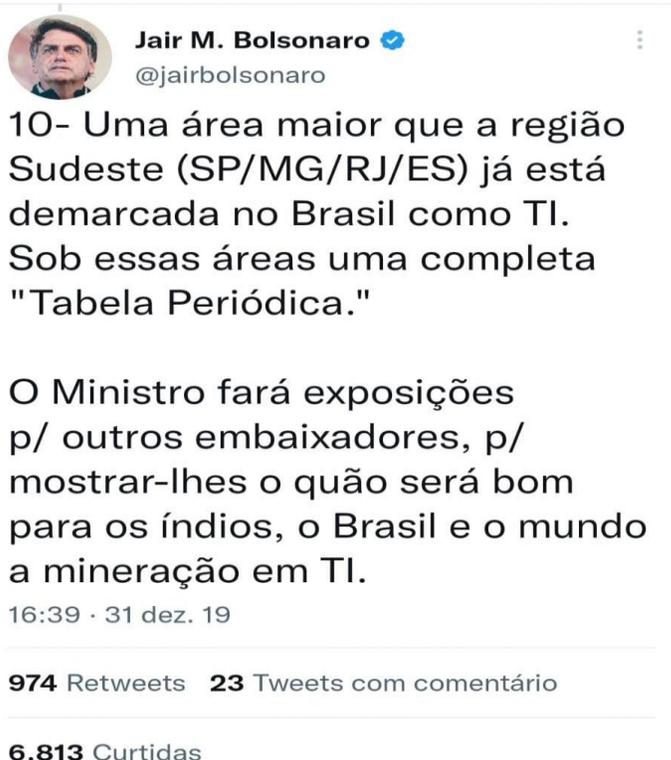
Em continuação as publicações do então Chefe de Estado, trazemos a Figura 6 *Demarcação de TI*, datada em 31 de dezembro de 2019, às 16 horas e 37 minutos. O tweet do @jairbolsonaro fez uma explanação sobre um território ocupado pelos povos originários e que era equivalente a um espaço territorial do país, como apresentado a seguir:

10 – Uma área maior que a região Sudeste (SP, MG, RJ, ES) já está demarcada no Brasil como TI. Sob essas áreas uma completa “Tabela Periódica.” O ministro fará exposições p/ outros embaixadores, para mostrar-lhes o quão será bom para os índios, o Brasil e o mundo, a mineração em TI (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19).

Nesta Figura 6 (Demarcação de T.I.) encontramos ligação com duas Categorias Analíticas selecionadas, especificadas a seguir: *garimpo* e *Demarcação de Terras*.

Especificando essa categoria, percebe-se que quando o então presidente cita na respectiva mensagem “– *Uma área maior que a região Sudeste (SP, MG, RJ, ES) já está demarcada no Brasil como TI*”, (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19), ele se refere a um espaço territorial que poderia ser utilizado para outros fins, ao colocar em evidência o tamanho desse espaço se comparando a uma das maiores Regiões do País, Sudeste do Brasil, ele implicitamente expõe uma certa ironia, a pensar que pudesse está externando subliminarmente que a área poderia ser usufruída de outra maneira, a exemplo da exploração do *garimpo* (categoria analítica 4, *garimpo*), apresentando uma área tão extensa como *Demarcação de Terras* (categoria analítica 3, *Demarcação de Terras*). Já, quando se refere a citação “*O ministro fará exposições p/ outros embaixadores, para mostrar-lhes o quão será bom para os índios, o Brasil e o mundo, a mineração em TI*” (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19), afirma mais uma vez que a extração de mineral é importante para o Brasil.

FIGURA 6 – Demarcação de TI.



Fonte: @jairbolsonaro no Twitter.

As publicações do ex-presidente Bolsonaro, seguidas de pontos de vistas desconexos, passaram a ser um fio condutor de um pensamento mais amplo do então Chefe de Estado, como demonstrado e exposto nos respectivos printscreen's (captura da tela) acima, que reforçaram essa postura e demonstraram a insatisfação do então do presidente contra a própria Constituição Federal de 1988. Constituição que assegura aos povos indígenas, o usufruto e direito legal sobre esses territórios. De acordo com o artigo 231 da Constituição, BRASIL (1988) "Mineração em área indígena exige a prévia oitiva dos índios, autorização do Congresso e indenização aos índios". Citado pelo ex-presidente no respectivo Tweet (Figura 6), de 31 de dezembro de 2019, último dia do primeiro ano de mandato, foi como forma de expor tal indignação pelo próprio artigo em defender os direitos legais desses povos originários. A referida publicação negligencia o que a própria Constituição (1988) já traz, ressaltando as Demarcações de Terras e o respeito a Legislação vigente;

Já em 2021, na publicação do então presidente Jair Messias Bolsonaro, Figura 7 *Populações de Indígenas*, publicada no Twitter em 06 de março de 2021, às 23 horas e 06 minutos, trouxe uma explanação de ações do governo que estão pendentes e que só deveriam ser retomadas no ano seguinte, na ocasião em 2022. A publicação foi resgatada também por meio de printscreen's da linha do tempo da conta virtual da ferramenta Twitter, perfil público do ex-presidente.

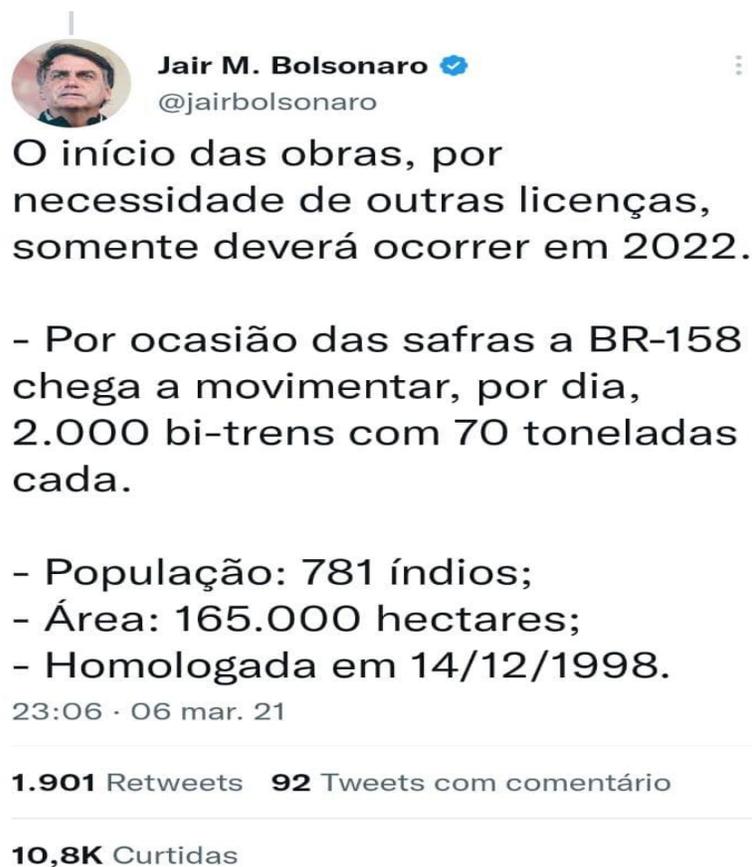
- População 781 índios;
- Área: 165.000 hectares;
- Homologadas em 14/12/1998 (TWITTER: @jairbolsonaro, 06 març. 21).

Nesta Figura 7 (Populações Indígenas) encontramos ligação com duas Categorias Analíticas selecionadas, especificadas a seguir: *Demarcação de Terras e Indígenas*.

Especificando essa categoria, percebe-se que quando o então presidente cita na respectiva mensagem "- Área: 165.000 hectares; - Homologadas em 14/12/1998" (TWITTER: @jairbolsonaro, 31 dez. 19), ele se refere ao tamanho de uma área já Demarcada e Homologada pelo Governo Federal e ao fazer uma comparação com a

quantidade de pessoas indígenas que vivem nesse espaço territorial de *Demarcação de Terras* (categoria analítica 3, Demarcação de Terras), ele apresenta de forma subliminar que seria um espaço que não condiz com a quantidade de *indígenas* (categoria analítica 1, Indígenas) que ali vivem, a pensar quê, que a “- População 781 índios;” é uma pequena parcela de pessoas para um espaço tão gigantesco de Terras.

FIGURA 7 – População de Indígenas.



Fonte: @jairbolsonaro no Twitter.

Essa apresentação da mensagem exposta na rede social Twitter do então presidente Bolsonaro (2019-2022) representou uma pequena simbologia e tão importante tanto, do quanto o então Chefe de Estado era insatisfeito com a ocupação dos indígenas em territórios isolados, que pertencem ao Brasil, ao povo brasileiro, mas acima de tudo aos povos originários, que lá já estavam. Uma publicação que elencou assuntos também sobre a economia, mas não passou despercebida, pelo fato de lá está elencada a forma

genérica ao qual foi citada a quantidade da população indígena do Brasil, o tamanho da área ocupada, e quando esse espaço territorial foi homologado. Uma forma de deslegitimar o direito desse povo tradicional de estar no respectivo espaço, aonde exatamente devem estar e têm o direito de estar;

Outra publicação do então presidente Jair Messias Bolsonaro, Figura 8 *Reserva Indígena*, apresentou uma insatisfação quanto à autorização de uma BR que atravessa uma área de Reserva Indígena no Brasil. A publicação foi resgatada também por meio de printscreen's da linha do tempo da conta virtual no Twitter, perfil público do então presidente.

- A BR-158 e a Reserva Indígena Marãiwatsédé em Mato Grosso.
- A Justiça Federal proibiu o asfaltamento do trecho de 110 Km da BR-158 que passa pela Reserva.
- Sendo assim seremos obrigados a fazer um contorno de 190 Km (TWITTER: @jairbolsonaro, 26 ago. 21).

Nesta Figura 8 (Reserva Indígena) encontramos ligação com uma Categoria Analítica selecionada, especificada a seguir: *Demarcação de Terras*.

Especificando essa categoria, percebe-se que quando o então presidente cita na respectiva mensagem “- A Justiça Federal proibiu o asfaltamento do trecho de 110 Km da BR-158 que passa pela Reserva.” (TWITTER: @jairbolsonaro, 26 ago. 21), ele subliminarmente quis dizer que a Reserva passa por um processo de *Demarcação de Terras* (categoria analítica 3, Demarcação de Terras), e que essa possível Demarcação pode prejudicar o entorno de uma das BR's do Brasil, isso o ex-presidente apresenta quando afirma na citação “- A BR-158 e a Reserva Indígena Marãiwatsédé em Mato Grosso. - Sendo assim seremos obrigados a fazer um contorno de 190 Km” (TWITTER: @jairbolsonaro, 26 ago. 21), expondo que toda a BR-158 ficaria comprometida com a permanência dessa restrição que passa pela referida Reserva Indígena. Com isso, analisando as seguintes mensagens, se apresenta uma certa indignação do ex-presidente pelo cenário de impasses apresentados, mas acima disso se apresenta também, a falta de respaldo do então Governo Federal em não aceitar e em não reconhecer os povos indígenas como pessoas que existem e que são regidas por Leis específicas e que essas Leis deveriam e devem ser respeitadas.

FIGURA 8 – Reserva Indígena.



Jair M. Bolsonaro ✓
@jairbolsonaro

- A BR-158 e a Reserva Indígena Marãiwatsédé em Mato Grosso.

- A Justiça Federal proibiu o asfaltamento do trecho de 110 Km da BR-158 que passa pela Reserva.

- Sendo assim seremos obrigados a fazer um contorno de 190 Km.



Fonte: @jairbolsonaro no Twitter.

A publicação apresentada acima, na mensagem do Twitter do @jairbolsonaro, impactou pelo fato de que a forma de tratamento aos indígenas é ilegítima, não como forma de não aferimento aos direitos da categoria apresentada na publicação, mas como forma de negação aos direitos de um povo que já existia e ali já estavam. Como negar que esses seres humanos também são pessoas?

O ex-presidente trouxe na publicação acima uma mensagem de não respaldo as reservas indígenas, como se elas não tivessem importância nenhuma. E que as pessoas que vivem ali, não existissem, fossem anuladas. Como se os indígenas pudessem e merecessem ser descartados como algo que não serve mais;

Outra publicação²⁴ de 2021 do então presidente Jair Messias Bolsonaro, Figura 9 *Terras Indígenas*, chama a atenção, Tweetada em 26 de agosto de 2021, às 19 horas e

²⁴ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1431027782260297729>.

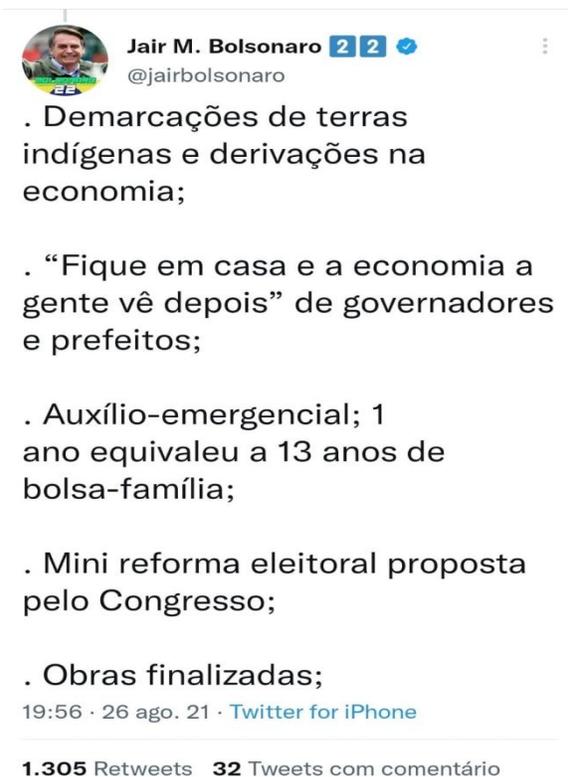
56 minutos, a publicação foi resgatada também por meio de printscreen's da linha do tempo da conta da rede social Twitter, perfil público do ex-presidente. Determinada publicação expôs tópicos que para o então presidente afetavam a economia do Brasil, em meio a uma pandemia que assolava o mundo.

- . Demarcação de terras indígenas e derivação na economia;
- . Fique em casa e a economia a gente vê depois” de governadores e prefeitos;
- . Auxílio-emergencial; 1 ano equivaleu a 13 anos de bolsa-família;
- . Minirreforma eleitoral proposta pelo Congresso;
- . Obras finalizadas (TWITTER: @jairbolsonaro, 26 ago. 21).

Nesta última Figura, a 9 (Terras Indígenas) encontramos ligação com duas Categorias Analíticas selecionadas, especificadas a seguir: *economia e Demarcação de Terras*.

Especificando essas categorias, percebe-se que quando o então presidente cita na respectiva mensagem “*Demarcação de terras indígenas e derivação na economia*” (TWITTER: @jairbolsonaro, 26 ago. 21), ela não deixa claro o que quis dizer com a associação de *Demarcação de Terras* (categoria analítica 3, Demarcação de Terras), versus derivação na *economia* (categoria analítica 5, economia), mas subtende-se que o reforço das garantias das Demarcações de Terras iria afetar a economia, sem retorno aparente para o Brasil. Já, na citação “. *Fique em casa e a economia a gente vê depois*” de governadores e prefeitos; *Auxílio-emergencial; 1 ano equivaleu a 13 anos de bolsa-família;*” o então presidente deixa claro o quanto ele era contrário a algumas ações que para ele não era apropriada, mesmo que fosse direcionada a saúde pública, deixando em evidência a preocupação única e exclusivamente voltada para a economia, que seria afetada, com as referidas atitudes do mercado financeiro, voltadas para o cenário da Pandemia da Covid-19. Vivia-se nesse cenário um alto nível de negacionismo que já existiu nos últimos tempos no Brasil, nesta conjuntura política-governamental nos respectivos anos (2019-2021).

FIGURA 9 – Terras Indígenas.



Fonte: @jairbolsonaro no Twitter.

Na respectiva mensagem por meio da rede social Twitter do @jairbolsonaro, nessa última Figura analisada e apresentada (Figura 9 *Terras Indígenas*), ainda em forma de captura de tela, o então presidente enumerou algumas medidas que seriam possivelmente de ações governamentais, entre elas, a emblemática Demarcação de Terras, que não foi de fato efetivada pelo então presidente da República, nem sequer foi proposta de governo do mesmo. Mensagem que foi reforçadamente proferida ainda durante campanha política²⁵ do então candidato a presidência da República, ali o candidato já amplamente divulgava, que em seu mandato não haveria Demarcação de Terras Indígenas.

3.9.1 - INFERÊNCIAS ANALÍTICAS

Ainda no início dos anos 2000 o avanço das novas mídias era conhecido em todo

²⁵ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: ['No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena', diz Bolsonaro a TV - 05/11/2018 - Poder - Folha \(uol.com.br\)](#)

o mundo, a exemplo das ferramentas digitais como o Orkut, o Facebook e o Twitter, esses dois últimos que permanecem até os dias atuais, de 2023. Com esse alavancar, em uma sociedade contemporânea cada vez mais conectada, somos observadores de acessos as informações de forma imediata, instantânea, sejam elas de fontes jornalísticas ou não, estão disponíveis com grande facilidade, tornando o receptor, cada vez mais participativo da opinião pública, muitas vezes de forma desenfreada.

Para o contexto analisado na pesquisa desta Dissertação, as publicações realizadas via Twitter, na conta virtual de um Chefe de Estado, ficou ainda mais em evidência, principalmente pelo fato de que, a postura do ex-presidente era autoritária e não abria espaços para a ocupação da grande mídia nacional. Forçando praticamente a mídia a se pautar muitas vezes pelo o que era publicado nesta aparente fonte oficial por parte do Governo Federal nesta gestão (2019-2022).

Os dados levantados por meio da análise de conteúdo, apresentados nesta pesquisa, levaram à inferência de que não houveram desdobramentos eficazes para a solução da autorização das Demarcações de Terras, dentro do Governo Bolsonaro. O que ficou perceptível foi a total conivência para as explorações de minerais dentro das reservas e dos territórios indígenas do Brasil.

Isso importa em dizer que, a Gestão do Governo Federal nesse período, pouco se importava com os direitos indígenas regidos por legislação própria, praticamente militarizando as gestões voltadas para as políticas públicas direcionadas para esta parcela da sociedade, de forma desigual e desumana.

Pôde-se contatar e aferir as publicações do conteúdo midiático das mensagens do ex-presidente da República do Brasil, no Twitter, neste período (2019-2022), sendo constatado que se pronunciava em tom autoritário e em contextos pertinentes para o próprio. As atitudes do então presidente voltadas para as questões indígenas, aparentavam atitudes isoladas, com exposições de opiniões próprias, e sem consultas prévias aos indígenas. Ficou perceptível que se buscava tomar decisões individuais e satisfatórias para os interesses políticos desse momento em questão.

Nas publicações apresentadas, foram contatadas as intenções de um gestor de governo, em um tom autoritário, sem a menor preocupação de analisar a vivência e a cultura desses povos. As afirmações de Jair Bolsonaro (2019-2022), de fato, externaram

em primeiro momento, o que se desejava e sentia a necessidade de não fazer, que era, exatamente, de não manter viva a cultura das etnias e originalidade de uma nação.

Se percebeu também, que as redes sociais, por meio das mídias digitais, foram se tornando frequentes espaços oficiais para os informes políticos do então governo de Jair Messias Bolsonaro. Percebeu-se também, de forma observatória e empírica que a partir de uma crescente consulta do público no mundo digital, por meio da internet, fez com que, as personas políticas se utilizassem das redes sociais como meio de interação com o público alvo, fomentando de certa forma uma influência para esse público midiático.

Sendo assim, a utilização dessa ferramenta digital, pareceu ter se tornado atrativa para a então gestão presidencial, sem interrupções externas e interferências das grandes redes de comunicação. Fazendo com que passasse a ser uma opção de comunicação oficial para o atual governo Federal e confortável para o então presidente do Brasil. Percebeu-se também que, se tornou uma estratégia política crescente entre os demais políticos da bancada presidencial.

Percebeu-se ainda, que com a pandemia da Covid-19 o uso das redes sociais se intensificou e foi observado que o então presidente Jair Bolsonaro (PL) reforçou a utilização do *Twitter* como um meio para expor as opiniões políticas partidárias e ideológicas, inclusive sobre as Demarcações das Terras Indígenas.

O objetivo principal aqui foi perceber e analisar o tom da comunicação utilizada por Bolsonaro em um campo que era dominado por ele, ao qual se sentia confortável e sem interrupções. Com isso, foi analisado como as pautas direcionadas para a Demarcação de Terras indígenas foram tratadas por Bolsonaro, para assim, compreender esses acontecimentos e ter o resultado voltado para a análise do conteúdo da *comunicação presidencial sobre a Demarcação de Terras indígenas no Twitter: um olhar comunicacional sobre o perfil público do presidente do Brasil (2019-2022)*.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *Objetivos Específicos* desta pesquisa, trouxeram três intenções, foram elas:

- 1 - Identificar a comunicação do conteúdo midiático do ex-presidente Jair

Bolsonaro após eleição, na análise do conteúdo das publicações via Twitter, voltadas para as Terras Indígenas. A pesquisa que foi realizada na internet por intermédio do Google, expôs o ponto de vista do então presidente Jair Bolsonaro, com indícios, de que não apresentava uma postura de um Chefe de Estado, mas sim, externava, mais como uma opinião pessoal;

2 - Examinar e problematizar a relação entre o conteúdo midiaticizado do então presidente Bolsonaro nessa plataforma digital sobre a Demarcação de Terras Indígenas e a função do Estado na preservação dos direitos dos povos originários. O que foi constatado nessa análise que, poucas ou nenhuma ação governamental foi assumida pelo então Governo Federal, no período da gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), o que dificultou o entendimento do Chefe de Governo para ações efetivas no tratamento aos povos indígenas, mais precisamente às Demarcações de Terras, que não foram legalizadas pelo então Governo, deixando uma abertura entre a Demarcação de Terras e o impasse político voltado para a autorização do Linhão do Tucuruí, fato que foi autorizado, já no final do mandato de Bolsonaro;

3 – E analisar a relação entre o conteúdo político midiaticizado do então presidente Bolsonaro sobre a Demarcação de Terras Indígenas e as práticas governamentais relacionadas ao tema, nas publicações do perfil público de Bolsonaro, no Twitter (@jairbolsonaro). Nessa análise foi constatado que muito se falava pelo Chefe de Estado, mas poucas foram as ações efetivas por parte do então presidente da república, nesse período (2019-2022).

No *Objetivo Geral* voltado para compreender a comunicação do então presidente Jair Messias Bolsonaro no Twitter, em relação a Demarcação das Terras Indígenas, foi encontrado um posicionamento autoritário de um Chefe de Estado, com postura de opinião pessoal muito forte, com ações governamentais pouco efetivadas para essa mínima parcela da sociedade, que são os indígenas.

A pesquisa me orientou no sentido de ampliar o meu conhecimento em relação aos povos indígenas do país, e a entender mais amplamente sobre os direitos legais desses povos originários. O objeto empírico me auxiliou e me orientou para as buscas no decorrer de toda a pesquisa, demarcando e me guiando sobre o que de fato era importante para ser analisado nesta Dissertação. As aulas científicas foram como uma

bússola no meio do deserto, que me auxiliaram a entender, compreender, e analisar de fato o que era cada tópico que se apresentava, para o complemento dessa pesquisa.

Já, os conceitos estudados até aqui, contribuíram e muito para entender melhor o campo da comunicação como um todo, mais precisamente a ampliar o conhecimento de mundo voltado para as mídiatizações, mediações, comunicações nas mais variadas formas de ser. Sem deixar de frisar que, que ideologia é um estado do ser.

Com a contribuição dessa pesquisa científica acadêmica, outros estudos deverão ser feitos para o aperfeiçoamento acadêmico profissional, mais precisamente voltados para as análises comunicacionais, direcionadas para as os conteúdos midiáticos das políticas voltadas para o tema abordado até aqui.

Bem como, pesquisas contínuas que deverão ser feitas, para o complemento do conhecimento de mundo, em continuidade a essas análises, voltados para os estudos do que representou a gestão Jair Bolsonaro para o Brasil e para o mundo, neste período (2019-2022), qual o reflexo geral desse então cenário e quais os impactos políticos a longo prazo que essas ações ou a falta dessas ações do Governo Federal, resultaram para os povos indígenas do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, E.; HAUBER, G.; ORLANDINI, M. *Construção de uma narrativa paralela: os tweets de Bolsonaro durante a pandemia do Covid-19*. 44º ANPOCS, São Paulo, 2020;
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Tradução, Plínio Dentzien, Rio de Janeiro, 2001;
- BECKER, B. *Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010;
- CALEFFI, P. *O que é ser índio hoje*. In: *Alteridades e multiculturalismo*. Pijuí: Ed. Unijuí, 2003;
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edis, 1998. De Oliveira, Ivanilton José
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998. 392p.;
- CHAVES, C. *A marcha nacional dos sem-terra: estudo de um ritual político*. In: PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, 2002;
- CIOCCARI, D.; MORAES, T.; SANTOS, R. *O clã Bolsonaro e o Twitter: comunicação política e influência na rede social*. *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público* - Nº 10, 2020;
- COSTA, G.; MITOZO, I.; RODRIGUES, C. *Twitter como rede de comunicação governamental? Uma análise do agendamento do jornalismo impresso brasileiro pelos tweets de Jair Bolsonaro*. SBPJor, UFCG-Goiás, 2019.
- Crítica: *nuevos itinerarios de la investigación*. In. LOPES, M.I.V. e FUENTES, R. (comps.). *Comunicación. Campo y objeto de estudio*. Guadalajara: ITESO, 2001;
- CUNHA, M. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987;
- DAMASIO, K. *Métodos de pesquisa: uma visão geral*. Leandro Batista, Ano 3, Número 4, 2006;
- DINIZ, E. *Os índios Macuxi do Roraima, sua instalação na sociedade nacional*. Marília, 1972. 183 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, São Paulo, 1972;
- DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*.

São Paulo: Atlas, 2005;

EAGLETON, T. (1990) – *A Ideologia da Estética* - Todos os direitos reservados. Este e-book foi publicado com a permissão de John Wiley & Sons, Ltd. Copyright da edição em língua portuguesa © 1993

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5091674/mod_resource/content/0/Terry_Eagleton_-_A_Ideologia_da_estetica.pdf ;

FIOCRUZ. AM/RR – *Direitos indígenas e territoriais do povo Waimiri-Atroari seguem sendo desrespeitados e violados*. S/D. Disponível em

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/am-rr-direitos-indigenas-e-territoriais-do-povo-waimiri-atroari-seguem-sendo-desrespeitados-e-violados/>

Consultado em 20/04/2021;

FAUSTO NETO, Antônio. *Fragmentos de uma analítica da midiatização*. Matrizes Nº 2, UNISINOS-RS, 2008;

FAUSTO NETO. *Fragmentos de uma Analítica da Midiatização*. Matizes, São Paulo, 2008;

FECHINE, Y; DEMURU, P. *Um bufão no poder: ensaios sociossemióticos*. Rio de Janeiro, 188 p., 2022;

FONSECA, F. *Geopolítica da comunicação na Amazônia*. *Comunicação & Sociedade*, ISSN Impresso: 0101-2657 • ISSN Eletrônico: ISSN 2175-7755. Ano 33, n. 57, p. 149-169, jan. / jun. 2012;

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. *Métodos de pesquisa para internet* – Porto Alegre: Sulina, 2011;

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Ed. 11 - Rio de Janeiro, 2006;

HALL, S. *As culturas nacionais como comunidades imaginadas*. DP&A Editora, São Paulo, 2003;

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003;

HOFF, R. *Um olhar pela Porta dos Fundos: apontamentos sobre o humor político audiovisual no YouTube*. Porto Alegre, 2018;

ÍNDIOS de Roraima. *Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana. Coleção histórico-antropológica* nº 1. Centro de Informação Diocese de Roraima (CIDR). Brasília: Coronário, 1989;

LAGO, C.; BENETTI, M. (org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008;

LIMA, A.C.; BARRETO, F. (Orgs.). *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, CNPq, FAPERJ, IIEB, 2005;

LOPES, A.; FERREIRA, M. K. (Org.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001;

MARTIN-BARBERO, J. Deconstrucción de la MARTINO, Luis Cláudio; BERGER, Charles R.; CRAIG, Robert T. *Teorias da Comunicação. Muitas ou poucas*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007;

MARTINO, L. ARTIGO - *Aproximação entre Estética e Comunicação: aberturas possíveis e diálogos entre conceitos*. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/307550783_Aproximacoes_entre_Estetica_e_Comunicacao_aberturas_possiveis_e_dialogos_entre_os_conceitos_Aesthetics_and_Communication_a_preliminary_approach_towards_a_conceptual_dialogue

Consultado em 21/04/2021;

MORAIS, V.M. *Filhos de Deus e netos de Makunaima: apropriação do catolicismo em terra Makuxi* / Vângela Maria Isidoro de Moraes. – 2013;

REPETTO, M. *Movimentos indígenas e conflitos territoriais no Estado de Roraima*. Boa Vista: Editora UFRR, 2008;

REPETTO, M. *Movimentos indígenas e conflitos territoriais no Estado de Roraima*. Boa Vista: Editora UFRR, 2008;

RECUERO, G; ZAGO, R. Em busca das “redes que importam”: redes sociais e capital social no Twitter. São Paulo – v. 12, n. 24, p. 81-94, dez. de 2009;

SANTI, V. *Mediação e midiaticização: conexões e desconexões do comunicacional* / Vilso Chierentin Santi. – Porto Alegre - RS, 2013;

SENA, J. *Significado e natureza do governo Bolsonaro e perspectivas da esquerda*. Salvador - BA, 2019;

SILVA FILHO, E. *Protagonismo e resistência dos Waimiri-Atroari na Amazônia*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2016;

SOARES, G. *Artigo Disciplina constitucional das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios*, site: <https://jus.com.br/artigos/26927/disciplina-constitucional-das-terras-tradicionalmente-ocupadas-pelos-indios>, Boa Vista-RR, 2014.

SOARES, T. *Discursividade midiáticas: construção e circulação de sentidos*. Iguatu-CE: Quipá Editora, 2021;

SODRÉ, M. *Antropologia do espelho: por uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002;

SODRÉ, M. *O Monopólio da fala; função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 8. Ed. 2010;

VALE, M. Waimiri-Atroari [verbete]. In Instituto Socioambiental - Povos Indígenas no Brasil. Disponível em

https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari

Consultado em 20/04/2021;

ZANETTI, D.; REIS, R. (Orgs.). *Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias*. Vitória: EDUFES, 2017;

ZELIC, M. Waimiri-Atroari, um povo no caminho da Ditadura. Dossiê. S/D. Disponível em <http://caci.cimi.org.br/#!/dossie/914/?loc=-1.0765967983063982,-60.79833984374999,6&init=true>.

SITES PESQUISADOS:

Consulta realizada pelo link:

<https://www.tucumbrasil.com/produto/cesto-wyxiki-waimiri-atroari-7948>, consultado em 29/04/2021.

Consulta realizada pelo link:

<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>, consultado em 30/08/2021;

Consulta realizada pelo link:

<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/waimiri-atroari-nao-sao-contra-linhao-mas-exigem-consulta-e-compensacoes>, consultado em 30/08/2021;

Consultas realizadas pelos links:

<https://conceito.de/comunidade>

<https://etimologia.com.br/indigena/>

<https://origemdapalavra.com.br/palavras/indigena/>

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/am-rr-direitos-indigenas-e-territoriais-do-povo-waimiri-atroari-seguem-sendo-desrespeitados-e-violados/>

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/waimiri-atroari-historia-que-ainda-nao-foi-contada>

<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3902>

https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari , consultados 29/04/2021.

Consulta realizada pelo link:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-pl-490-projeto-de-lei-que-altera-a-demarcacao-de-terras-indigenas/>, consultado em 22/01/2022;

Consulta realizada pelo link:

https://www.google.com/search?q=mapa+com+o+tra%C3%A7ado+da+Linha+e+a+demarca%C3%A7%C3%A3o+da+Terra+Ind%C3%ADgena+Waimiri-Atroari.&sxsrf=AOaemvJncgLL1J_mdg-VRIFGjas8AU_eVg:1642860299986&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiD_eHEw8X1AhWwq5UCHeUQCVAQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1366&bih=617&dpr=1#imgrc=1jtg79mif-B0M, consultado em 22/01/2022;

Consulta realizada pelo link:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48602387>, consultado em 22/01/2022;

Consulta realizada pelo link:

<https://canaltech.com.br/empresa/twitter/>, consultado em 22/01/2022;

Consulta realizada pelos links:

http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2021/04/Comunicacao-e-politica-no-contexto-da-pandemia_EbookCompolitica.pdf ;

<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/download/286/260> ;

<https://cienciapolitica.org.br/web/index.php/system/files/documentos/eventos/2021/01/es-trategias-comunicacao-politica-jair-bolsonaro-brasil-e.pdf> ;

https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/article/download/2183-6019_10_5/6518 ;

<https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjQ3MjQiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiZmMzYzA2YzI4YTE2NDIhYzgwYzhlInzNjYmEwYzIxN2EiO30%3D> ;

<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/2187/1058> ;

<https://periodicos.uff.br/anaisdoser/article/download/29333/17059> ;

<https://www.sintrajud.org.br/direitos-indigenas-enfrentam-bolsonaro-em-julgamento-no-stf-esta-semana/?pdf=44234> ;

https://apiboficial.org/files/2021/08/DOSSIE_pt_v3web.pdf ;

<https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/wp-content/uploads/sites/38/2021/02/pedido-de-impeachment-pelos-povos-indigenas.pdf> ;

https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/09/relatorio_1000-dias-governo-bolsonaro.pdf ;

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/15164/8039> ;

https://csr.ufmg.br/csr/wpcontent/uploads/2020/09/PL_que_abre_terras_indigenas_para_mineracao_pode_representar_quase_20_anos_de_desmatamento_na_Amazonia_Observatorio_da_Mineracao.pdf ;

http://anpocs.com/images/stories/boletim/anpocs_comunica/A4-CSArticuladas/2021-07_Boletim05.pdf;

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1757/1431> ;

<https://revistas.ufrj.br/index.php/read/article/download/47814/26270>; consultados em 2022.

Consulta realizada pelo link:

[Waimiri Atroari - Povos Indígenas no Brasil \(socioambiental.org\)](http://Waimiri_Atroari_-_Povos_Indígenas_no_Brasil_(socioambiental.org)) consulado em

20.02.2023

Consulta realizada pelos links:

[Declaração à imprensa do senhor Porta-Voz, general Otávio Rêgo Barros — Planalto \(www.gov.br\)](#) e [2019 — Planalto \(www.gov.br\)](#) , em 20.02.2023

Consulta realizada pelo link:

[Ministro participa de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados — Ministério de Minas e Energia \(www.gov.br\)](#) e [\(39\) Minas e Energia - Comparescimento de Ministro - 27/03/2019 - 10:08 - YouTube](#) , em 20.02.2023

Consulta realizada pelo link:

[Como fazer referência de sites no padrão ABNT - Canaltech](#), em 20.02.2022.

LISTAS DE RODAPÉ:

¹ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-16/duas-criancas-yanomami-mortas-por-uma-draga-de-exploracao-ilegal-de-minerio-diante-da-omissao-do-governo.html>;

² A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-16/duas-criancas-yanomami-mortas-por-uma-draga-de-exploracao-ilegal-de-minerio-diante-da-omissao-do-governo.html>;

³ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://brasil.mongabay.com/2021/05/mineradora-brasileiro-peruana-contaminarios-na-terra-indigena-waimiri-atroari/>;

⁴ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-pl-490-projeto-de-lei-que-altera-a-demarcacao-de-terras-indigenas/>;

⁵ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/345311>;

⁶ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/linha-de-transmissao-de-tucurui-e-foco-de-conflitos-impactos-e-problemas-que-chegam-a-tres-estados/>;

⁷ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/waimiri-atroari-nao-sao-contralinhao-mas-exigem-consulta-e-compensacoes>;

⁸ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/waimiri-atroari-nao-sao-contralinhao-mas-exigem-consulta-e-compensacoes> ; <https://www.gov.br/funai/pt-br> ; <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>;

⁹ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://jus.com.br/artigos/26927/disciplina-constitucional-das-terras-tradicionalmente-ocupadas-pelos-indios>;

¹⁰ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [Waimiri-Atroari: conheça a história – Roraima Adventures | Turismo de Aventura](#);

¹¹ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [Ditadura militar quase dizimou os waimiri atroari – e índígenas temem novo massacre | National Geographic \(nationalgeographicbrasil.com\)](#). POR [KEVIN DAMASIO](#)

Publicado 1 de abr. de 2019 12:57 BRT. Atualizado 5 de nov. de 2020 03:22 BRT;

¹² A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [Waimiri Atroari - Povos Indígenas no Brasil \(socioambiental.org\)](#) consulta em 20.02.2023;

¹³ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: A BR-174, também conhecida por Manaus–Boa Vista, é uma rodovia longitudinal que interliga os estados brasileiros de Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Roraima à Venezuela. Planejada originalmente para facilitar a ligação da Fronteira Brasil–Venezuela com o restante do Brasil, estava previsto, no antigo Plano Nacional de Rodovias, que a BR-174 se estenderia por 3.319,90 quilômetros. Contudo, até hoje vários trechos da rodovia sequer existem e os que chegaram a ser abertos estão sem pavimentação até os dias atuais ou correm concomitante com outras estradas federais e estaduais. Considerando apenas os trechos existentes oficialmente, a rodovia possui 1 902 quilômetros. É a única ligação de Roraima com o resto do país, sendo sua maior e principal rodovia. Embora iniciada no governo militar, a conclusão de seu asfaltamento e sinalização no trecho norte deu-se somente em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Enciclopédia Nacional. (13.01.2023);

¹⁴ Comissão Nacional da Verdade (CNV), abreviadamente Comissão da Verdade, foi um colegiado instituído pelo governo do Brasil para investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. As violações aconteceram no Brasil e no exterior, praticadas por "agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado" brasileiro. A comissão foi composta de sete membros nomeados pela presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que foram auxiliados por assessores, consultores e pesquisadores. A Lei 12.528/2011, que a instituiu, foi sancionada em 18 de novembro de 2011, e a comissão foi instalada oficialmente em 16 de maio de 2012. A cerimônia de instalação contou com a participação de todos os Presidentes da República desde o restabelecimento da democracia após a ditadura militar (1964-1985). A CNV concentrou seus esforços no exame e esclarecimento das violações de direitos humanos praticados durante esta última ditadura;

¹⁵ Consulta realizada pelo link: [Declaração à imprensa do senhor Porta-Voz, general Otávio Rêgo Barros — Planalto \(www.gov.br\)](#) e [2019 — Planalto \(www.gov.br\)](#) , em 20.02.2023;

¹⁶ Consulta realizada pelos links: [Ministro participa de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados — Ministério de Minas e Energia \(www.gov.br\)](#) e [\(39\) Minas e Energia - Comparecimento de Ministro - 27/03/2019 - 10:08 - YouTube](#) , em 20.02.2023;

¹⁷ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [Entenda as diferenças entre raça e etnia - Diferença \(diferenca.com\)](#) "Etnia" determina as características de um grupo por seus aspectos socioculturais, principalmente ligado a um território (um lugar).

Já a “raça” é um conceito mais complexo. Definido inicialmente por critérios físicos ou biológicos para diferenciar os indivíduos, foi ressignificado por movimentos sociais para explicitar as desigualdades (raciais) existentes na sociedade;

¹⁸ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [Bolsonaro passou por oitos partidos desde que iniciou carreira política em 89, relembre \(globo.com\)](#);

¹⁹ O termo bufão trazido por Fachine e Demuru (2022) se refere a um tipo de político que usa o humor e a provocação para conquistar o apoio popular, mas que também revela uma face trágica e grotesca;

²⁰ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://canaltech.com.br/empresa/twitter/#:~:text=O%20Twitter%20foi%20fundado%20em,conte%C3%BAdos%20escritos%2C%20fotografias%20e%20v%C3%ADdeos>;

²¹ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir [Bolsonaro quer acabar com demarcação de terras indígenas - Internacional - Estado de Minas](#);

²² A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [\(2\) Bolsonaro passa demarcação de terras indígenas ao Ministério da Agricultura / Twitter](#)
[\(2\) Jair M. Bolsonaro \(22\) no Twitter: "Mais de 15% do território nacional é demarcado como terra indígena e quilombolas. Menos de um milhão de pessoas vivem nestes lugares isolados do Brasil de verdade, exploradas e manipuladas por ONGs. Vamos juntos integrar estes cidadãos e valorizar a todos os brasileiros." / Twitter](#);

²³ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: [\(2\) Jair M. Bolsonaro \(22\) no Twitter: "O Ministro das Minas e Energia recebeu o embaixador da Bélgica e apresentou-lhe alguns motivos pelos quais o Governo Jair Bolsonaro pretende regulamentar a mineração em Terra Indígena: 1- No Brasil há quase 600 comunidades indígenas e muitas delas querem a mineração. https://t.co/UjO9hLIofb" / Twitter](#);

²⁴ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1431027782260297729>;

²⁵ A consulta da manchete citada à cima pode ser encontrada no site a seguir: ['No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena', diz Bolsonaro a TV - 05/11/2018 - Poder - Folha \(uol.com.br\)](#).

ESPECIFICAÇÕES DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS:

Categoria Analítica 1 - Indígenas: Figuras 1 (Integração dos Indígenas), 2 (Povo Miscigenado) e 7 (Populações Indígenas);

Categoria Analítica 2 - Povos Tradicionais: Figura 1 (Integração dos Indígenas);

Categoria Analítica 3 - Demarcação de Terras: Figuras 1 (Integração dos Indígenas), 6 (Demarcação de T.I.), 7 (Populações Indígenas), 8 (Reserva Indígena) e 9 (Terras Indígenas);

Categoria Analítica 4 - Garimpo: Figuras 3 (Comunidades Indígenas), 4 (Mineração Indígena), 5 (Riquezas Minerais) e 6 (Demarcação de T.I.);

Categoria Analítica 5 - Economia: Figura 9 (Terras Indígenas).

FIGURAS E CATEGORIAS ANALÍTICAS:

Figura 1 – Integração dos Indígenas: Categorias Analíticas 1 (Indígenas), 2 (Povos Tradicionais) e 3 (Demarcação de Terras);

Figura 2 – Povo Miscigenado: Categoria Analítica 1 (Indígenas);

Figura 3 – Comunidades Indígenas: Categoria Analítica 4 (Garimpo);

Figura 4 – Mineração Indígena: Categoria Analítica 4 (Garimpo);

Figura 5 – Riquezas Minerais: Categoria Analítica 4 (Garimpo);

Figura 6 – Demarcação de T.I.: Categorias Analíticas 3 (Demarcação de Terras) e 4 (Garimpo);

Figura 7 – Populações Indígenas: Categorias Analíticas 1 (Indígenas) e 3 (Demarcação de Terras);

Figura 8 – Reserva Indígena: Categoria Analítica 3 (Demarcação de Terras);

Figura 9 – Terras Indígenas: Categoria Analítica 3 (Demarcação de Terras) e 5 (Economia).